



CRATO
por tudo!

CARTA SOCIAL



2023

CARTASOCIAL
2023

FICHA TÉCNICA

Título

Carta Social Municipal do Crato



Equipa Técnica

Coordenação
Fernando Rebola
Paulo Ferreira

Adelaide João Proença
Alexandre Cotovio Martins
Antonio Calha
Catarina Pereira de Matos
Isabel Maria Munoz
João Alves
Márcia Oliveira
Sofia Alexandra Martins
Susana Dias
Tatiane Lúcia Valduga

Concepção gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação
e Imagem do Politécnico de Portalegre

Edição

Politécnico de Portalegre

Junho 2023

Cofinanciado por:



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
01. NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
02. ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO.....	12
03. METODOLOGIA	17
04. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DO TERRITÓRIO.....	20
4.1. Caracterização Física.....	20
4.1.1. Localização e Principais Características	
4.1.2. Rede de Acessibilidades	
4.2. Caracterização Demográfica.....	23
4.2.1. Breve enquadramento Mundial	
4.2.2. Breve enquadramento Europeu	
4.2.3. Enquadramento Nacional	
4.2.4. Enquadramento Regional: Alentejo e Alto Alentejo	
4.2.5. Crato	
4.2.6. Síntese e Projeções Demográficas	
4.3. Caracterização Socioeconómica	49
4.3.1. Famílias	
4.3.2. Habitação	
4.3.3. Emprego e Mercado de Trabalho	
4.3.4. Nível de Vida	
4.3.5. Educação	
4.3.5.1. Escolaridade	
4.3.5.2. Alunos matriculados	
4.3.5.3. Estabelecimentos de ensino	
4.3.6. Saúde	
4.3.6.1. Recursos Humanos	
4.3.6.2. Serviços de Saúde	
05. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO	96
5.1. Entidades Locais com Intervenção Social.....	96
5.2. Fontes de Financiamento (Entidades Sociais)	98
5.3. Necessidades das Instituições (Entidades Sociais)	99
5.4. Necessidades de Reforço de Recursos Humanos nas Instituições (Entidades Sociais).....	99

5.5. Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos (Entidades Sociais).....	100
5.6. Perspetivas de futuro relativamente às instituições (Horizontes temporais 2025 e 2030) (Entidades Sociais).....	101
5.7. Distribuição das respostas sociais no Concelho do Crato por domínio de atuação e freguesia	102
5.7.1. Respostas sociais no concelho do Crato	
5.7.2. Respostas sociais para a Infância e Juventude	
5.7.3 Respostas Sociais para as Pessoas Adultas	
5.7.4 Respostas Sociais para a Família e Comunidade	
5.7.5 Respostas Sociais em Grupo Fechado de Respostas Pontuais	
5.8. Diagnóstico das respostas direcionadas a População Adulta.....	104
5.8.1. Tempo de espera do utente	
5.8.2. Tendência de procura pela resposta social	
5.8.3. Necessidades das respostas sociais	
5.8.4. Necessidades de reforço de Recursos Humanos nas respostas sociais	
5.8.5. Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos	
5.9. Diagnóstico das respostas sociais direcionadas à Infância e Juventude	108
5.10. Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Família e Comunidade.....	108
5.11. Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Grupo Fechado de Respostas Pontuais	108
5.12 Focus group	108
5.13 - Síntese dos elementos mais relevantes da oferta dos equipamentos sociais do concelho do Crato	109
06. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE SOCIAL.....	112
Dimensões (Linhas Estratégicas / Objetivos / Ações)	
1. Infância e Juventude	
2. População Adulta	
2.1. Pessoas Idosas	
2.2. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	
2.3. Pessoas com Deficiência	
2.4. Pessoas vítimas de violência doméstica	
3. Família e Comunidade	
4. Ações transversais	
07. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
08. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	126

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Crato para tudo, Social para todos,

O conhecimento do território é essencial para a promoção de políticas que vão de encontro às necessidades da comunidade.

Hoje, os eleitos locais têm a obrigação de conhecer o território nas suas variantes socio-económicas, longe vão os tempos das grandes obras de infraestruturas, hoje, ano 2023, as “obras” são para dar resposta à qualidade de vida das Pessoas, longe vão os tempos em que a área social, olhava na direção dos idosos, hoje o “olhar” tem que ser 360°, para os idosos, claro que sim, mas o Social, é a Comunidade, e começa na infância.

A política social é um fator determinante na coesão, o documento Carta Social tem a responsabilidade de nos dar o conhecimento necessário para pôr em prática políticas equilibradas, e realistas, para o desenvolvimento sustentável do território.

A economia é uma junção de muitos fatores, desde as acessibilidades, à conectividade, à oferta de espaços culturais, passando pelas respostas sociais, emprego, todos estes fatores são essenciais para um território que se quer das Pessoas e para as Pessoas. Acredito, que as políticas sociais do Município do Crato, traduzem o atrás exposto, todos os dias trabalho, trabalhamos, com o foco nas Pessoas e no seu bem-estar.

Conhecemos o Nosso Território a Nossa Comunidade, sabemos a responsabilidade que temos, o que hoje decidirmos vai influenciar o futuro, um futuro que se quer com mais oportunidades e mais respostas, temos como objetivo Crato por tudo e Social para todos, traduzido na coesão do Território e da Comunidade.

Joaquim Diogo

01

INTRODUÇÃO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a transferência de competências no âmbito da Ação Social prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e que posteriormente foi mais concretizada, sequencialmente, pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e pela Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, os municípios assumem a responsabilidade da criação da carta social municipal, enquanto instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio.

As cartas sociais constituem assim uma ferramenta essencial para, através do conhecimento detalhado da rede de serviços e equipamentos sociais de cada município, se criarem territórios socialmente coesos, que disponham de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e espacialmente distribuída, que permita responder de forma específica, com níveis elevados de eficiência, às atuais carências e problemáticas sociais de cada município. Procura-se, igualmente, que as cartas sociais constituam um instrumento que permita antecipar possíveis carências e/ou novas respostas sociais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, que a um ritmo acelerado vão surgindo em resultado das rápidas transformações societárias.

De facto, a rede de serviços e equipamentos sociais, enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, que se concretiza na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, tem um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.¹

Neste sentido, a carta social municipal é, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que reforça os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, constituindo um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território. Assim, a presente carta social do município de Crato, correspondendo ao conteúdo legalmente exigido, para além desta nota introdutória, inclui, no capítulo 2, um enquadramento legal e estratégico da elaboração das cartas sociais no contexto da região do Alto Alentejo, processo que se desenvolveu de acordo com os pressupostos metodológicos apresentados no capítulo 3. No capítulo 4 sistematiza-se a caracterização prospetiva do território, nas suas vertentes física, demográfica e socioeconómica, enquanto que no capítulo 5 se caracteriza, também de forma prospetiva, a rede de equipamentos e serviços sociais do concelho, numa perspetiva de avaliação da oferta existente e de identificação de eventuais carências, que, por sua vez, enquadra a elaboração do programa de intervenção, ampliação e modernização da rede social do concelho que se apresenta no capítulo 6. O documento encerra com as considerações finais (capítulo 7).

¹ GEP-MTSSS (2023). Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2020.
<https://www.cartasocial.pt/documents/10182/13834/csosocial2021.pdf/12f65226-8c2a-42ef-b8b3-dad731ecccacaf>

A carta social municipal de Crato deve, pois, deixar pistas para uma estratégia de intervenção social integrada, sendo um documento de suporte à tomada de decisão aos diversos níveis, de fomento e apoio à cooperação institucional e, em particular, de informação aos cidadãos, disponibilizando informação acessível e atualizada da rede de serviços e equipamentos sociais do concelho.

De acordo com a Portaria 66/2021, a carta social tem uma vigência de quatro anos. Contudo, considerando que o presente documento, embora prospetivo, tem por base os dados atuais ao qual acresce uma acelerada transformação da sociedade em que vivemos, com forte impacto na rede das respostas sociais oferecidas aos cidadãos, recomenda-se uma monitorização e eventual revisão da carta social pelos órgãos competentes, caso se justifique antes do final do período de vigência.

02

ENQUADRAMENTO
LEGAL E ESTRATÉGICO

2. ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO DA CARTA SOCIAL

A carta social municipal constitui um instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional.

A competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais decorre da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que define o quadro global da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social, estabelecendo que, entre outras, esta competência cabe aos órgãos municipais.

A transferência de competências no domínio da ação social, prevista nos artigos 12.º e 32.º da referida Lei n.º 50/2018, foi posteriormente concretizada através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que estabelece o regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais neste domínio. Este diploma define as atribuições e competências dos municípios nesta área, nomeadamente no que diz respeito à prestação de serviços de apoio domiciliário, transporte social, alimentação, atividades de animação e de convívio, alojamento temporário, entre outros. No que concerne às cartas sociais, no n.º 1 do artigo 3.º deste Decreto-Lei, define-se que compete aos órgãos municipais “b) Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais” e “c) assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional”. O Decreto-Lei n.º 55/2020 determina, ainda, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º, que compete aos órgãos das entidades intermunicipais “b) elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.”

Posteriormente, a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, estabelece as regras e procedimentos para a elaboração, monitorização e avaliação das cartas sociais municipais, tendo como referência o objetivo de identificar as necessidades e carências sociais das populações, bem como as respostas e recursos existentes, reforçando o entendimento da carta social enquanto instrumento fundamental para o planeamento e gestão das políticas sociais a nível local, permitindo uma adequação da oferta de serviços e equipamentos sociais às necessidades das populações.

Como já foi referido, o processo de elaboração das cartas sociais é da responsabilidade da câmara municipal e, conforme determinado legalmente, antes das mesmas serem remetidas aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais, as cartas sociais devem ser apreciadas e objeto de parecer pelo conselho local de ação social (CLAS) e posteriormente aprovadas em sede de assembleia municipal.

As cartas sociais inscrevem-se num processo de operacionalização sucessiva, em diferentes níveis, de políticas públicas na área social que incorporam os objetivos da política de coesão de Portugal para o Horizonte 2030, em linha com os objetivos supranacionais de ter uma Europa mais inteligente, mais verde e hipocarbónica, mais

conectada, mais próxima dos cidadãos e mais social. Nesta última perspetiva, as orientações de investimento visam:

- Melhorar o acesso o mercado de trabalho, procurando ainda promover maiores níveis de conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os sistemas de educação e formação, promovendo a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos;
- Promover o acesso equitativo e atempado aos cuidados de saúde, promovendo aspetos como o envelhecimento ativo e saudável, através da dinamização de atividades para idosos e da criação de equipamentos e serviços específicos para esta população;
- Promover a inclusão ativa e combatendo a privação material, alicerçado na igualdade de género e combate à violência doméstica, através de campanhas de sensibilização e da criação de redes de apoio às vítimas.

A nível regional, a EREI (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) Alentejo 2030 constitui o plano estratégico para o desenvolvimento económico e social da região do Alentejo até 2030. Na área social, a estratégia desenhada tem como objetivo a promoção da coesão social e territorial, através do desenvolvimento de políticas e medidas que visem a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades².

Com base no diagnóstico identificado, a EREI Alentejo 2030 apresenta três objetivos estruturais, dois domínios transversais e seis domínios de especialização, alinhados entre si. No que concerne aos objetivos estruturais, estes encontram-se enunciados do seguinte modo:

- Incrementar a sustentabilidade e coesão territorial, através do desenvolvimento de projetos de I&DT ligados aos ativos regionais, promovendo a sua incorporação na economia e modelos circulares da utilização de recursos;
- Reforçar o valor das cadeias produtivas regionais, incorporando atividades de I&DT de forma a completar essas cadeias e fomentando projetos-âncora na região na ótica da valorização dos recursos endógenos;
- Incrementar a qualidade dos recursos humanos regionais, através da ligação com as Instituições de Ensino Superior, produzindo conhecimento aplicado e criando ecossistemas digitais e criativos abertos, propícios à atração de talentos e à criação de emprego qualificado.

Estes objetivos encontram-se estruturados em torno dos dois domínios transversais, digitalização da economia e circularidade da economia, culminando nos seguintes seis domínios de especialização: bioeconomia sustentável; energia sustentável; mobilidade e logística; serviços de turismo e hospitalidade; ecossistemas culturais e criativos; e inovação social e cidadania.

Independentemente da ligação entre os diferentes domínios, no aspeto social destacam-se ações transformativas como a:

² CCDRA (2022). Estratégia Regional de Especialização Inteligente – EREI2030. <https://www.ccdra.gov.pt/wp-content/uploads/2021/05/EREI2030.pdf>

- Provisão e acesso à educação e saúde em contexto de densidades variáveis, tendo em conta a interação entre a liberdade de escolha (territorial) para viver em territórios de baixa densidade de procura e os direitos no acesso aos serviços de saúde e de educação;
- Promoção da qualidade de vida e diminuição dos processos de institucionalização na velhice, incluindo processos de promoção do envelhecimento ativo e saudável e a promoção atividades que incentivem a sua participação social e cultural;
- Promoção da empregabilidade e da inclusão social através do desenvolvimento de projetos e medidas que fomentem a criação de emprego e o empreendedorismo social, bem como a qualificação e formação profissional dos cidadãos.

Estas políticas e medidas serão implementadas em colaboração com os municípios da região, entidades locais e regionais, bem como com parceiros sociais e económicos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável e a coesão social da região do Alentejo, considerando também outros instrumentos de planeamento regional, numa articulação multinível orientada para alcançar os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao nível da sub-região do Alto Alentejo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), no quadro dos seus objetivos de promoção do desenvolvimento social e económico regional com vista a garantir o bem-estar e qualidade de vida dos seus habitantes, é responsável pela definição de estratégias e políticas regionais em diversas áreas, incluindo a área social. No âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo para o período 2021-2030, e na área social, destacam-se como prioridades e ações da CIMAA (p. 7)³:

- “A melhoria das condições de trabalho, formação profissional, habitação, alimentação, saúde, higiene e hábitos de convivência, tendo presentes a igualdade de oportunidades e a redução das diferenças sociais”;
- “Promover e incrementar os investimentos na saúde, tanto em equipamentos como em recursos humanos formados e especializados, tendo presente a necessidade de unidades de cuidados continuados e paliativos, em proximidade e qualidade de resposta”;
- “Garantir os apoios sociais necessários aos idosos, aos portadores de deficiências e incapacidades, combater a pobreza e a exclusão social, diretamente e através das instituições que prestam serviço e respostas sociais nas mais variadas áreas”;
- “Promover a igualdade de género, raça e religião, a erradicação da violência doméstica e social, numa perspetiva de dignidade e respeito pela individualidade de cada pessoa”;
- “Valorizar e reorientar o sistema educativo, incluindo os programas, as estratégias, as metodologias, os métodos e os equipamentos, numa perspetiva de conhecimento, autonomia e desenvolvimento de capacidades, privilegiando o regime presencial, mas sem descuidar a necessidade do ensino à distância”.

Neste contexto, as linhas estratégicas emergentes do diagnóstico efetuado e as ações consideradas necessárias para o desenvolvimento da rede social do concelho de Crato, identificadas no capítulo 6 da presente carta social, integram-se nos objetivos e nas grandes linhas de ação da política social europeia, nacional e regional, pelo que poderão

³ CIMAA (2023). Revisitação | Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo 2030.

vir a ser consideradas como elegíveis em projetos associados aos pacotes financeiros do Portugal 2030 e do Alentejo 2030.

03

METODOLOGIA

3. METODOLOGIA

A estratégia metodológica que assistiu à elaboração da Carta Social do município do Crato assenta, fundamentalmente, num conjunto sistemático de metodologias e métodos de pesquisa, recorrentes e consolidados no campo das ciências sociais, que, em síntese, podemos designar como estratégia metodológica plural e participada.

Na sua essência, quer a elaboração do diagnóstico, quer a produção dos capítulos centrados nas propostas de intervenção para o futuro, têm como critério organizador o conceito de planeamento estratégico participado, traduzido na auscultação direta e no respetivo envolvimento dos vários atores locais/regionais que operam na área social, sobre a qual assenta a Carta Social do concelho do Crato, tanto na fase de diagnóstico, como na fase de reflexão e sistematização das propostas de intervenção futuras.

Esta opção metodológica traduz-se na mobilização de um conjunto de fontes de informação oficiais (a nível nacional, regional e local), bem como na consulta de documentação de índole estratégica específica de cada município, como foi o caso do concelho do Crato; a par de um processo de auscultação direta, mobilizando para o efeito a produção de vários instrumentos de recolha de dados, de natureza quantitativa e qualitativa, aplicados junto das entidades locais que intervêm na área social, transversalmente às múltiplas valências e respostas sociais direcionadas para públicos diferenciados envolvidos neste processo.

Neste particular, e no âmbito desta estratégia metodológica “multimétodo”, a triangulação da informação recolhida e sistematizada constitui uma forma de reduzir a eventual e possível subjetividade, por vezes resultante da maior ou menor proximidade que possa acontecer entre as equipas de investigação e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo. Paralelamente, afigura-se como uma estratégia com vista a aumentar a coerência, a clarificação e a demonstração das conclusões e das análises desenvolvidas, com base na informação empírica recolhida e validada pelos próprios atores que atuam no terreno.

Neste sentido e tendo em conta estes pressupostos, os trabalhos desenvolvidos ao longo deste processo de elaboração da Carta Social concelhia, assentaram na elaboração e aplicação de vários instrumentos de recolha de dados e na consequente análise por via das seguintes técnicas de investigação:

1. Recolha e análise documental, junto do município do Crato, de um conjunto de documentos de natureza estratégica, com especial foco nos documentos subjacentes à Rede Social do concelho; em paralelo com a demais informação estatística, obtida junto das entidades oficiais produtoras desta informação, designadamente o INE e a PORDATA. Cabe aqui uma referência adicional à consulta do portal nacional da Carta Social, não só como ponto de partida, mas, analogamente, como fonte de informação oficial e objeto de consulta regular;
2. Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos por via da aplicação de dois questionários junto das entidades que operam no terreno, na área social;
3. Auscultação dos agentes locais para uma sistematização das representações sobre as principais necessidades, prioridades e potencialidades de trabalho em rede em todo o

território do Alto Alentejo com impacto a nível concelhio, mediante a realização de um focus group em linha, acompanhado de um pedido adicional de envio de informação complementar à discussão gerada no âmbito do referido focus group;

4. Elaboração e preenchimento de fichas de caracterização das instituições concelhias que desenvolvem a sua atividade na esfera social.

Todo o processo de recolha de dados realizou-se entre os meses de novembro de 2022 e abril de 2023, de forma articulada e em paralelo, com maior enfoque nos meses de março e abril de 2023.

Em anexo podem ser consultados os modelos de instrumentos de recolha de dados, criados no âmbito do processo de elaboração da Carta Social do Crato.

04

CARACTERIZAÇÃO
PROSPETIVA DO
TERRITÓRIO

4.1. Caracterização Física

4.1.1. Localização e principais características físicas do território

Localizado no distrito de Portalegre o concelho do Crato está inserido na Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, CIMAA, que corresponde à NUT III do Alto Alentejo. Situado no centro desta região, faz fronteira a norte com os concelhos de Nisa e Castelo de Vide, a sul com os concelhos de Alter do Chão e Monforte, a este com o concelho de Portalegre e a oeste com os concelhos de Ponte de Sor e Gavião (gráfico 4.1.1).

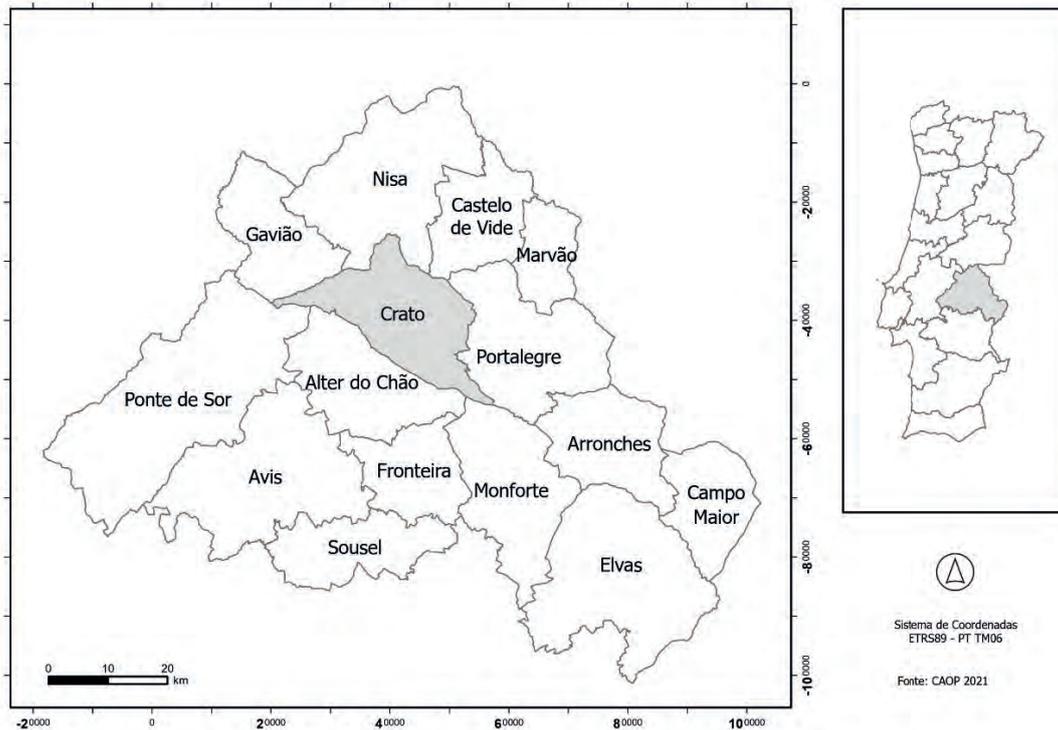


Gráfico 4.1.1 Enquadramento geográfico do concelho do Crato

O concelho do Crato ocupa uma área de 398,07 km² divididos pelas freguesias de Aldeia da Mata (37,28 km²), Gáfete (46,15 km²), Monte da Pedra (60,08 km²) e União das freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso (254,56 km²).

O relevo é predominantemente suave, com uma variação de cerca de 300 m entre as zonas mais baixas a sul e sudoeste e as zonas mais altas a nordeste, com a presença de alguns declives mais acentuados junto às Ribeiras de Seda e de Sor. (figura 4.1.1).

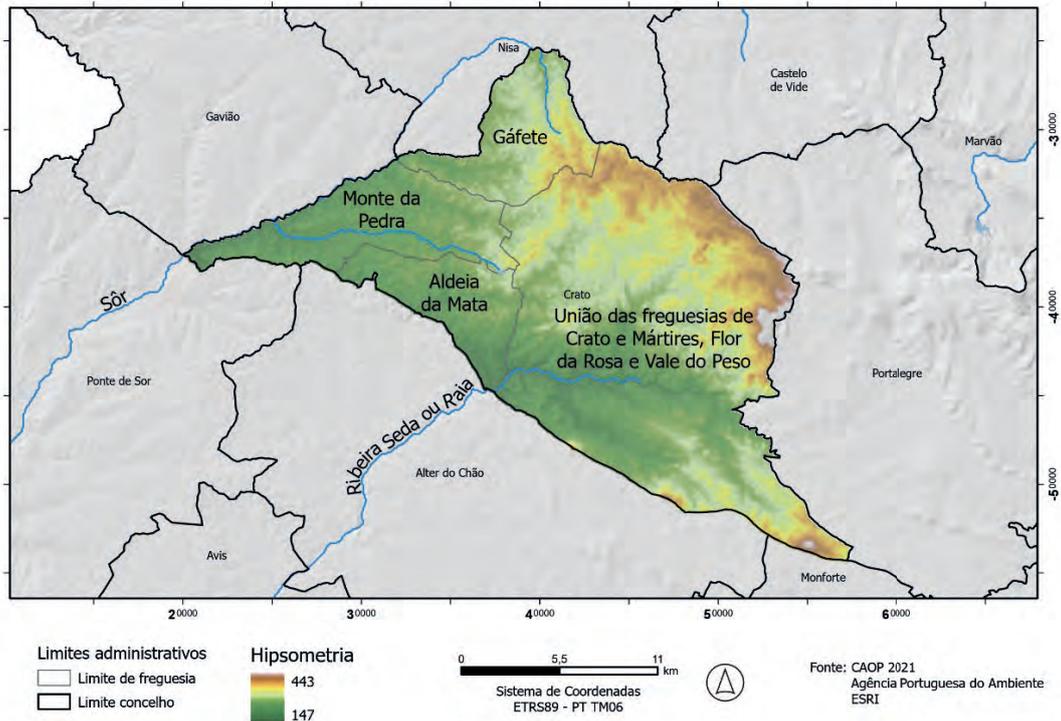


Gráfico 4.1.2 Hipsometria e rede hidrográfica principal do concelho

O clima da região é classificado como clima mediterrânico, assim como o da região onde se integra, com verões quentes e secos e invernos frios e com pouca precipitação. Julho e agosto são os meses mais quentes, e também os mais secos, com a temperatura média perto dos 25 °C, mas podendo atingir máximos absolutos superiores a 40°C. Dezembro, janeiro e fevereiro são os meses mais frios, com temperatura média inferior a 10 °C.

4.1.2. Rede de acessibilidades

A rede viária do concelho do Crato assegura as ligações entre as diferentes freguesias do concelho, quer seja por estrada nacional ou estrada municipal. Existem também ligações com os concelhos vizinhos. O IC13 atravessa o concelho e faz a ligação a Portalegre e ao IP2 (gráfico 4.1.3.).

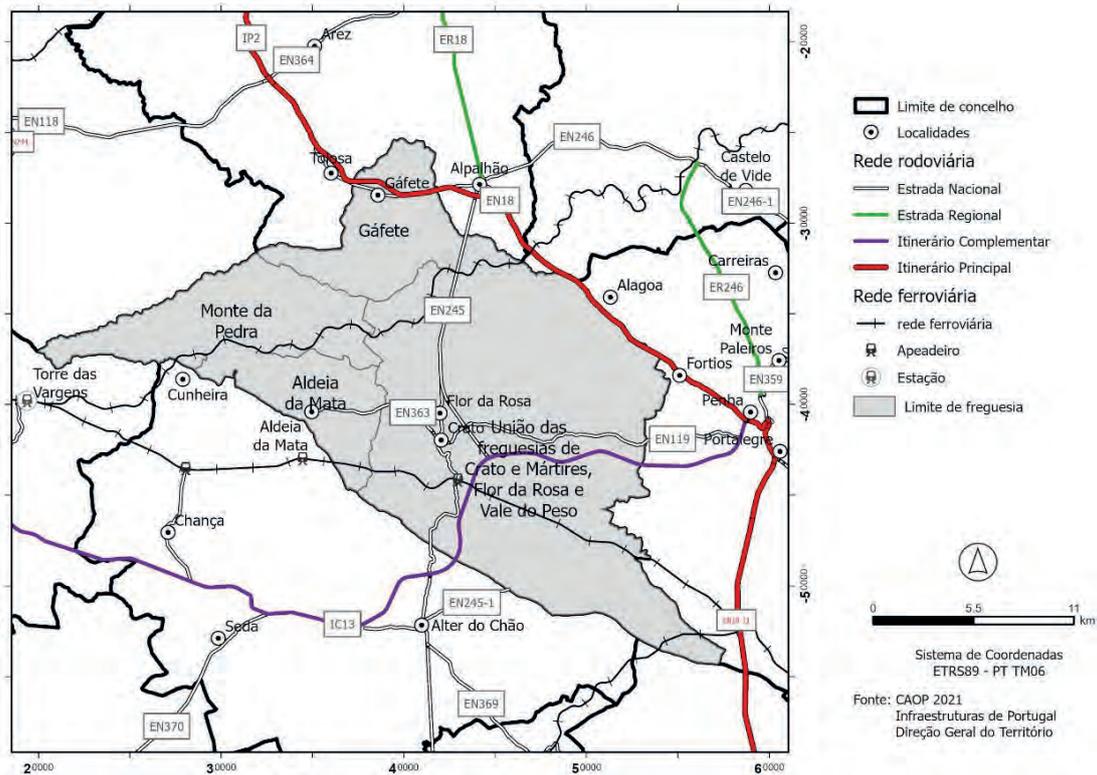


Gráfico 4.1.3 Rede rodoviária e ferroviária

Relativamente a transportes públicos coletivos existem ligações diárias entre o Crato e as freguesias do concelho. Existe também ligação à capital de distrito, Portalegre. Em termos ferroviários, existe uma ligação a Elvas, e o comboio regional/Intercidades que liga Portalegre e Lisboa duas vezes por dia para no apeadeiro do Crato.

4.2. Caracterização demográfica

Analisar a dinâmica populacional é fulcral para um conhecimento aprofundado dos territórios. Porém, antes de se enquadrar as características demográficas do local em análise é importante ter em conta alguns dados globais para que se possa circunscrever a informação num contexto micro de forma a possibilitar a apresentação de um diagnóstico aprofundado.

4.2.1. Breve enquadramento mundial

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece um total de 193 países no mundo, o que correspondeu, em 2018, a uma população mundial de 7,63 mil milhões de habitantes (Eurostat, s.d). A população mundial continua a crescer mas o ritmo de crescimento está a diminuir (United Nations, 2022). Contudo, em 2022, a população mundial atingiu os 8 mil milhões de habitantes. As últimas projeções das Nações Unidas sugerem que a população global pode crescer para cerca de 8,5 mil milhões em 2030, 9,7 mil milhões em 2050 e 10,4 mil milhões em 2100 (United Nations, 2022). Em 2020, a taxa de crescimento da população global diminuiu, pela primeira vez desde 1950, para valores inferiores a 1% ao ano (United Nations, 2022).

Globalmente, em 2022, a nível mundial existiam mais homens (50,3%) do que mulheres (49,7%). As projeções indicam que estes números podem vir a sofrer alterações lentamente ao longo do século em prol de um aumento de pessoas do sexo feminino. Até 2050, espera-se que o número de mulheres seja igual ao número de homens (United Nations, 2022).

O crescimento populacional é causado, em parte, pelo declínio dos níveis de mortalidade refletido no aumento dos níveis da esperança média de vida. Globalmente, a esperança média de vida atingiu 72,8 anos em 2019, um aumento de quase 9 anos desde 1990. Prevê-se que reduções adicionais na mortalidade resultem numa longevidade média de cerca de 77,2 anos, globalmente, em 2050. A esperança média de vida para as mulheres, em 2019, excedeu a dos homens em 5,4 anos, situando-se em 73,8 anos no sexo feminino e 68,4 anos no sexo masculino (United Nations, 2022).

Após uma queda na mortalidade, o crescimento populacional continua a verificar-se enquanto a fertilidade permanece em níveis elevados. Quando a fertilidade começa a reduzir, a taxa anual de crescimento começa também a reduzir. Em 2021, a fertilidade média da população mundial foi de 2,3 nascimentos por mulher ao longo da vida, tendo decrescido cerca de 5 nascimentos por mulher, quando comparada com valores referentes a 1950. Prevê-se que a fertilidade a nível global diminua ainda mais, para 2,1 nascimentos por mulher em 2050 (United Nations, 2022).

A alta fertilidade sustentada e o rápido crescimento populacional representam desafios para o desenvolvimento de um país. Para países com altos níveis contínuos de fertilidade, alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular os que estão relacionados com a saúde, educação e género, é provável que se acelere a transição para uma fertilidade mais baixa e um crescimento populacional mais lento (United Nations, 2022).

A população de idosos está a aumentar. A parcela da população global com 65 ou mais anos está projetada para aumentar de um valor de 10% em 2022 para 16% em 2050. Até 2050, projeta-se que o número de pessoas com 65 ou mais anos em todo o mundo seja superior ao dobro do número de crianças com idade inferior a 5 anos e, aproximadamente, igual ao número de crianças com idade inferior a 12 anos. Devido à vantagem feminina na esperança média de vida, o número de mulheres supera o número de homens em idades mais avançadas em quase todas as populações. Globalmente, as mulheres representavam 55,7% das pessoas com 65 ou mais anos em 2022 prevendo-se que este valor venha a diminuir ligeiramente para 54,5% em 2050 (United Nations, 2022).

A migração internacional está a ter um forte impacto nas tendências populacionais de alguns países. Nalgumas partes do mundo, a migração internacional tornou-se um fator importante para a mudança populacional. Para países com maior rendimento *per capita*, entre 2000 e 2020, houve uma contribuição da migração internacional para o crescimento da população (entrada líquida de 80,5 milhões de migrantes), tendo-se superado em mais de 20% o saldo de nascimentos sobre os óbitos (United Nations, 2022).

Nas próximas décadas, a migração será o único motor de crescimento populacional em países mais desenvolvidos. Em contraste, prevê-se que o aumento da população em países menos desenvolvidos continuará a ser impulsionado por um excesso de nascimentos sobre mortes (United Nations, 2022).

Entre 2010 e 2021, 40 países ou áreas geográficas, apresentaram um fluxo líquido de mais de 200 000 migrantes cada. O fluxo líquido nesse período ultrapassou 1 milhão de pessoas para alguns destes países. Para vários dos principais países recetores, os altos níveis de imigração neste período foram impulsionados principalmente por movimentos de refugiados provenientes, em particular, da República Árabe da Síria (United Nations, 2022).

De acordo com o *World Population Prospects 2022*, a saída líquida estimada de migrantes ultrapassou 1 milhão no período entre 2010 e 2021. Em muitos países, segundo o mesmo documento, as saídas resultaram de movimentos temporários de trabalhadores. Noutros países, a insegurança e o conflito impulsionaram a saída de migrantes neste período (United Nations, 2022).

A ONU recomenda que todos os países, quer tenham entradas ou saídas líquidas de migrantes, tomem medidas para facilitar a organização, migração segura, regular e responsável, de acordo com os ODS (United Nations, 2022).

A situação global no final de 2021, de acordo com os dados da *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR) remete para a existência em todo o mundo de 27,1 milhões de refugiados e de 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente (devido a conflitos e violência).

4.2.2. Breve enquadramento europeu

A Europa é constituída por 52 países que abrangem uma área total de 10 milhões de km² contemplando um total de 733,57 milhões de pessoas (Worlddata, s.d). Contudo, de entre estes países, 27 fazem parte da União Europeia (UE) com um total de 446,91 milhões de habitantes em 2021 (Eurostat, s.d). Quase três quartos, 74,5%, da população

destes 27 países vivia em 2018 em áreas urbanas, um valor consideravelmente acima da média mundial que era representada por 55,3% (Eurostat, s.d).

Os países da UE ocupam cerca de 4 milhões da área total da Europa. A UE contempla sete “regiões ultraperiféricas”, parcelas territoriais de países como França, Espanha e Portugal (União Europeia, s.d; Eurostat, s.d). Portugal integra a UE desde 1 de janeiro de 1986.

O envelhecimento da sociedade representa um grande desafio demográfico (Eurostat, s.d). A UE registou, em 2020, no seu Índice de Envelhecimento, 137,2 idosos por cada 100 jovens e Portugal registou 165,1 idosos por cada 100 jovens, apresentando um valor superior ao verificado na EU (Pordata, s.d; Eurostat, s.d).

As projeções indicavam uma idade média de 30,9 anos para a população mundial em 2020. Em contraste, para os 27 países da UE foi projetada uma idade média de 43,9 anos em 2020 (Eurostat, s.d). Contudo, Portugal registou nos Censos 2021, uma idade média de 45,4 anos, um valor superior ao previsto para a UE (INE, 2022).

De acordo com o *Report from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of regions on the impact of demographic change* de 2020, a UE teria, no referido ano, 447 milhões de habitantes prevendo-se que este valor atinja os 449 milhões por volta de 2025, antes de diminuir a partir de 2030 para 424 milhões em 2070 (Comissão Europeia, 2020).

O mesmo documento refere que estes dados são acompanhados de um envelhecimento significativo: a proporção de pessoas com mais de 65 anos deverá aumentar de 20% em 2019 para 30% em 2070. Ao mesmo tempo, a população com idade entre os 20 e 64 anos (ou seja, as pessoas em idade ativa) deverá diminuir de forma constante (Comissão Europeia, 2020).

Desta forma, esta evolução aumentará rapidamente o chamado índice de dependência entre o número de pessoas com mais de 65 anos e o número de pessoas em idade ativa entre os 20 e os 64 anos (Comissão Europeia, 2020). No entanto, segundo afirmam os especialistas, a taxa de emprego da população em idade ativa poderá alterar substancialmente a situação (Comissão Europeia, 2020).

O relatório da Comissão Europeia (2020) alerta também para a existência de diferenças consideráveis nas tendências demográficas entre as regiões da Europa. Algumas regiões, em particular, as zonas rurais da Europa Oriental e Meridional, poderão registar um declínio constante e rápido da população. Daí a necessidade de políticas ativas, em particular, no domínio do emprego e da saúde, para garantir que as alterações demográficas não exacerbem as diferenças no interior da União (Comissão Europeia, 2020).

O relatório sublinha também a forma como as tendências demográficas afetarão o lugar da Europa no mundo. A população mundial deverá continuar a crescer, passando de 7,8 mil milhões de pessoas em 2020 para 10,5 mil milhões em 2070 (Comissão Europeia, 2020). Em 1950, a população dos 27 países que compõem atualmente a UE representava 12,9% da população mundial e, em 2020, representava 5,7% da população mundial. Até 2070, a UE deverá representar apenas 3,7% da humanidade (Comissão Europeia, 2020).

De acordo com a Comissão Europeia (s.d.), em janeiro de 2021, registou-se 447,2 milhões de habitantes na UE, sendo que 37,5 milhões de pessoas teriam nascido fora da UE (8,4%

de todos os habitantes da UE) e 23,7 milhões eram cidadãos de países terceiros (5,3% da população total da UE). A maioria dos cidadãos de países terceiros que residiam na UE com uma autorização de residência válida no final de 2021 era titular de autorizações emitidas por motivos familiares ou profissionais (Comissão Europeia, s.d.).

A situação global, de acordo com os dados da *United Nations High Commissioner for Refugees*, no final de 2021, aponta para a existência em todo o mundo de 27,1 milhões de refugiados e de 53,2 milhões de pessoas deslocadas internamente (devido a conflitos e violência). Contudo, no final de 2021, viviam na UE menos de 10% do total dos refugiados do mundo e apenas uma pequena parte das pessoas deslocadas internamente. A percentagem de refugiados na UE representava 0,6% da sua população total (Comissão Europeia, s.d.).

Sem a migração, a população europeia teria diminuído, em 2019, meio milhão de habitantes (nasceram 4,2 milhões de crianças e morreram 4,7 milhões de pessoas na UE). Em 2020, a população da UE diminuiu em cerca de 100 mil pessoas (de 447,3 milhões em 1 de janeiro de 2020 para 447,2 milhões em 1 de janeiro de 2021), devido a uma combinação de menos nascimentos, mais mortes e menos migração líquida (Comissão Europeia, s.d.).

4.2.3. Enquadramento nacional

Portugal ou República Portuguesa é um estado da Europa Meridional, fundado em 1143, que ocupa uma área total de 92 212 km². A parte continental situa-se no extremo sudoeste da Península Ibérica, fazendo fronteira a norte e a leste com a Espanha e a oeste e a sul com o Oceano Atlântico. O território português inclui duas regiões autónomas: os arquipélagos da Madeira e dos Açores, localizados no Oceano Atlântico (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s.d.).

Os resultados dos Censos 2021 representados na tabela 4.2.1. indicam que a população residente, em Portugal, era de 10 343 066 indivíduos. Portugal assinala, em 2021, segundo um valor referente ao ano 2011, uma descida de 2,07% na população residente face a 2011 que representa menos 219 112 residentes do que em 2011 e uma descida menos acentuada, de 0,13%, face a 2001. A diminuição observada marca uma inversão na tendência de crescimento da população que se verificava desde 1864, apenas interrompida de forma pontual em 1970 (INE, 2022). Também, no início do século, de 2001 para 2011, os Censos revelam um aumento de cerca de 2% da população residente no país.

Tabela 4.2.1: População residente (N.º) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011 e 2021)

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Portugal	10 356 117	⊥ 10 562 178	10 343 066	-0,13%

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE, Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-03-07

Na tabela 4.2.2., os resultados dos Censos 2021 indicam que do total de 10 343 066 indivíduos residentes em Portugal, 4 920 220 (47,6%) são homens e 5 422 846 (52,4%) são mulheres, ou seja, existem mais 502 626 (4,8%) mulheres do que homens.

Tabela 4.2.2: População residente (N.º) segundo os Censos: total e por sexo em Portugal (2021)

	Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846

Fonte: Pordata (INE, Recenseamento Geral da População 2021)

Última atualização: 2023-03-07

Em termos de estrutura etária, referente aos grandes grupos etários, observa-se na tabela 4.2.3. que em 2021 houve uma diminuição da população jovem e um aumento da população idosa, face aos Censos referentes aos anos 2001 e 2011. Na análise por grupos etários, verifica-se que apenas o grupo dos indivíduos com 65 ou mais anos cresceu na última década, todos os restantes grupos etários sofreram uma diminuição do número de efetivos populacionais. O grupo etário que representa os indivíduos com idade entre os 15 e os 64 anos foi o que sofreu a diminuição mais acentuada no período apresentado. Em 2021, a idade média em Portugal fixou-se nos 45,4 anos (INE, 2022).

Tabela 4.2.3: População residente (N.º): total e por grandes grupos etários em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Grandes grupos etários								
	0-14			15-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1 679 191	1 588 663	1 365 940	6 978 257	6 976 693	6 604 819	1 705 274	2 000 480	2 436 949

Fonte: Pordata (INE, Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

Os Censos 2021 revelam um agravamento do envelhecimento populacional em Portugal, revelado por uma redução do número de indivíduos jovens acompanhada de um aumento do número de indivíduos idosos. O valor de 2021 indica a existência de cerca de 178 idosos por cada 100 jovens, um valor substancialmente superior ao verificado no início do século, em 2001.

Tabela 4.2.4: Índice⁴ de envelhecimento (Rácio - %) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	101,6	125,9	178,4

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

Nos últimos dez anos agravou-se a tendência para o envelhecimento da população: a população jovem em idade ativa diminuiu e aumentou a população idosa. Na tabela 4.2.5. é possível observar através do índice de sustentabilidade potencial que, entre 2011 e 2021, o número de indivíduos em idade ativa por idoso diminuiu de 2,7 indivíduos em idade ativa por cada idoso para 3,5 indivíduos por idoso. Em Portugal, a sustentabilidade potencial que implica um rejuvenescimento da população ativa em Portugal apresenta-se como um desafio.

Tabela 4.2.5: Índice de sustentabilidade potencial⁵ (Rácio – N.º) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	⊥3,5	2,7

Legenda: ⊥ - Quebra de série

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-12-21

Outro dado relevante refere-se ao índice de dependência de idosos. De acordo com a tabela 4.2.6. podemos constatar que o referido índice teve um aumento significativo de 24,4% para 36,09%, de 2001 para 2021, em Portugal o que representa um aumento do número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa.

Tabela 4.2.6: Índice de dependência de idosos⁶ (Rácio - %) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,7	36,9

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2023-04-03

⁴ O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

⁵ Número de indivíduos em idade ativa por idoso - Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

⁶ O índice de dependência de idosos corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

Na tabela 4.2.7., verifica-se que na primeira década do século XXI a taxa de mortalidade registou um ligeiro decréscimo tendo aumentado consideravelmente o seu valor para 12,0‰ em 2021.

Tabela 4.2.7: Taxa bruta de mortalidade⁷ (‰) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,1	9,7	Pre 12,0

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-09-29

Por outro lado, Portugal tem-se confrontado com o decréscimo populacional causado também pela baixa taxa de natalidade. A taxa bruta de natalidade, em Portugal, tem registado nos últimos Censos um decréscimo significativo, conforme observado na tabela 4.2.8. Portugal regista, em 2021, um decréscimo de 3,2‰ face aos dados dos Censos de 2001.

Tabela 4.2.8: Taxa bruta de natalidade⁸ (‰) segundo os Censos em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,9	9,2	Pre 7,7

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

De acordo com a tabela 4.2.9. a população estrangeira residente em Portugal, em 2021, sofreu um aumento significativo desde 2011, registando um valor de 4,1% de estrangeiros em 2011 e de 6,7% em 2021. Na análise da população estrangeira segundo o sexo, os dados apontam, em 2021, para a existência de um número superior de homens quando mulheres tendo-se verificado de 2011 para 2021 um maior aumento da população estrangeira do sexo masculino quando comparada com a população do sexo feminino.

⁷ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes (metainformação - INE).

⁸ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes (metainformação - INE).

Tabela 4.2.9: População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total e por sexo em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4,1	6,7	4,3	7,3	3,9	6,2

Fonte: Pordata (INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)
Última atualização: 2023-04-04

Na tabela 4.2.10. verifica-se que a população estrangeira residente em Portugal, em 2021, era de 698 536 indivíduos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) verificou-se em Portugal, no ano 2021, um aumento significativo de 263 828 indivíduos face ao ano 2011. A população estrangeira do sexo masculino excede, em número, a população estrangeira do sexo feminino conforme ilustrado na tabela 2.4.10. Importa referir que, de entre a população estrangeira, a comunidade mais representativa era a de nacionalidade brasileira, em 2021, com 204 669 de pessoas, com estatuto legal de residência (INE, 2022).

Tabela 4.2.10: População estrangeira (N.º) com estatuto legal de residente: total e por sexo em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	434 708	698 536	218 170	359 727	216 538	338 809

Fonte: Pordata (INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)
Última atualização: 2022-06-30

O saldo entre nascimentos e óbitos resultou numa redução de 250 066 pessoas. Contudo, o saldo migratório positivo de 35 780 indivíduos verificado no país não foi suficiente para compensar a redução da população portuguesa (INE, 2022).

A tabela 4.2.11. apresenta os saldos populacionais em 2001, 2011 e 2021. No que diz respeito ao saldo natural que representa a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos regista-se um valor negativo em 2011 tendo-se acentuado em 2021 com um valor de -45,2 milhares de pessoas o que significa que o número de óbitos foi superior ao número de nados-vivos em cerca de 45 mil pessoas agravando a tendência de envelhecimento da população portuguesa que se tem verificado nas últimas décadas. Por outro lado, em 2021, o saldo migratório poderá compensar este fator natural, considerando que o valor deste ano destaca a existência de um maior número de

imigrantes do que emigrantes, situação que não se verificou em 2011 registando-se uma diferença (negativa) de cerca de 7,7 mil indivíduos o que significa que, neste ano, o número de emigrantes foi superior ao número de imigrantes.

Tabela 4.2.11: Saldos populacionais anuais (N.º em milhares): total, natural e migratório em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Saldo total			Saldo natural ⁹			Saldo migratório ¹⁰		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	63.895,0	-13	26	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-7 779	72 040
		771,0	820,0						

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.4. Enquadramento regional: Alentejo e Alto Alentejo

Na última década, Portugal registou um decréscimo populacional de cerca de 2,0% (c.f. tabela 4.2.1.) acentuando-se uma tendência para a litoralização e concentração da população junto da capital (INE, 2022). O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa são as únicas regiões do país que registaram um crescimento da população, com valores de 3,7% e 1,7% respetivamente face ao ano 2011, sendo o Alentejo a região que regista o decréscimo mais expressivo, -6,9%, seguindo-se a Região Autónoma da Madeira com um valor de -6,2% (INE, 2022). “Desde há muito que o decréscimo populacional, o envelhecimento e a fraca capacidade de retenção de população jovem são características conhecidas do Alentejo” (Carvalho & Ribeiro, 2009, p.11).

A região do **Alentejo** é a maior província de Portugal e está situada a sul de Portugal, limitada a norte pelo rio Tejo, a sul pela Região do Algarve, a oeste pelo Oceano Atlântico e a este pelo Rio Guadiana e pela fronteira com Espanha (províncias da Extremadura e Andaluzia). Esta região compreende quatro NUTS III, nomeadamente: Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo; Alentejo Litoral (Eurorregião Alentejo, Algarve e Andaluzia, s.d; INE, 2022).

Na tabela 4.2.12. observa-se, em 2021, um agravamento dos valores da taxa de crescimento anual médio nas três dimensões, nacional, regional e sub-regional face ao ano 2011. Portugal, registou uma taxa de crescimento em 2001 de 0,485% e em 2011 o

⁹ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

¹⁰ Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes). Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afetadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional.

valor da taxa reduziu para 0,197% mantendo-se, contudo, positiva. A região Alentejo e a sub-região Alto Alentejo não apresentam taxas de crescimento populacional positivas no período 2001-2021.

Tabela 4.2.12: Taxa de crescimento anual médio (%) da população residente segundo os Censos na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	0,485	⊥0,197	-0,209
Alentejo	-0,074	⊥-0,251	-0,720
Alto Alentejo	-0,546	⊥-0,691	-1,210

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-03-07

Na tabela 4.2.13. é possível verificar que os resultados dos Censos 2021 apontam para uma população residente em Portugal constituída por 10 343 066 indivíduos contemplando 757 302 indivíduos na região Alentejo e 118 506 indivíduos na sub-região Alto Alentejo. Comparando os valores de 2021 com os valores de 2001, verifica-se um decréscimo populacional nas dimensões geográficas correspondentes ao Alentejo e o Alto Alentejo.

A sub-região **Alto Alentejo** contempla o **Distrito de Portalegre** sendo este constituído por 15 concelhos, nomeadamente: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel e por um total de 69 freguesias (CIMAA, s.d; INE, 2022).

Observando ainda a tabela 4.2.13. verifica-se que os dados dos Censos revelam que a sub-região do Alto Alentejo perdeu de 2001 para 2021 cerca de 17,4% da população residente. Também, a região do Alentejo, assim como Portugal apresentam um decréscimo na população residente embora menos acentuado do que o decréscimo verificado na sub-região do Alto Alentejo.

Tabela 4.2.13: População residente (N.º) por local de residência segundo os Censos na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Alto Alentejo	127 018	⊥118 506	104 923	-17,4%
Alentejo	776 585	⊥757 302	704 533	-9,3%
Portugal	10 356 117	⊥10 562 178	10 343 066	-0,13%

Legenda: ⊥ - Quebra de série

Fonte: Pordata (INE- Recenseamentos Gerais da População (Censo 2001); Recenseamento da População e Habitação (Censos 2011 e 2021)

Última atualização: 2022-12-21

De acordo com a tabela 4.2.14. verifica-se que os resultados dos Censos 2021 indicam uma população constituída por 10 343 066 residentes, em Portugal, dos quais 4 920 220 (47,6%) são homens e 5 422 846 (52,4%) são mulheres, ou seja, o país tem 502 626 (4,8%)

mais mulheres do que homens. Na região Alentejo, do total de 704 533 residentes, 341 403 são homens e 363 130 são mulheres. Já na sub-região Alto Alentejo, do total de 104 923 pessoas, 49 827 são homens e 55 096 são mulheres.

Tabela 4.2.14: População residente (N.º) por sexo segundo os Censos (2021)

	Total	Homens	Mulheres
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846
Alentejo	704 533	341 403	363 130
Alto Alentejo	104 923	49 827	55 096

Fonte: Pordata (Recenseamentos Gerais da População)
Última atualização: 2023-03-07

A tabela 4.2.15. apresenta estimativas sobre a população residente por grandes grupos etários. Observa-se um decréscimo significativo do número de efetivos populacionais das faixas etárias dos 0 – 14 anos e dos 15 – 64 anos no período 2001-2021. De acordo com as estimativas apresentadas, a população residente com 65 ou mais anos de idade registou um aumento no contexto nacional e na região do Alentejo desde o início do século XXI verificando-se, no entanto, na sub-região do Alto Alentejo, uma diminuição do número de pessoas inseridas nesta faixa etária.

Tabela 4.2.15: População residente (N.º) por grandes grupos etários na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Grandes grupos etários								
	0-14			15-64			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	1 679 191	1 588 663	1 365 940	6 978 257	6 976 693	6 604 819	1 705 274	2 000 480	2 436 949
Alentejo	107 817	103.067	89 506	493 896	473 035	430 683	174 513	180 929	191 036
Alto Alentejo	17 060	15.069	15.069	76 655	71 652	61 437	33 113	31 809	31 280

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)
Última atualização: 2023-04-03

O índice de envelhecimento, em Portugal, conforme tabela 4.2.16, aumentou significativamente relativamente ao valor registado em 2011, aumentando de 125,9 idosos por cada 100 jovens para 178,4 idosos por cada 100 jovens em 2021. Esta tendência, que reflete um evidente envelhecimento da população, verifica-se também na região Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo sendo mais expressiva nesta última, com o registo de cerca de 247,5 idosos por cada 100 jovens em 2021.

Tabela 4.2.16: Índice de envelhecimento¹¹ (N.º) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011 e 2021)

Anos	2011	2021
Portugal	125,9	178,4
Alentejo	175,55	213,4
Alto Alentejo	211,1	247,5

Fonte: INE – Recenseamento da População e Habitação

Última atualização: 2023-04-03

A tabela 4.2.17 mostra que, de 2011 para 2021, a população jovem em idade ativa por idoso diminuiu nos três contextos geográficos, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo situação que revela um aumento do número de idosos face à população em idade ativa neste período. Esta diminuição do índice de sustentabilidade potencial torna-se ainda mais expressiva quando se comparam os valores dos últimos Censos, 2021, com valores de 2001. Destaca-se que, em 2021, na sub-região do Alto Alentejo, o valor do índice de sustentabilidade potencial é significativamente inferior ao valor registado a nível nacional.

Tabela 4.2.17: Índice de Sustentabilidade Potencial¹² (Rácio – N.º) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	⊥ 3,5	2,7
Alentejo	2,9	⊥ 2,6	2,2
Alto Alentejo	2,3	⊥ 2,2	1,9

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2022-12-21

Outro fator relevante que permite analisar a dinâmica demográfica de um país e/ou região diz respeito ao índice de dependência de idosos. Na tabela 4.2.18, pode observar-se que este indicador revela um aumento do número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa entre 2001 e 2021 nos três contextos geográficos, Portugal, Alentejo e Alto Alentejo. Comparando os valores do último Censo, em 2021, nos três contextos verifica-se que a sub-região do Alto Alentejo apresenta um valor bastante superior ao registado a nível nacional.

¹¹ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

¹² Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (100) com 65 ou mais anos).

Tabela 4.2.18: Índice de dependência de idosos¹³ (Rácio - %) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,7	36,9
Alentejo	35,3	38,2	44,4
Alto Alentejo	43,2	44,4	50,9

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente)

Última actualização: 2023-04-03

Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se que desde 2001 os valores têm aumentando quer a nível nacional quer ao nível da região Alentejo e da sub-região do Alto Alentejo. A tabela 4.2.19 mostra que há vinte atrás, o valor da taxa de mortalidade na sub-região do Alto Alentejo já era superior ao valor preliminar previsto para Portugal nos últimos Censos de 2021.

Tabela 4.2.19: Taxa de bruta de mortalidade¹⁴ (‰) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,1	9,7	Pre 12,0
Alentejo	13,5	13,4	Pre 16,6
Alto Alentejo	15,7	16,0	Pre 19,7

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-09-29

A tabela 4.2.20 permite observar que o aumento dos valores da taxa de mortalidade forma acompanhados por uma diminuição da taxa de natalidade no período entre 2001 e 2021. Na região Alentejo prevê-se um decréscimo de 1,5‰ face aos dados dos Censos de 2021 estimando-se uma diferença ligeiramente superior, de 1,6‰, na sub-região do Alto Alentejo.

¹³ O índice de dependência de idosos corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

¹⁴ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes)

Tabela 4.2.20: Taxa bruta de natalidade¹⁵ (%) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	10,9	9,2	Pre 7,7
Alentejo	8,8	8,1	Pre 7,4
Alto Alentejo	8,2	7,4	Pre 6,6

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

No que diz respeito à evolução da esperança média de vida à nascença, observando-se a tabela 4.2.21. verifica-se, desde 2001, quer a nível nacional quer na região Alentejo, uma tendência de aumento dos valores deste indicador. A esperança média de vida é superior no grupo das mulheres, registando, em 2020, uma diferença de cerca de 6 anos relativamente ao grupo dos homens, na região Alentejo. Os valores que representam a realidade nacional seguem a mesma tendência verificada na região Alentejo. Contudo, o aumento da esperança de vida nas últimas décadas não se tem revelado suficiente para impedir o decréscimo populacional que Portugal e a região do Alentejo estão a vivenciar.

Tabela 4.2.21: Esperança média de vida à nascença: total e por sexo na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2020)

Anos	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2020	2001	2011	2020	2001	2011	2020
Portugal	76,7	79,8	80,7	73,3	76,7	77,7	80,1	82,6	83,4
Alentejo	76,7	79,3	79,8	73,3	76,4	76,7	79,9	82,0	82,8

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas de Óbitos)

Última atualização: 2022-08-09

A população estrangeira residente em Portugal, em 2021, teve um aumento significativo desde 2011, tendência que se verificou também na região Alentejo. Na sub-região do Alto Alentejo verificou-se, entre 2011 e 2021, um pequeno aumento da população residente de nacionalidade estrangeira. Em Portugal, na região Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo, em 2021, a percentagem de homens residentes de nacionalidade estrangeira supera a percentagem de mulheres. Além disto, a informação da tabela 4.2.22. revela que, em 2021, a proporção de população residente com nacionalidade estrangeira no país supera dobro da população estrangeira na sub-região do Alto Alentejo.

¹⁵ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Tabela 4.2.22: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por sexo na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Homens		Mulheres	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4,1	6,2	4,3	7,3	3,9	6,2
Alentejo	3,6	5,6	4,0	6,8	3,3	4,5
Alto Alentejo	2,6	2,7	2,7	2,8	2,5	2,6

Fonte: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente; INE - Estimativas Anuais da População Residente

Última atualização: 2023-04-04

De acordo com a tabela 4.2.23 verifica-se um aumento de população estrangeira com estatuto legal de residente, em Portugal e na região Alentejo de 2011 para 2021. No entanto, a sub-região do Alto Alentejo não acompanhou esta tendência no período indicado apresentando um ligeiro decréscimo deste tipo de população. Em coerência com a informação representada na tabela anterior, 4.2.22, verifica-se que em Portugal e na região Alentejo, em 2021, o número de homens com estatuto legal de residente supera o número de mulheres verificando-se a situação contrária na sub-região do Alto Alentejo com um número de mulheres ligeiramente superior ao número de homens.

Importa referir, que de entre a população estrangeira, a comunidade mais representativa era a de nacionalidade brasileira, com estatuto legal de residência, no Alentejo e no Alto Alentejo, seguindo a tendência verificada a nível nacional (INE, 2022).

Tabela 4.2.23: População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Total		Homens		Mulheres	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	434 708	698 536	218 170	359 727	216 538	338 809
Alentejo	27 462	39 702	14 611	23 378	12 851	16 324
Alto Alentejo	3 077	2 881	1 554	1 416	1 523	1 465

Fonte: Pordata (INE – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente)

Última atualização: 2022-06-30

O saldo natural, que se refere à diferença entre o número de pessoas que nascem e que morrem, apresenta valores negativos desde 2001 em dois contextos geográficos, regional e sub-regional (tabela 4.2.24). No entanto, em 2001, o número de nascimentos ainda superava o número de óbitos. Verifica-se ainda que o saldo migratório positivo em 2021 não foi suficiente para compensar o saldo natural, verificando-se um decréscimo do saldo total em Portugal, na região Alentejo e na sub-região Alto Alentejo.

Tabela 4.2.24: Saldo populacionais anuais: total, natural e migratório na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

Anos	Saldo total			Saldo natural			Saldo migratório		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	63 895,0	- 13 771,0	26 820,0	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-7 779	72 040
Alentejo	542,0	-3 354,0	4 302,0	-3 618	-3 961	-6 509	4 160	607	10 811
Alto Alentejo	-556,0	-657,0	-645,0	-958	-1 010	-1 380	402	353	735

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.5 Crato

O concelho do Crato, com 398,07 km², de acordo com a RCM n.º 30/96, de 26 de março, situa-se na região do Alentejo, na sub-região do Alto Alentejo, no distrito de Portalegre. É limitado pelos Municípios de Alter do Chão, Ponte de Sôr, Gavião, Nisa, Castelo de Vide, Portalegre e Monforte. Alter do Chão é composto por quatro freguesias, nomeadamente: Aldeia da Mata, Gáfete, Monte da Pedra e União de freguesias de Crato e Mártires, Flor de Rosa e Vale de Peso (Câmara Municipal do Crato, s.d; Pordata, s.d). O concelho apresentava, em 2021, conforme tabela 4.2.25, um total de 3 225 habitantes, sendo 1 485 do sexo masculino e 1 740 do sexo feminino. Estes 3 225 indivíduos estão divididos entre as quatro freguesias do concelho. Um total de 313 habitantes residem na freguesia de Aldeia da Mata, destes 139 são do sexo masculino e 174 do sexo feminino. A freguesia de Gáfete apresenta 688 habitantes e deste 327 são homens e 361 são mulheres. Já a freguesia de Monte da Pedra regista 222 residentes, sendo 112 do sexo masculino e 110 do feminino. Finalmente, União das freguesias de Crato e Mártires, Flor de Rosa e Vale do Peso apresenta um total de 2 002 habitantes, sendo 907 homens e 1 095 mulheres.

Tabela 4.2.25: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo

	Total	M	F
Portugal	10 343 066	4 920 220	5 422 846
Alentejo	704 533	341 403	363 130
Alto Alentejo	104 923	49 827	55 096
Crato	3 225	1 485	1 740
Aldeia da Mata	313	139	174
Gáfete	688	327	361

Monte da Pedra	222	112	110
União das freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	2 002	907	1 095

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2021

Última atualização: 2022-11-23

Em todos os concelhos há um registo de perda de população, conforme mostra a tabela 4.2.26, sendo mais acentuado, em termos percentuais, nos concelhos de Nisa e de Gavião, com perdas populacionais de cerca de 30,5% e 30,3% respetivamente entre 2001 e 2021. Ainda, assim, o concelho de Nisa apresenta, atualmente, uma população de 5 952 residentes, cerca do dobro da população de concelhos como Arronches, Fronteira e Monforte, que apresentam uma população inferior a três mil habitantes. O concelho que menos população perdeu entre 2001 e 2021 foi Campo Maior (INE, 2022).

Com base nos Censos de 2001, 2011 e 2021, Portalegre é o concelho com mais população, com 22 340 residentes, embora tenha perdido cerca de 14,0% da população residente, seguindo-se Elvas com 20 730 residentes e Ponte de Sor com 15 248 residentes. Em termos absolutos, Portalegre, Ponte de Sor, Nisa e Elvas foram os concelhos que perderam um maior número de pessoas (INE, 2022).

Os resultados dos Censos 2021, conforme mencionado anteriormente, apontam que a população residente em 2021, em Portugal, é de 10 343 066 indivíduos, no Alentejo é de 704 533, bem como no Alto Alentejo é de 104 923. Percebe-se um decréscimo populacional nas três dimensões, com destaque ao Alentejo e o Alto Alentejo desde 2001. Seguindo a tendência, em todos os concelhos do Alto Alentejo há um registo de perda de população, conforme tabela abaixo. O concelho de Crato registou uma perda de população de 25,5%, o que o coloca em 4.º lugar, dos 15 concelhos, que mais perderam população na sub-região do Alentejo.

Tabela 4.2.26: Taxa de crescimento anual médio da população residente segundo os censos

	2001	2011	2021	Varição (2001-2021)
Alter do Chão	3 933	3 572	3 044	-22,6%
Arronches	3 381	3 157	2 789	-17,5%
Avis	5 182	4 577	3 812	-26,4%
Campo Maior	8 405	8 449	8 042	-4,3%
Castelo de Vide	3 855	3 397	3 116	-19,2%
Crato	4 326	3 700	3 225	-25,5%
Elvas	23 364	23 000	20 730	-11,3%
Fronteira	3 725	3 394	2 858	-23,3%
Gavião	4 869	4 113	3 394	-30,3%
Marvão	4 019	3 506	3 021	-24,8%
Monforte	3 407	3 321	2 992	-12,2%
Nisa	8 559	7 412	5 952	-30,5%
Ponte de Sor	18 087	16 665	15 248	-15,7%
Portalegre	25 957	24 789	22 340	-13,9%
Sousel	5 762	5 057	4 360	-24,3%

Fonte: Pordata - INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021

Podemos observar na tabela 4.2.27 a população residente por sexo, que em todos os concelhos do distrito de Portalegre que a população do sexo feminino supera a população do sexo masculino, conforme a tendência que se verifica também a nível nacional, na região do Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo verificada anteriormente. Constatou-se que no Crato a percentagem é de 53,95% da população é do sexo feminino enquanto 46,05% é do sexo masculino.

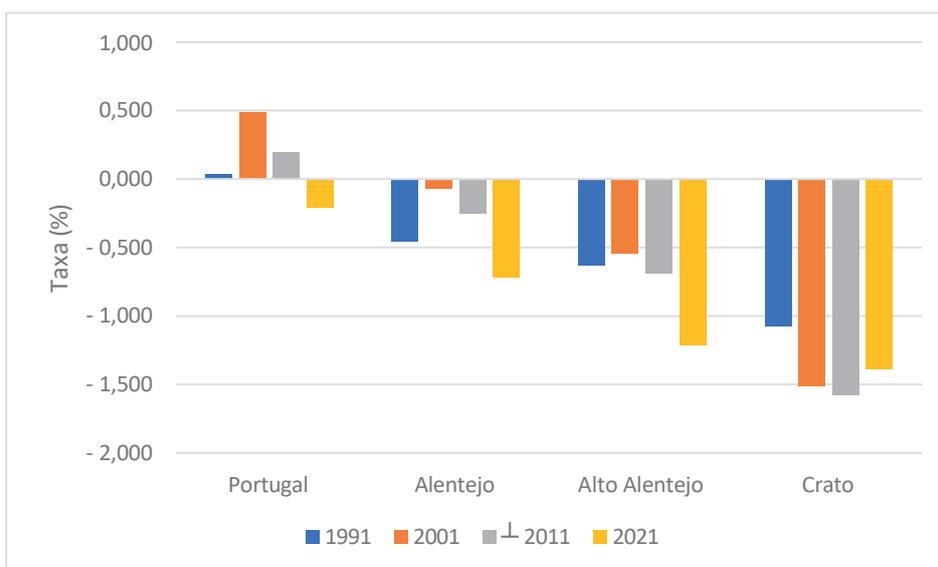
Tabela 4.2.27: População residente (N.º) por sexo segundo os Censos nos concelhos (2021)

Concelho	Total	Homens	Mulheres
Alter do Chão	3044	1390	1654
Arronches	2789	1379	1410
Avis	3812	1791	2021
Campo Maior	8042	3876	4166
Castelo de Vide	3116	1496	1620
Crato	3225	1485	1740
Elvas	20730	9873	10857
Fronteira	2858	1356	1502
Gavião	3394	1581	1813
Marvão	3021	1442	1579
Monforte	2992	1408	1584
Nisa	5952	2804	3148
Ponte de Sor	15248	7327	7921
Portalegre	22340	10592	11748
Sousel	4 360	2 027	2 333

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

O gráfico 4.2.1 apresenta os resultados dos Censos de 1991, 2001, 2011 e 2021 quanto à taxa de crescimento anual médio. Observa-se um decréscimo nas quatro dimensões, Nacional, Regional, Sub-regional e Concelho, sobretudo no último Censo de 2021. Portugal, a nível nacional, registou uma pequena taxa de crescimento em 1991 (0,03%), em obteve um aumento significativo em 2001 (0,48%), e 2011 a taxa voltou a cair, contudo ainda estava positiva (0,19%). O Alentejo e o Alto Alentejo até o presente momento não registaram taxas de crescimento populacional positivas desde 1991. O concelho do Crato registou uma perda de população de -1,39% em 2021. Em comparação com as outras dimensões observa-se que o Crato apresenta um decréscimo na taxa bastante significativo.

Gráfico 4.2.1: Taxa de crescimento anual médio segundo os censos



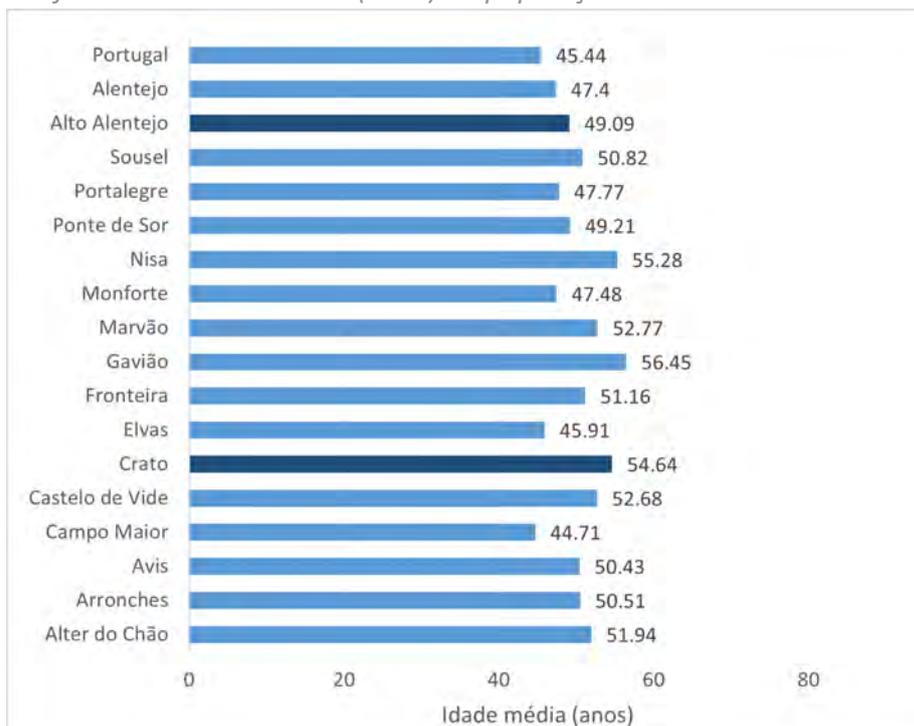
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001, 2011 e 2021.

Nota: A fonte faz referência a uma quebra de série nos valores referentes ao ano 2011.

Última atualização: 2023-03-07

O envelhecimento da população continua a ser um dos fatores mais preocupantes. No gráfico 4.2.2 podemos constatar que a idade média em Portugal fixou-se nos 45,4 anos. Contudo, a média do Alentejo (47,4 anos) está acima da média nacional. O Alto Alentejo (49,0 anos) ultrapassa a média nacional. Significativamente superior está a média do Crato em 54,64 anos.

Gráfico 4.2.2: Idade média (anos) da população residente nos concelhos



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 | Última atualização: 2022-11-23

Importa referir que a taxa de mortalidade é cada vez maior na população residente em Portugal, no Alentejo, no Alto Alentejo e no Crato nos últimos Censos, conforme tabela 4.2.28 Observou-se que a taxa de mortalidade cresceu consideravelmente em Portugal desde 2011, bem como no Alentejo e no Alto Alentejo. O Crato apresenta uma taxa de mortalidade de 30,4‰ em 2021, são 18,4‰ a mais do que Portugal, 13,8‰ a mais do que o Alentejo e 10,7‰ a mais do que o Alto Alentejo em 2021.

Tabela 4.2.28 - Taxa bruta de mortalidade (‰)

Anos	1960	⊥ 1981	1996	2001	2011	2021
Portugal	10,7	⊥ 9,7	10,6	10,1	9,7	Pre 12,0
Alentejo	10,0	⊥ 11,9	14,2	13,5	13,4	Pre 16,6
Alto Alentejo	-	⊥ -	16,1	15,7	16,0	Pre 19,7
Crato	10,5	⊥ 13,1	26,1	23,1	28,1	Pre 30,4

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-09-29

Por outro lado, Crato apresenta um decréscimo acentuado na taxa de natalidade. Portugal regista um decréscimo de 1,5‰ referente aos dados dos Censos de 2021 e de 2011. Já o Alentejo em 2021 obteve 7,4‰, um decréscimo de 0,7‰ em comparação com 2011. O Alto Alentejo segue a tendência e registou um decréscimo de 0,8‰ em 2021 em comparação com o ano de 2011. Crato apresenta em 2021 uma taxa bruta de natalidade inferior aos valores representados no Alto Alentejo.

Tabela 4.2.29: Taxa bruta de natalidade (‰)

Anos	1981	1995	2001	2011	2021
Portugal	15,5	10,7	10,9	9,2	Pre 7,7
Alentejo	13,1	8,2	8,8	8,1	Pre 7,4
Alto Alentejo	-	8,3	8,2	7,4	Pre 6,6
Crato	10,8	6,3	5,8	6,5	Pre 3,1

Legenda: Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente)

Última atualização: 2022-08-10

A tabela 4.2.30 ilustra os valores do índice de envelhecimento nos territórios nacional, do Alentejo, do Alto Alentejo e de Crato. Em todos os territórios observados se constata um aumento significativo deste valor, sobretudo a nível nacional, tendo quase duplicado nas últimas duas décadas, passando de 101,6 no ano de 2001 para 178,4 no ano de 2021.

Relativamente às regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, os valores acabam por sofrer aumentos semelhantes, ainda que os valores apresentados para o Alto Alentejo sejam sempre superiores aos valores do Alentejo.

A nível micro, o Município do Crato apresenta níveis muito superiores aos restantes territórios. No ano de 2001, apresentava um valor de 350,8, mais do que triplicando o valor nacional. Verifica-se esta tendência de superação dos restantes valores também em 2021.

Analisando este município, a principal conclusão é a de que, comparativamente às realidades nacional, do Alentejo e do Alto Alentejo, apresenta um índice de envelhecimento muito superior, sendo notório o envelhecimento da população residente.

Tabela 4.2.30: Índice de Envelhecimento (Rácio - %)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	101,6	125,8	Pre 182,7
Alentejo	161,9	174,1	Pre 219,0
Alto Alentejo	194,1	207,9	Pre 254,6
Crato	350,8	328,7	Pre 450,2

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2023-04-03

O Índice de Dependência de Idosos, por sua vez, representa o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

É possível observar que este indicador tem registado uma subida nas últimas duas décadas em todos os territórios. A nível nacional, no ano de 2001, registaram-se 24,4 idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa. Este valor subiu para 28,7 em 2011 e no ano de 2021 atingiu o máximo de 36,9, registando assim uma subida de mais de 8,2 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa nos últimos 20 anos.

O Alentejo apresenta valores superiores aos valores nacionais em todos os anos representados. Em 2001 o valor era de 35,3, sendo superior ao nacional em 10,9 indivíduos, Em 2011 continua a registar-se uma subida para os 38,2, vindo a atingir os 44,4 em 2021. Contudo, a subida das últimas duas décadas no Alentejo não é tão acentuada a nível nacional, representando um total de mais 6,2 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 em idade ativa.

O Alto Alentejo, a par dos restantes territórios discutidos anteriormente, apresenta também uma subida deste indicador nas duas últimas décadas representadas. Em 2001 o número de idosos por cada 100 pessoas em idade ativa era de 43,2. Em 2011 subiu ligeiramente para 44,4. Em 2021 atingiu o valor máximo de 50,9.

No município de Crato, encontramos valores muito superiores aos dos restantes territórios. Em 2001, já apresentava um valor de 60,2 idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa. Nesta data, comparativamente com outras realidades, era de facto um valor muito superior. No ano de 2011 verifica-se uma ligeira descida para 56,5, continuando a

ser um valor superior ao registado nos restantes territórios. Em 2021, regista de novo uma subida, atingindo o máximo de 79,0.

Atualmente, o município de Avis apresenta um índice de dependência de idosos muito superior ao que é evidenciado no território nacional. Também este é um indicador do envelhecimento demográfico evidente neste concelho.

Tabela 4.2.31: índice de dependência de idosos¹⁶

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,4	28,5	Pre 36,9
Alentejo	35,3	37,8	Pre 44,6
Alto Alentejo	43,2	43,7	Pre 51,4
Crato	60,2	56,5	Pre 79,0

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última actualização: 2023-04-03

Relativamente a outro indicador, o Índice de Dependência de Jovens, sabemos que este avalia o número de jovens (menores de 15 anos) por cada 100 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

Ao observar a tabela 4.2.38, percebemos que a nível nacional, bem como ao nível do Alentejo e do Alto Alentejo, se verificou uma descida no Índice de Dependência de Jovens, significando que existem cada vez menos jovens por cada 100 indivíduos em idade ativa. No que diz respeito ao município do Crato, o número de jovens manteve-se, na década compreendida entre 2001 e 2011, estabilizando nos 17,2. Contudo, entre 2011 e 2021, este indicador registou uma subida de 0,3 pontos percentuais, atingindo o valor de 17,5% no ano de 2021.

Tabela 4.2.32: Índice de Dependência de Jovens (Proporção %)

Anos	2001	2011	2021
Portugal	24,1	22,7	Pre 20,2
Alentejo	21,8	21,7	Pre 20,4
Alto Alentejo	22,3	21,0	Pre 20,2
Crato	17,2	17,2	Pre 17,5

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última actualização: 2023-04-03

Nos últimos dez anos, conforme tabela 4.2.33, reduziu-se a população jovem em idade ativa e aumentou a população idosa em Portugal, no Alentejo e no Alto Alentejo. Notou-se que entre 2011 e 2021 o número de indivíduos em idade ativa por idoso,

¹⁶ O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

referente ao índice de sustentabilidade potencial, agravou-se nas quatro dimensões, conforme referido anteriormente. Crato, em 2021, registou 1,3 indivíduos em idade ativa por idoso, e em 2001 e 2011 era de 1,7 e 1,8 indivíduos por idoso, respetivamente.

Tabela 4.2.33: Índice de Sustentabilidade Potencial¹⁷ (Rácio – N.º) Crato, na sub-região

Anos	2001	2011	2021
Portugal	4,1	3,5	Pre 2,7
Alentejo	2,8	2,6	Pre 2,2
Alto Alentejo	2,3	2,3	Pre 1,9
Crato	1,7	1,8	Pre 1,3

Legenda: ⊥ - Quebra de Série

Fonte: Pordata (INE – Recenseamentos Gerais da População)

Última atualização: 2022-12-21

É possível constatar, na tabela 4.3.24, que o saldo migratório tem sofrido oscilações no período de tempo analisado, sobretudo no âmbito nacional. Em 2001, o país apresentou um número de imigrantes superior ao número de emigrantes. Em 2011, este indicador passa a apresentar números negativos. Em 2021, Portugal voltou a receber mais imigrantes do que emigrantes. Na região do Alentejo, o saldo migratório também sofreu oscilações entre 2001 e 2021. No ano de 2001, registou um saldo positivo. Porém, em 2011, constata-se uma queda nos valores. Ainda assim, em 2021 observa-se uma subida significativa. Quanto à região do Alto Alentejo, as oscilações também são notórias nos períodos analisados. Já o município do Crato, contrariamente a todos os restantes territórios apresentados, não apresentou valores negativos em nenhum dos períodos em análise.

No que diz respeito ao Saldo Natural, a análise deste indicador permite-nos concluir que os saldos naturais, de forma geral e em todos os territórios, têm vindo a sofrer, nos períodos em estudo, um decréscimo acentuado sobretudo a nível nacional, ainda que também notório nos restantes territórios.

No que concerne ao Saldo Total, verificamos que todos os valores apresentados são negativos para 2011. Observamos que no território nacional há uma tendência de subida de 2011 a 2021. No Alentejo percebe-se a mesma tendência no período referido. Já no Alto Alentejo nota-se ainda uma tendência negativa. Por outro lado, o Crato assinala valores positivos a partir de 2011.

¹⁷ Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por cada pessoa (100) com 65 ou mais anos).

Tabela 4.2.34: Saldo populacionais anuais: total, natural e migratório no concelho de Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

Anos	Saldo Total			Saldo Natural			Saldo Migratório		
	2001	2011	⊥ 2021	2001	2011	⊥ 2021	2001	2011	⊥ 2021
Portugal	63 895,0	-30 323,0	⊥ Pre - 19 578,0	7 682	-5 992	-45 220	56 213	-24 331	⊥ Pre 25 642
Alentejo	542,0	-4 322,0	Pre -2 575,0	-3 -3 618	-3 961	-6 509	4 160	-361	Pre 3 934
Alto Alentejo	-556,0	-1 501,0	Pre -1 108,0	-958	-1 010	-1 380	402	-491	Pre 272
Crato	-59,0	-80,0	Pre - 76,0	-75	-80	-88	16	0	Pre 12

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas de Óbitos, Estatísticas de Nados-Vivos)

Última atualização: 2023-04-04

4.2.5 Síntese e Projeções Demográficas

O Município do Crato registou uma perda de população de -25,5%, o que o coloca em 4º lugar, dos 15 concelhos, que mais perderam população na sub-região do Alto Alentejo.

Apresenta uma taxa bruta de mortalidade muito superior a todos os territórios nacional, regional e sub-regional, situando-se nos 30,4, valor que mais do que duplica o valor nacional.

O Município do Crato apresenta uma descida acentuada na taxa bruta de natalidade. Este concelho apresentou sempre valores inferiores aos restantes territórios e atualmente a taxa de natalidade é de 3,1, o que resulta na conclusão de que o número de nascimentos no município é muito baixo.

A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade implica que se registem mais óbitos que nascimentos, resultando na fragilização da capacidade de renovação geracional.

O Município do Crato apresenta um índice de envelhecimento muito elevado e que se situa em 2021 nos 450,2.

Relativamente ao índice de dependência de idosos, este território apresenta valores superiores ao do território nacional, do Alentejo e do Alto Alentejo, em todos os períodos em análise, situando-se nos 79,0 em 2021.

O índice de dependência de jovens não apresenta alterações entre 2001 e 2011. Em 2021 o valor registado resulta de uma ligeira subida (0,3 jovens por cada 100 indivíduos em idade ativa) e situa-se nos 17,5.

O Município do Crato, apresenta valores no índice de sustentabilidade social muito inferiores aos restantes territórios, apesar de ter apresentado uma ligeira subida em 2011. Atualmente situa-se nos 1,3.

O saldo migratório do Município não apresenta alterações significativas, tendo registrado uma subida de 12 indivíduos em 2021. Por sua vez, o saldo natural apresenta desde 2001 valores negativos, bem como o saldo total.

Nas últimas décadas o Município tem vindo a perder população e tendências que aparentam vir a manter-se e até a agravar-se na maioria dos indicadores.

Com o objetivo de auxiliar na compreensão da dinâmica da população e sustentar a definição de estratégias de planeamento local e regional, designadamente para a programação de equipamentos e definição de políticas públicas de investimento, apresentam-se de seguida as projeções demográficas para o concelho, elaboradas segundo o modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, que é consensualmente aceite para análise e construção de projeções demográficas no âmbito das ciências sociais. De notar que as projeções de população mostram como o volume e a estrutura de uma população podem hipoteticamente evoluir no futuro e são elaboradas tendo por base vários cenários de evolução futura, resultantes da conjugação de hipóteses de evolução das componentes de variação da população, designadamente da fecundidade, mortalidade e migrações. Partindo de diferentes cenários e hipóteses, as projeções mostram diferentes modos de evolução da população, muitas vezes divergentes. A conjugação de hipóteses permitiu definir três cenários de projeção da população do concelho de Crato para os anos de 2025 e 2030, um cenário otimista, um pessimista e um último central, constatando-se, no entanto, que para cada horizonte temporal a realidade não se altera significativamente. Em qualquer dos cenários a população acima dos 65 anos é muito superior ao contingente de jovens (0 a 14 anos). As ligeiras e quase insignificantes alterações na fecundidade são irrelevantes face à descida do número de população feminina em idade fértil.

Gráfico 4.2.3: Cenário pessimista - Projeção demográfica para o concelho de Crato

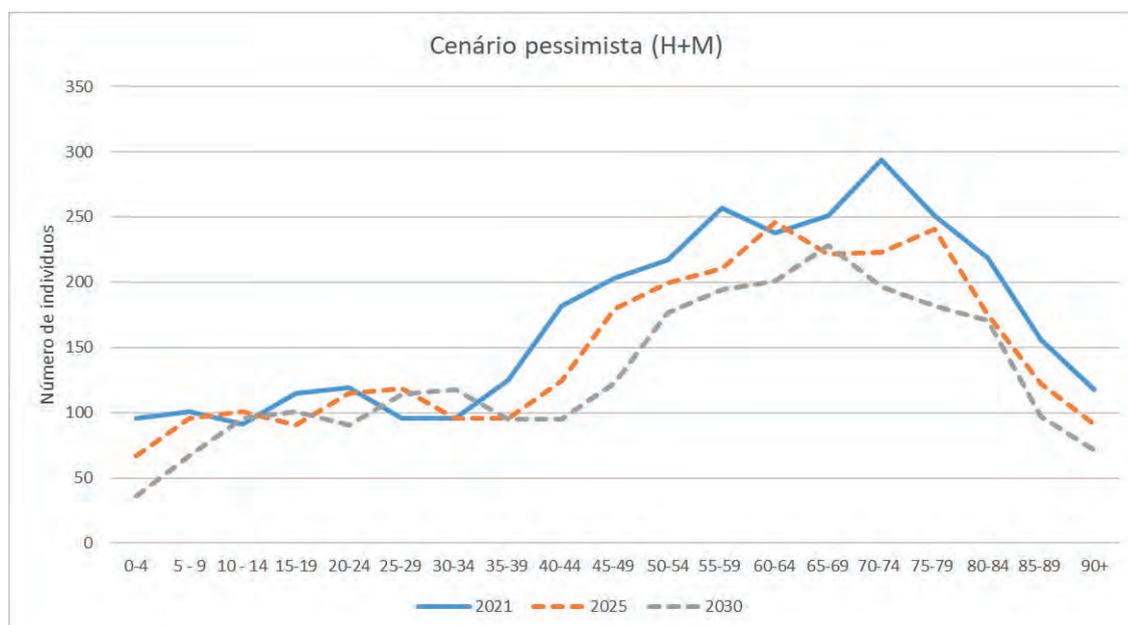


Gráfico 4.2.4: Cenário central - Projeção demográfica para o concelho de Crato

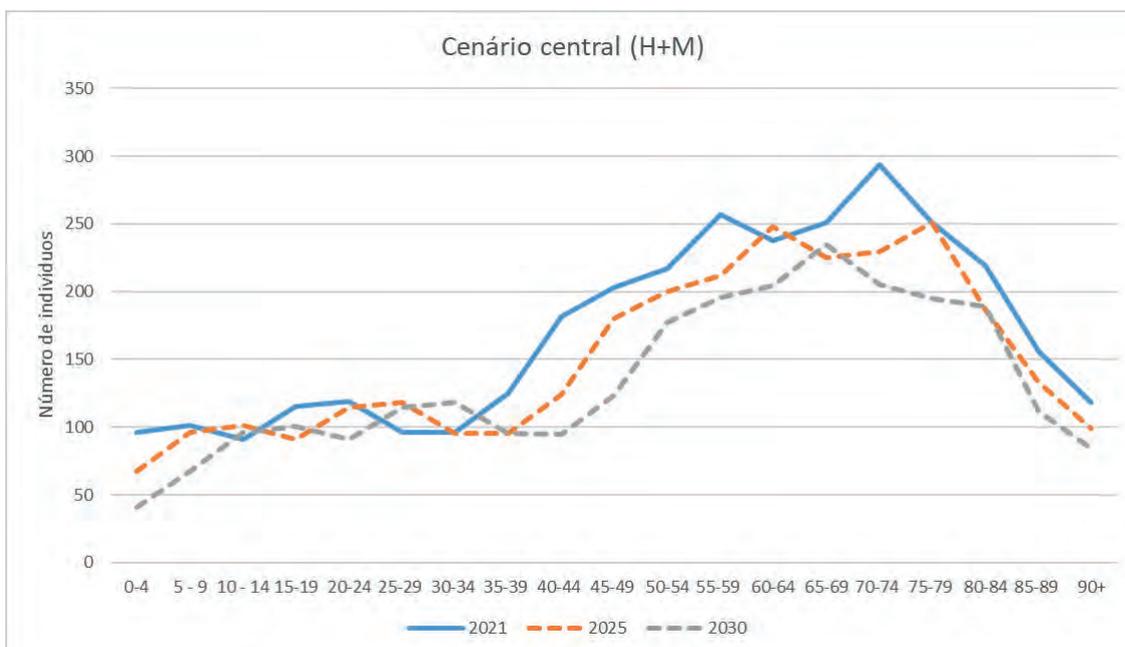
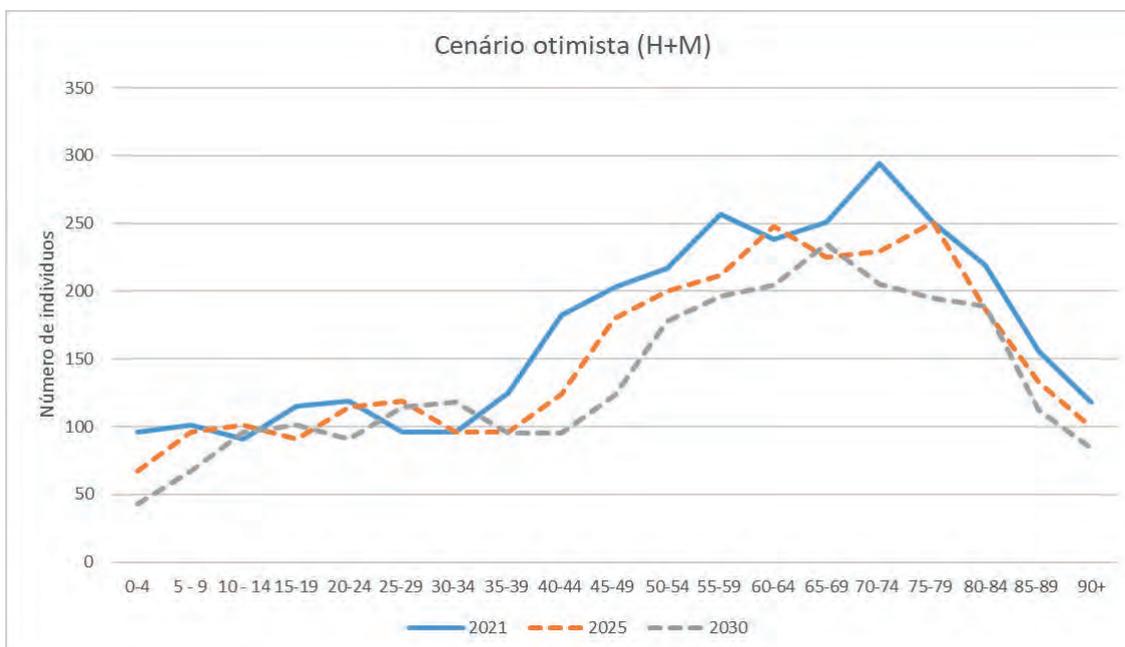


Gráfico 4.2.5: Cenário otimista - Projeção demográfica para o concelho de Crato



Apenas a previsão pessimista prevê um envelhecimento um pouco mais severo, mas os outros cenários apontam para um envelhecimento geral com uma perda contínua das populações adultas, prevendo-se a continuação de um duplo envelhecimento pela base e pelo todo da estrutura da população do concelho.

A reversão desta situação passa por estratégias de retenção das populações adultas nas faixas mais produtivas e reprodutivas, fundamentalmente entre os 20 e os 40 anos, o que poderá conduzir a um aumento da população jovem, por um lado, por outro, implementar políticas onde o bem-estar dos idosos seja o principal objetivo.

4.3. Caracterização Socioeconómica

4.3.1. Famílias

As famílias constituem uma parte integrante da rede de proteção social sendo o primeiro nível de suporte e de apoio para seus membros. O papel da família na prestação de apoio social é bastante abrangente, incluindo: i) suporte financeiro, nos casos de situações financeiras difíceis, como perda de emprego ou despesas imprevistas; ii) cuidados aos idosos, evitando adiar processos de institucionalização e aliviando a necessidade de respostas de instituições de longa permanência; iii) educação e orientação, em particular das crianças preparando-as para a vida adulta; iv) apoio emocional, especialmente em momentos de crise.

A sub-região do Alto Alentejo à semelhança de outras regiões, tem assistido a mudanças significativas nas estruturas familiares ao longo das últimas décadas. As causas para tais alterações são múltiplas e incluem fenómenos como o envelhecimento da população, os processos de urbanização, as mudanças na dinâmica do trabalho ou as alterações na formação dos relacionamentos.

No concelho do Crato é possível verificar um elevado número relativo de famílias unipessoais (correspondendo a 30,6% do total de famílias – tabela 4.3.1). Este número é o reflexo de uma tendência que se vem verificando ao longo dos últimos vinte anos (cf. figura 4.3.1.) e que se traduz na diminuição do tamanho das famílias, com mais famílias unipessoais e famílias nucleares mais pequenas (do total de 681 famílias com 3 ou mais elementos, contabilizadas em 1991 no Crato, contabilizam-se apenas 434 em 2021).

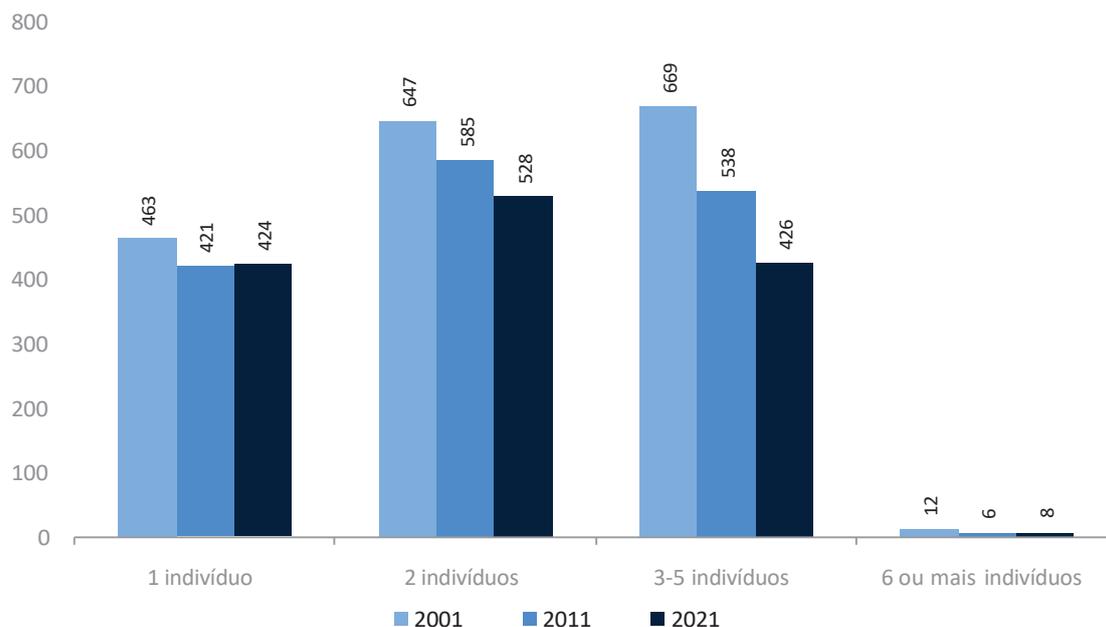
Tabela 4.3.1.: Famílias segundo os Censos, total (N.º) e por número de indivíduos (%), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	N. Total	Dimensão (%)			
		1 indivíduo	2 indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 e mais indivíduos
Alter do Chão	1 288	30,3	37,3	31,5	0,9
Arronches	1 162	29,7	35,7	34,2	0,4
Avis	1 635	30,5	35,3	32,9	1,3
Campo Maior	3 191	25,0	32,3	41,0	1,7
Castelo de Vide	1 303	27,7	40,0	31,7	0,6
Crato	1 386	30,6	38,1	30,7	0,6
Elvas	8 579	28,2	34,3	36,0	1,5
Fronteira	1 198	27,0	38,7	33,6	0,7
Gavião	1 468	29,1	40,8	29,5	0,6
Marvão	1 290	29,8	38,8	30,8	0,6
Monforte	1 143	28,4	32,8	36,8	1,9
Nisa	2 656	32,6	37,9	29,0	0,5
Ponte de Sor	6 350	26,8	36,3	35,9	1,0

Portalegre	9 556	27,6	36,4	35,3	0,6
Sousel	1 872	29,5	35,9	33,9	0,7
Alto Alentejo	44 077	28,2	36,1	34,7	1,0
Alentejo	291 767	27,2	34,9	36,6	1,3
Portugal	4 149 096	24,8	33,3	40,2	1,7

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.1.: Famílias (N.º) segundo os Censos por número de indivíduos, no concelho do Crato (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

As alterações na dimensão das famílias indicam uma mudança na dinâmica familiar e na composição global das famílias na região. As implicações sociais desta tendência não devem ser subestimadas; famílias mais pequenas podem significar menos apoio para familiares idosos, por exemplo. A análise combinada da tabela 4.3.2. com a figura 4.3.2. permite perceber que, no Crato, 64,2% das famílias unipessoais correspondem a idosos que residem sozinhos (correspondendo a 272 das 424 famílias unipessoais). Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos na medida em que pode resultar numa maior dificuldade financeira, falta de apoio social, declínio da saúde mental, maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia e uma maior exposição a fraudes e crimes.

Decorre destas tendências a necessidade de uma atenção particular para o desenvolvimento de políticas locais de apoio e de suporte dirigidas a idosos que residem sozinhos e que incidam sobre as diferentes dimensões do problema. Nomeadamente: ações de proteção financeira que protejam os idosos contra fraudes e outros crimes financeiros; serviços de apoio, como programas de visitação, serviços de transporte, entre outros; desenvolvimento de redes de apoio, como grupos de convívio ou atividades comunitárias; teleassistência; capacitação de cuidadores, incluindo informações sobre saúde, segurança e bem-estar e campanhas de

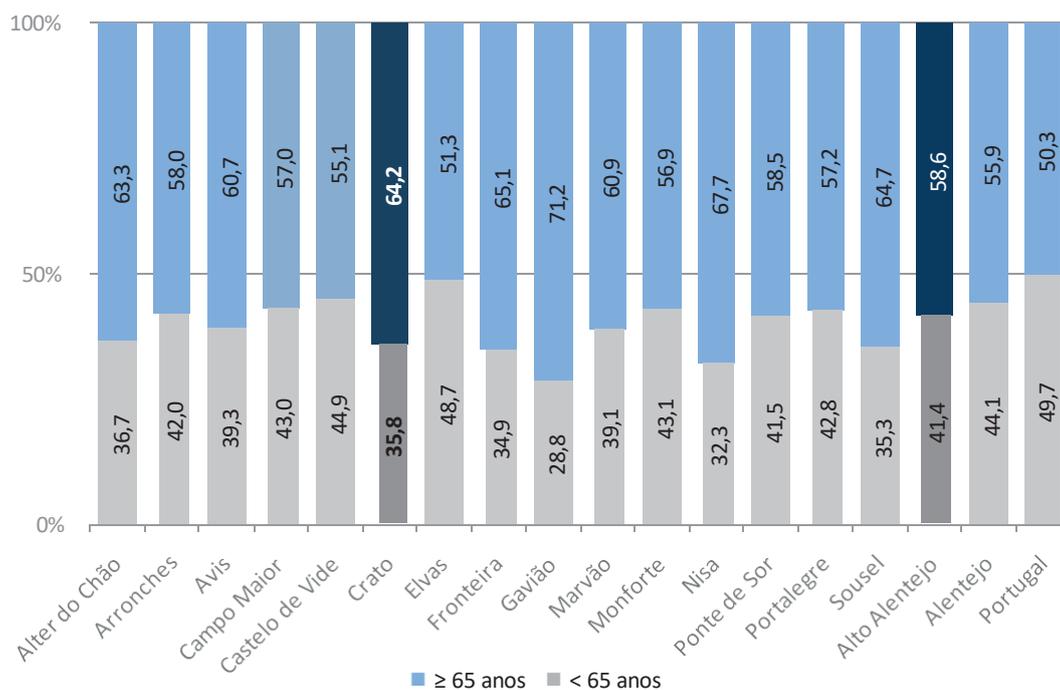
conscientização: para aumentar a sensibilização da comunidade para a situação dos idosos que estão sozinhos.

Tabela 4.3.2.: Famílias unipessoais (N.º) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	370	368	390
Arronches	317	300	345
Avis	455	495	499
Campo Maior	495	610	798
Castelo de Vide	362	354	361
Crato	463	421	424
Elvas	1 581	2 013	2 416
Fronteira	289	316	324
Gavião	494	499	427
Marvão	356	391	384
Monforte	263	247	325
Nisa	959	906	865
Ponte de Sor	1 365	1 532	1 700
Portalegre	1 834	2 408	2 639
Sousel	560	557	552
Alto Alentejo	10 163	11 417	12 449
Alentejo	58 553	71 676	79 290
Portugal	631 762	866 827	1 027 871

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.2.: Famílias unipessoais (%) segundo os Censos (com menos de 65 anos e com 65 e mais anos), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

4.3.2. Habitação

A habitação é considerada uma dimensão fundamental nas políticas sociais, pois afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sua inclusão na sociedade. Uma boa habitação proporciona segurança, conforto e bem-estar, além de ser uma componente importante na formação de comunidades saudáveis e coesas. As políticas habitacionais constituem, também, importantes instrumentos de combate à exclusão social e à pobreza, uma vez que muitas famílias com baixo rendimento enfrentam dificuldades para adquirir ou manter uma habitação adequada.

Como demonstrado anteriormente a região do Alentejo assistiu a uma diminuição significativa da sua população, essa tendência resultou num aumento do número de alojamentos de residência secundária ou vagos. Em muitos dos concelhos do Alto Alentejo a percentagem de alojamentos que constituem residência habitual não chega a cinquenta por cento do parque habitacional. O despovoamento da região tem provocado uma abundância de casas vagas disponíveis para venda, arrendamento ou devolutas excedendo largamente a média nacional. Esta mudança traz consigo tanto desafios como oportunidades. Por um lado, pode levar ao abandono de propriedades, deterioração da infraestrutura e a perda de património cultural e histórico. Por outro lado, pode igualmente, constituir uma oportunidade de atração para quem procura uma opção de estilo de vida residindo fora dos grandes centros urbanos. Crato inscreve-se nesta tendência de configuração do parque habitacional, em 2021, do total de 3195 alojamentos apenas 1375 constituíam residência habitual (cf. tabela 4.3.3.).

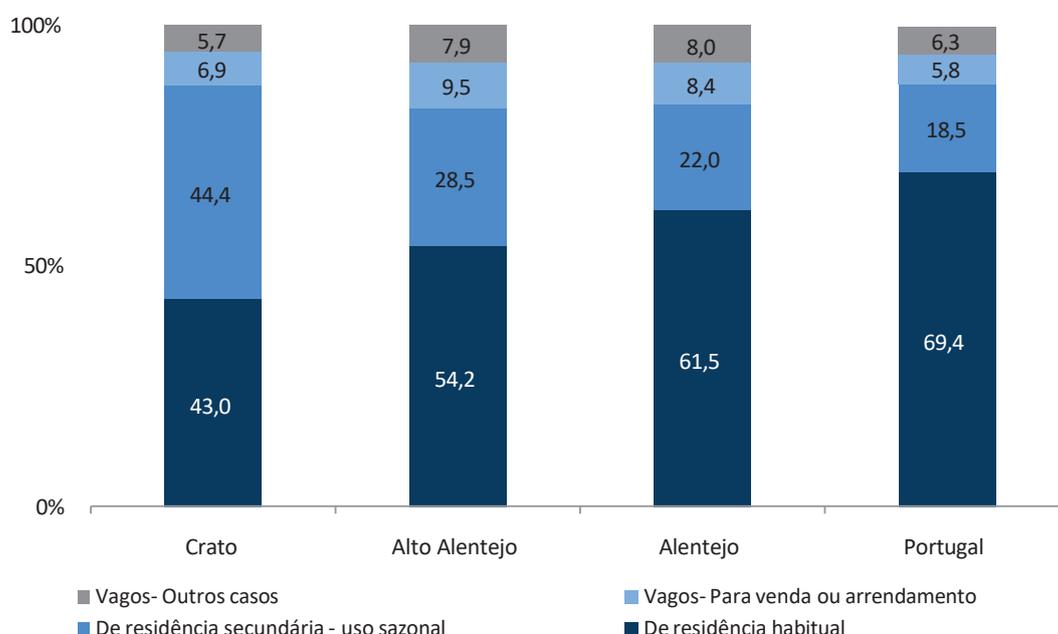
Tabela 4.3.3.: Alojamentos (N.º) por forma de ocupação segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	De residência habitual	De residência secundária - uso sazonal	Vagos- Para venda ou arrendamento	Vagos- Outros casos	Total
Alter do Chão	1 282	1 156	366	205	3 009
Arronches	1 162	963	252	152	2 529
Avis	1 597	1 210	388	353	3 548
Campo Maior	3 191	1 191	346	406	5 134
Castelo de Vide	1 301	1 150	307	150	2 908
Crato	1 375	1 420	219	181	3 195
Elvas	8 565	2 118	1 587	1 141	13 411
Fronteira	1 198	912	207	248	2 565
Gavião	1 467	1 410	279	373	3 529
Marvão	1 288	1 036	256	380	2 960
Monforte	1 081	971	147	146	2 345
Nisa	2 653	3 340	548	606	7 147
Ponte de Sor	6 340	2 677	1 063	434	10 514
Portalegre	9 553	2 544	1 316	1 236	14 649
Sousel	1 872	1 010	409	383	3 674
Alto Alentejo	43 925	23 108	7 690	6 394	81 117
Alentejo	290 644	104 219	39 912	38 033	472 808
Portugal	4 142 581	1 104 881	348 097	375 118	5 970 677

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

O gráfico 4.3.3. evidencia um número significativo, 44,4%, de alojamentos que constituem residência secundária de uso sazonal no concelho do Crato. Esta tendência, como referido anteriormente, é uma consequência da dinâmica demográfica ocorrida neste território e expressa a existência de residentes sazonais. Muitos destes residentes sazonais têm ligação ao território e migraram para outras regiões ou países mantendo uma forte conexão com suas raízes. Trata-se de uma parte valiosa da comunidade que pode contribuir para o seu desenvolvimento a longo prazo na medida em que pode ser uma importante fonte de riqueza cultural e económica para os concelhos do Alto Alentejo. De facto, os residentes sazonais constituem um importante recurso na preservação de tradições e do património cultural, bem como no fortalecimento de laços sociais entre as gerações. O seu envolvimento tem, assim, o potencial de ajudar a melhorar a qualidade de vida na região.

Gráfico 4.3.3.: Alojamentos (%) segundo os Censos por forma de ocupação, no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

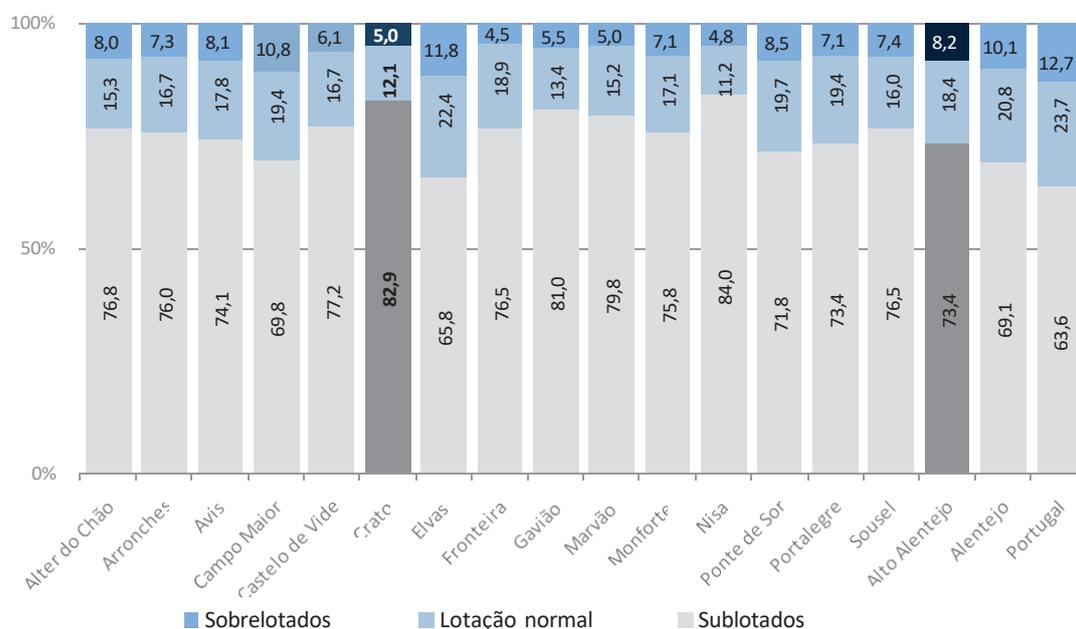


Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A lotação dos alojamentos é passível de ser usada como indicador de bem-estar social, ainda que deva ser considerada em conjunto com outros fatores. A lotação elevada pode indicar uma procura crescente por moradias, constituindo um sinal de crescimento económico e aumento da população. No entanto, a lotação excessiva também pode ser um indicador de falta de moradias acessíveis e problemas de habitação, especialmente se estiver associada a condições precárias de moradia. Portanto, é importante analisar a lotação dos edifícios em conjunto com outros indicadores para obter uma imagem mais completa do bem-estar social de uma comunidade. O gráfico 4.3.4. permite constatar uma elevada percentagem (82,9%) de edifícios sublotados no concelho do Crato (correspondendo a um total de 1140 edifícios), acima do verificado na sub-região do Alto Alentejo e na realidade nacional. Esta tendência deve ser considerada como uma

consequência do processo mais alargado de despovoamento que tem ocorrido na região resultando em edifícios vazios ou parcialmente vazios.

Gráfico 4.3.4.: Alojamentos (%) segundo os Censos por índice de lotação, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Analisando de forma mais pormenorizada a situação dos alojamentos que constituem residência habitual dos seus ocupantes (tabela 4.3.4.) é possível confirmar que a tendência para a diminuição deste tipo de alojamento tem acelerado na última década. No Crato, a maioria (83,4%) dos alojamentos são ocupados pelos seus proprietários. Esta é, aliás uma tendência generalizada em Portugal que tem uma das maiores taxas de propriedade de habitação na Europa, com cerca de 70% das famílias a possuírem a sua própria casa. Isso reflete uma cultura forte de investimento imobiliário e uma tradição de propriedade da casa própria como forma de poupança e segurança financeira.

Tabela 4.3.4.: Alojamentos (N.º) de residência habitual segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

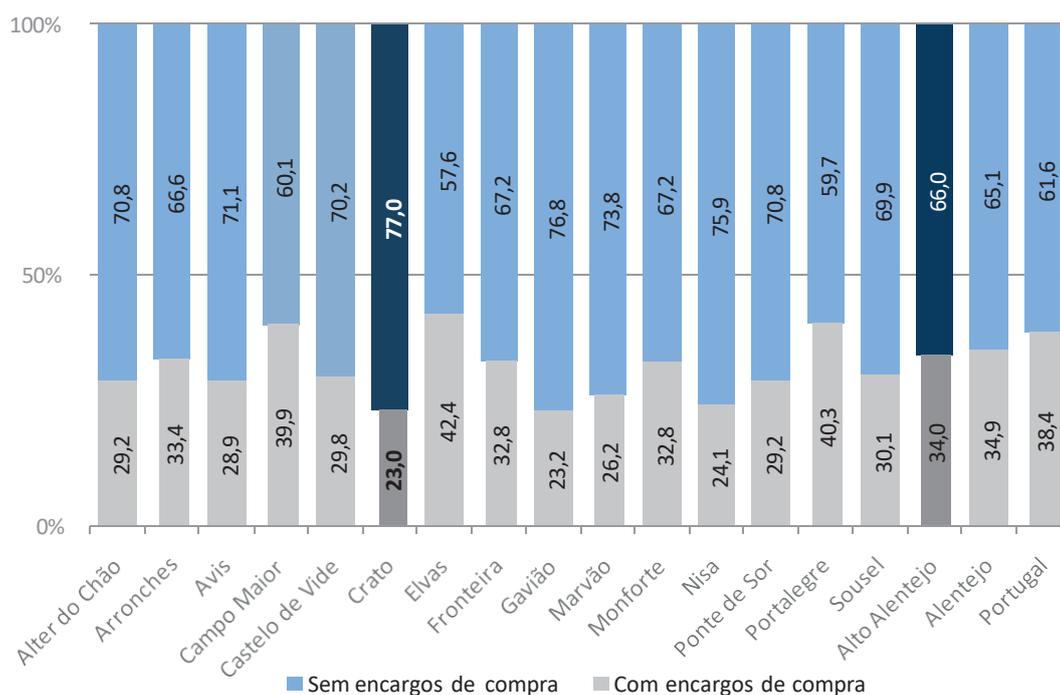
	N.º de alojamentos de residência habitual			Ocupados por (2021)	
	2001	2011	2021	Proprietários (%)	Não proprietários (%)
Alter do Chão	1 548	1 441	1 282	73,9	26,1
Arronches	1 341	1 244	1 162	70,1	29,9
Avis	1 977	1 827	1 597	75,8	24,2
Campo Maior	2 928	3 119	3 191	72,6	27,4
Castelo de Vide	1 515	1 404	1 301	72,5	27,5
Crato	1 766	1 535	1 375	83,4	16,6

Elvas	8 258	8 847	8 565	65,6	34,4
Fronteira	1 407	1 349	1 198	76,8	23,2
Gavião	2 002	1 732	1 467	86,3	13,7
Marvão	1 628	1 472	1 288	69,4	30,6
Monforte	1 210	1 196	1 081	75,4	24,6
Nisa	3 639	3 209	2 653	86,5	13,5
Ponte de Sor	6 757	6 554	6 340	73,5	26,5
Portalegre	9 680	10 111	9 553	68,3	31,7
Sousel	2 296	2 062	1 872	77,0	23,0
Alto Alentejo	47 952	47 102	43 925	72,4	27,6
Alentejo	285 913	298 767	290 644	73,6	26,4
Portugal	3 551 229	3 991 112	4 142 581	70,0	30,0

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

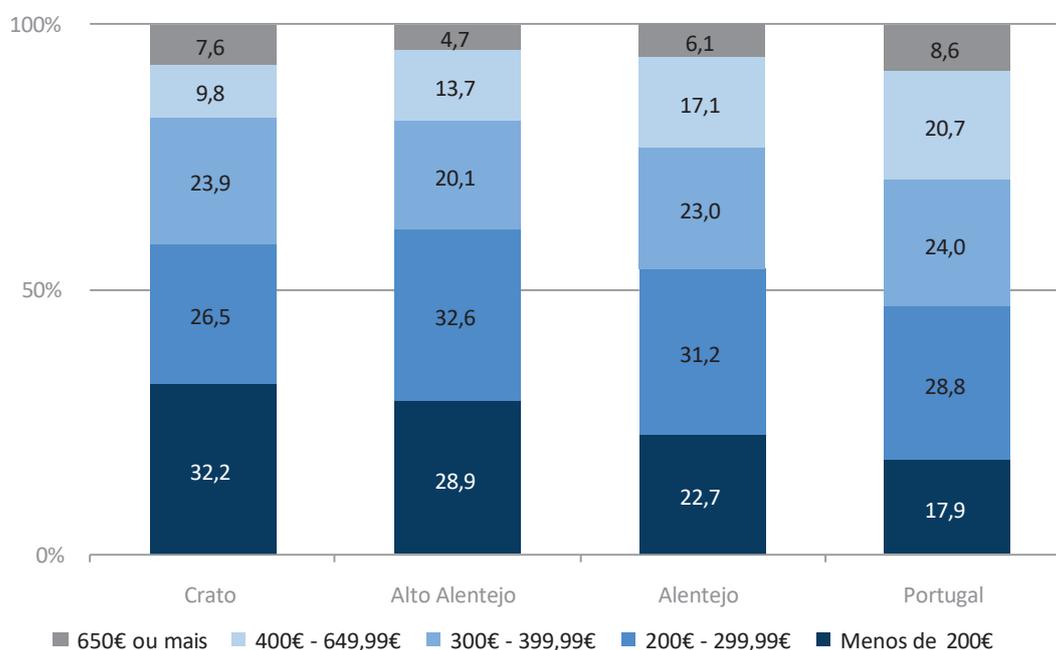
Os encargos financeiros com a prestação da casa constituem um dos fatores de vulnerabilidade das famílias para fazer face a situações de crise financeira. O gráfico 4.3.5. permite constatar que o número relativo de proprietários com encargos de compra é, no Crato, de 23,0% (correspondendo a 264 dos 1147 proprietários), um valor bastante baixo quando comparado com o verificado na realidade nacional que se situa nos 38%. Também ao nível da estrutura dos escalões de encargos de compra, patente no gráfico 4.3.6., é possível verificar que o valor dos empréstimos tende a ser inferior neste concelho quando comparado com a situação nacional. A conjugação destes indicadores releva alguma resiliência do território, nesta questão em particular, na medida em que proprietários sem encargos de empréstimos são geralmente considerados menos vulneráveis a situações de crise financeira, tendo maior flexibilidade para lidar com possíveis mudanças económicas adversas.

Gráfico 4.3.5.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por proprietários por existência de encargos de compra, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.6.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por proprietários por escalão de encargos de compra, no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

No que ao mercado de arrendamento diz respeito, a tabela 4.3.5. permite observar que um número significativo dos contratos de arrendamento (68,2%), no concelho do Crato, é relativamente recente, posterior ao ano 2012. Este é um valor que se situa ligeiramente acima do registado a nível nacional (65%). Os contratos antigos, geralmente, têm preços de arrendamento mais baixos do que os contratos recentes o que, em parte, explica os valores das rendas apresentados no gráfico 4.3.7. Como é possível verificar, a proporção de contratos de rendas baixas é, neste concelho, superior ao verificado na realidade nacional: no Crato, 31,8% dos contratos dizem respeito a rendas inferiores a 100 euros, sendo este valor em Portugal de apenas 16%. Refira-se que o valor do contrato de arrendamento é definido por uma combinação de fatores, como a localização e condições do imóvel, e não apenas pela antiguidade do contrato.

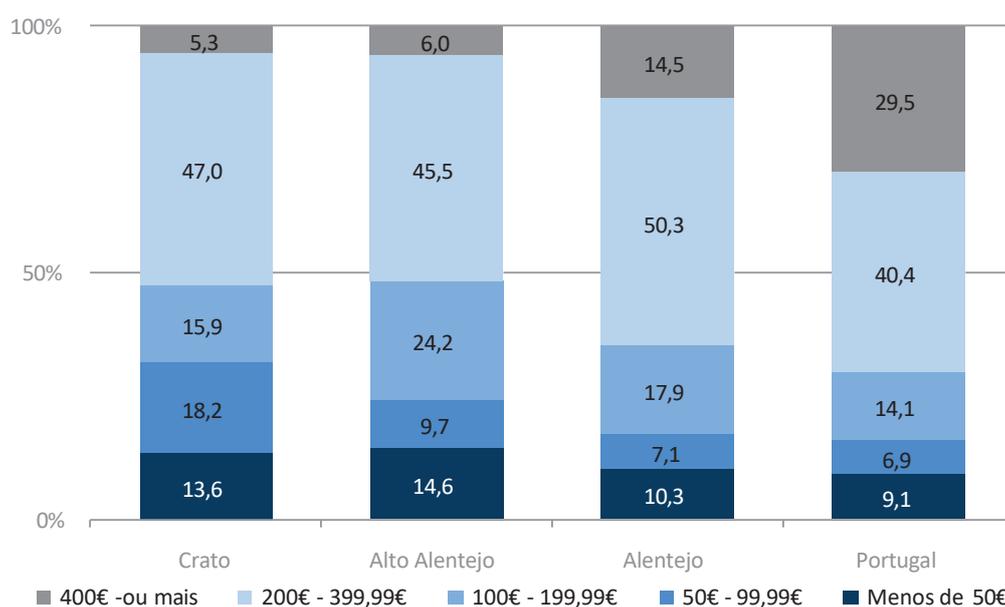
Tabela 4.3.5.: Alojamentos (N.º) ocupados por inquilinos, por época de contrato de arrendamento, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Antes de 1990	1991 - 2005	2006 - 2011	2012 - 2016	2017 - 2021
Alter do Chão	44	43	27	31	80
Arronches	50	49	37	31	89
Avis	27	21	19	31	83
Campo Maior	116	36	43	152	311
Castelo de Vide	22	18	26	51	109
Crato	9	26	7	27	63
Elvas	390	209	220	412	990
Fronteira	24	37	25	28	78
Gavião	1	2	7	22	76
Marvão	47	47	33	46	118
Monforte	23	15	21	32	65

Nisa	25	10	23	41	100
Ponte de Sor	106	79	84	200	589
Portalegre	436	215	265	389	984
Sousel	48	17	25	50	116
Alto Alentejo	1 368	824	862	1 543	3 851
Alentejo	7 171	3 539	4 257	9 086	25 356
Portugal	151 620	89 108	82 953	181 553	417 576

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.7.: Alojamentos (%) segundo os Censos ocupados por inquilinos, por escalão de renda, no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Os alojamentos coletivos são alojamentos que se destinam a albergar um grupo numeroso de pessoas. O INE classifica este tipo de habitação em: i) “alojamento de convivência”, habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns (exemplos: estabelecimentos prisionais, militares, religiosos, de saúde, de educação e de apoio social) e, ii) “alojamento de hotelaria e similar” que alberga mais do que uma família sem objetivos comuns e segundo um determinado preço, tal como um hotel ou uma pensão. A tabela 4.3.6. permite observar um crescimento de população residente neste tipo de alojamentos ao longo das duas últimas décadas, de facto, no Crato, entre 2001 e 2021, o aumento foi de 31,4. É possível, igualmente, verificar que a maioria das situações de 243 indivíduos institucionalizados, em 2021, diz respeito a residentes em estruturas de apoio social (90,1%). O aumento do envelhecimento da população e a falta de alternativas de cuidado a longo prazo, como cuidados em casa, são fatores que explicam este aumento da população institucionalizada.

Tabela 4.3.6.: População residente nos alojamentos coletivos segundo os Censos, total (N.º) e por tipo de alojamento (%), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	População residente nos alojamentos coletivos			População residente em alojamentos coletivos por tipo de alojamento coletivo em 2021		
	2001	2011	2021	Apoio social (%)	Saúde (%)	Outros ¹⁸ (%)
Alter do Chão	99	188	190	88,4	11,6	0,0
Arronches	95	195	210	100,0	0,0	0,0
Avis	134	213	144	99,3	0,0	0,7
Campo Maior	105	91	108	84,3	0,0	15,7
Castelo de Vide	132	174	240	95,0	0,0	5,0
Crato	185	227	243	90,1	0,0	9,9
Elvas	386	536	588	70,4	13,6	16,0
Fronteira	102	104	134	93,3	0,0	6,7
Gavião	160	221	234	99,6	0,0	0,4
Marvão	115	126	206	100,0	0,0	0,0
Monforte	211	227	263	50,6	47,1	2,3
Nisa	124	297	342	98,2	0,0	1,8
Ponte de Sor	241	365	503	94,2	5,2	0,6
Portalegre	327	447	571	85,3	0,0	14,7
Sousel	95	131	173	100,0	0,0	0,0
Alto Alentejo	2 511	3 542	4 149	87,7	6,1	6,2
Alentejo	13 307	16 100	19 498	79,6	3,0	17,3
Portugal	103 573	130 212	151 182	77,2	6,7	16,2

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

¹⁸ Inclui alojamentos coletivos como hotéis, alojamento de convivência de natureza religiosa, prisional e outras.

4.3.3. Emprego e mercado de trabalho

O emprego e o mercado de trabalho são indicadores importantes de bem-estar social. O emprego garante um rendimento regular, o que permite às pessoas satisfazer as suas necessidades básicas e melhorar a sua qualidade de vida. Além disso, o trabalho pode oferecer uma sensação de propósito e realização, bem como oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. O mercado de trabalho reflete a saúde económica de uma comunidade. Um mercado de trabalho dinâmico e robusto, geralmente, favorece o crescimento económico, uma taxa de desemprego baixa e a disponibilidade de empregos com boas condições e salários justos. Tudo isto pode contribuir para a segurança financeira das pessoas e para a redução da pobreza e da exclusão social.

Na tabela 4.3.7. são apresentados os valores da taxa de atividade que representa a mão-de-obra disponível para trabalhar (incluindo trabalhadores, com 15 e mais anos, que estão empregados e desempregados) por cada 100 pessoas residentes¹⁹. Como é possível verificar, o Crato apresenta uma taxa de atividade menor em comparação com a realidade nacional. A explicar esta tendência encontramos o envelhecimento da população que tem um impacto negativo direto na taxa de atividade. No gráfico 4.3.8. é possível observar a taxa de atividade registada em cada um dos diferentes grupos etários.

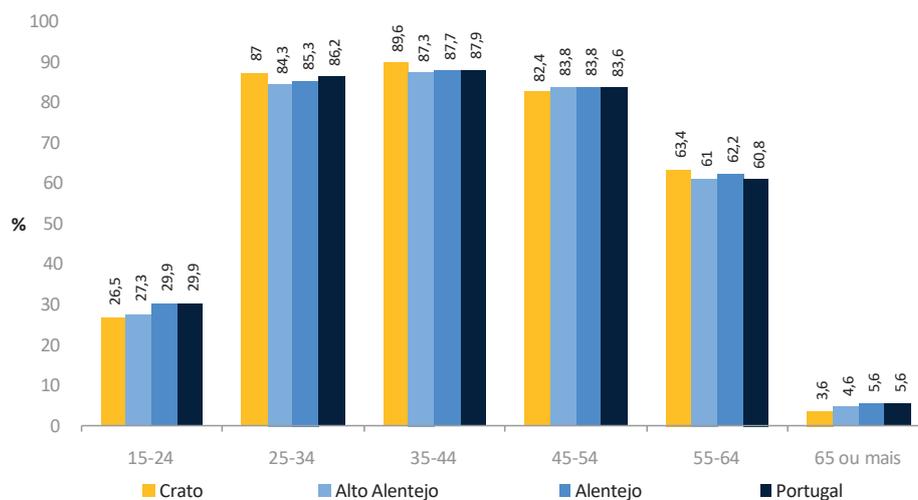
Tabela 4.3.7.: Taxa de atividade (%) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	42,3	44,4	41,2
Arronches	45,1	45,6	48,1
Avis	47,4	45,5	45,8
Campo Maior	52,8	54,0	52,5
Castelo de Vide	47,1	43,5	45,4
Crato	43,1	42,2	41,2
Elvas	51,0	52,2	50,7
Fronteira	50,2	50,2	45,4
Gavião	36,3	36,3	37,3
Marvão	43,8	42,6	43,9
Monforte	45,6	46,1	44,2
Nisa	38,6	39,1	40,5
Ponte de Sor	51,3	50,7	47,5
Portalegre	53,6	53,0	50,7
Sousel	48,0	47,3	45,9
Alto Alentejo	48,7	48,8	47,6
Alentejo	52,7	52,4	50,8
Portugal	57,4	55,9	53,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

¹⁹ Poderão verificar-se incongruências dos valores apresentados na tabela com outras fontes estatísticas. O indicador considerado para efeitos deste trabalho tem por base o recenseamento direto. Outras fontes poderão basear-se em inquérito amostral e em diferentes pressupostos.

Gráfico 4.3.8.: Taxa de atividade (%) segundo os Censos por grupo etário, no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

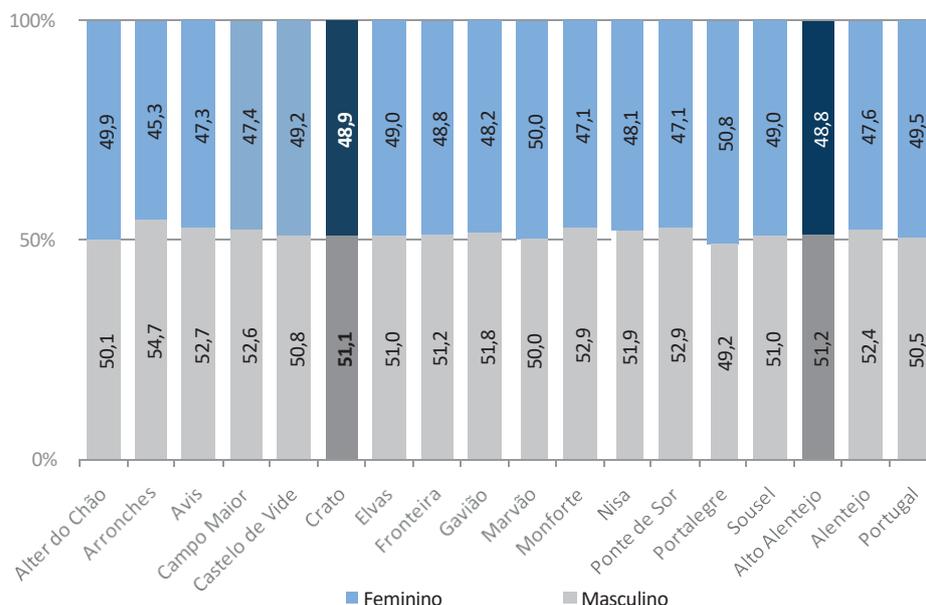
A tabela 4.3.8. e o gráfico 4.3.9. conferem uma perceção mais pormenorizada da dinâmica da população ativa, permitindo perceber uma diminuição acentuada, no Crato, nas últimas duas décadas, apresentando uma taxa de variação negativa de -28,2%, entre 2001 e 2021. Quanto à composição da população ativa em termos do sexo, verifica-se uma igual proporção de homens e mulheres, à semelhança do verificado na realidade nacional.

Tabela 4.3.8.: População ativa (N.º) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição % (2001-2021)
Alter do Chão	1 464	1 410	1 116	-23,8
Arronches	1 352	1 292	1 199	-11,3
Avis	2 153	1 842	1 551	-28,0
Campo Maior	3 746	3 859	3 601	-3,9
Castelo de Vide	1 582	1 332	1 281	-19,0
Crato	1 686	1 416	1 210	-28,2
Elvas	10 009	10 180	9 044	-9,6
Fronteira	1 632	1 493	1 163	-28,7
Gavião	1 613	1 369	1 167	-27,7
Marvão	1 572	1 355	1 200	-23,7
Monforte	1 348	1 309	1 139	-15,5
Nisa	2 994	2 634	2 228	-25,6
Ponte de Sor	7 983	7 409	6 428	-19,5
Portalegre	12 056	11 480	9 948	-17,5
Sousel	2 420	2 097	1 778	-26,5
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053	-17,8
Alentejo	352 949	342 654	313 915	-11,1
Portugal	4 990 208	5 023 367	4 817 978	-3,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Gráfico 4.3.9.: População ativa (%) segundo os Censos por sexo, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A configuração do emprego em termos de setor de atividade é apresentada na tabela 4.3.9. e no gráfico 4.3.10. A sua análise permite perceber que o setor terciário é o que mais tem crescido no Crato, estando em linha com o verificado em Portugal. O setor dos serviços representa assim uma fatia significativa da economia da região e do emprego gerado (73,2% do total do emprego). O setor primário é menos expressivo na criação de emprego na região, mas apresenta um peso relativo elevado (8,2%) quando comparado com a realidade nacional (2,9%). A agricultura e a pecuária representam, assim, atividades com importância relativa na criação de emprego no concelho, ainda que, como se pode verificar no gráfico 4.3.10., a sua importância venha a diminuir nas últimas décadas. No que respeita ao setor secundário, a sua importância na criação de emprego no Crato, representando 18,6% do emprego total, situa-se abaixo do verificado em Portugal (24,8%).

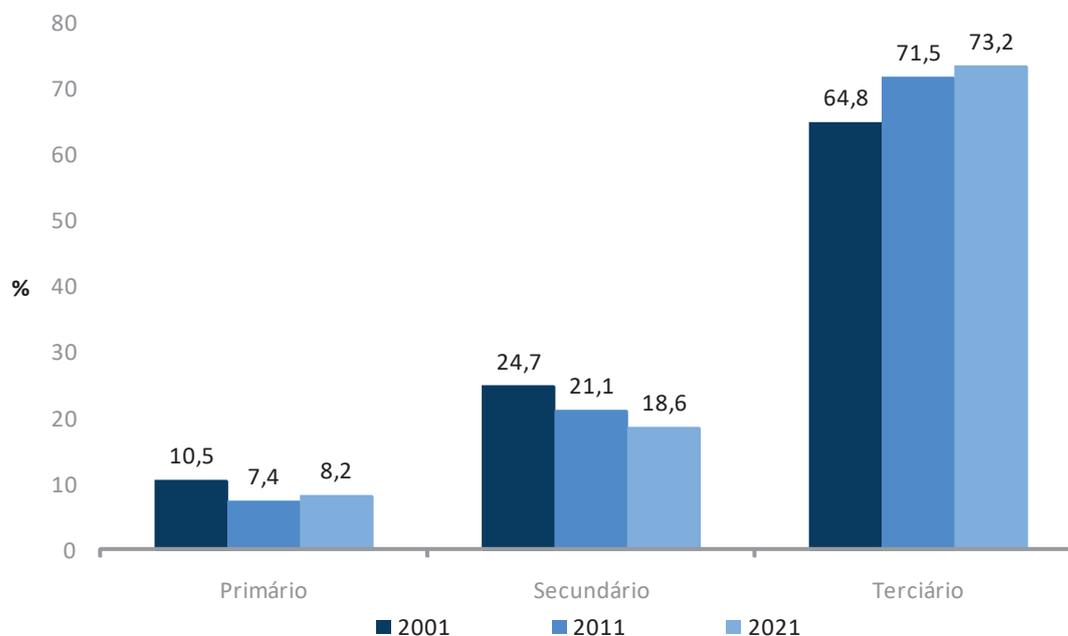
As tendências observadas representam uma mudança na estrutura da economia, com o aumento do setor de serviços em relação ao setor industrial e agrícola. Esta é uma tendência iniciada no século XX que se tem verificado nos países desenvolvidos impulsionada por uma série de fatores, como a urbanização ou a globalização da economia. Este setor dos serviços, em forte expansão, integra uma ampla gama de

Tabela 4.3.9.: População empregada (N.º e %) segundo os Censos por setor de atividade económica, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	N.º			%		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Alter do Chão	156	133	746	15,1	12,9	72,1
Arronches	139	168	836	12,2	14,7	73,1
Avis	254	230	936	17,9	16,2	65,9
Campo Maior	229	1 004	2 126	6,8	29,9	63,3
Castelo de Vide	78	187	949	6,4	15,4	78,2
Crato	92	208	820	8,2	18,6	73,2
Elvas	711	1 257	6 096	8,8	15,6	75,6
Fronteira	172	169	749	15,8	15,5	68,7
Gavião	84	209	784	7,8	19,4	72,8
Marvão	99	161	872	8,7	14,2	77,0
Monforte	172	119	758	16,4	11,3	72,3
Nisa	165	385	1 510	8,0	18,7	73,3
Ponte de Sor	820	1 218	3 880	13,9	20,6	65,6
Portalegre	449	1 610	7 309	4,8	17,2	78,0
Sousel	293	301	1 041	17,9	18,4	63,7
Alto Alentejo	3 913	7 359	29 412	9,6	18,1	72,3
Alentejo	32 784	58 792	200 693	11,2	20,1	68,7
Portugal	130 145	1 096 498	3 199 818	2,9	24,8	72,3

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

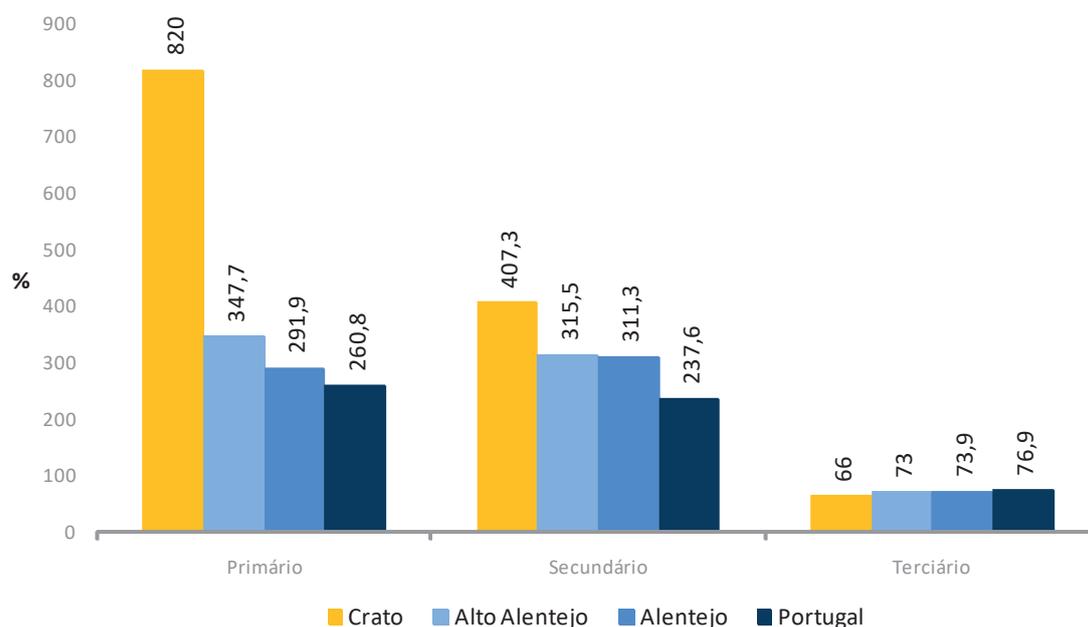
Gráfico 4.3.10.: População empregada (%) segundo os Censos por setor de atividade económica, no concelho do Crato (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

No gráfico 4.3.11. é apresentada a relação de masculinidade (número de homens por cada 100 mulheres) da população empregada do concelho do Crato em cada um dos setores de atividade. A sua análise permite perceber uma relação entre o sexo e a natureza da atividade realizada. No caso em particular do Crato, nas atividades relacionadas com o setor primário existe uma predominância do sexo masculino (numa proporção de 820 homens para cada 100 mulheres a empregadas no setor). A relação inverte-se no sector terciário em que há uma predominância de mulheres empregadas (66 homens para cada 100 mulheres). Estas diferenças de sexo nos setores de atividade são influenciadas por fatores culturais, políticos e económicos e, por isso, passíveis de se irem alterando ao longo do tempo.

Gráfico 4.3.11.: Relação de masculinidade da população empregada (rácio - %) segundo os Censos por setor de atividade económica no concelho do Crato (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A maioria da população empregada no concelho do Crato tem a sua situação profissional enquadrada na categoria de trabalhador por conta de outrem (77,3%, cf. tabela 4.3.10.). Esta é a situação que tipicamente enquadra a situação na profissional dos trabalhadores em Portugal (77,6%). Quanto ao vínculo laboral da população empregada na situação de trabalhador por conta de outrem, tabela 4.3.11., o contrato sem termo tipifica a maioria das situações (75,9%) no concelho do Crato, à semelhança do verificado a nível nacional (66,3%).

Tabela 4.3.10.: População empregada (%) segundo os Censos por situação na profissão principal, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Trabalhador por conta própria como empregador	Trabalhador por conta própria como isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra
Alter do Chão	9,2	10,5	77,7	2,6
Arronches	8,2	10,6	78,9	2,3
Avis	8,4	9,0	81,0	1,6
Campo Maior	7,1	7,1	83,6	2,1
Castelo de Vide	9,8	11,4	76,5	2,3
Crato	6,2	13,3	77,3	3,2
Elvas	10,9	8,1	77,4	3,5
Fronteira	9,0	9,7	78,4	2,8
Gavião	8,1	8,3	81,3	2,3
Marvão	5,9	17,5	75,6	1,0
Monforte	7,0	9,9	81,0	2,1
Nisa	10,2	12,9	74,3	2,6
Ponte de Sor	8,8	9,4	79,4	2,4
Portalegre	8,2	7,7	81,7	2,3
Sousel	10,0	9,6	78,0	2,4
Alto Alentejo	8,9	9,2	79,4	2,6
Alentejo	9,7	9,2	79,0	2,2

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Tabela 4.3.11.: Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato (N.º e %), nos concelhos e na região do Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal (2019)

	N.º		%	
	Contrato a termo / a prazo	Contrato permanente / sem termo	Contrato a termo / a prazo	Contrato permanente / sem termo
Alter do Chão	150	316	32,2	67,8
Arronches	103	416	19,8	80,2
Avis	377	560	40,2	59,8
Campo Maior	461	2 264	16,9	83,1
Castelo de Vide	140	428	24,6	75,4
Crato	116	365	24,1	75,9
Elvas	1 866	2 450	43,2	56,8
Fronteira	123	311	28,3	71,7
Gavião	86	297	22,5	77,5
Marvão	140	294	32,3	67,7
Monforte	183	371	33,0	67,0
Nisa	198	563	26,0	74,0
Ponte de Sor	931	2023	31,5	68,5
Portalegre	962	3459	21,8	78,2
Sousel	262	525	33,3	66,7
Alto Alentejo	6 098	14 642	29,4	70,6
Alentejo	62 643	107 310	36,9	63,1
Portugal	989 659	1 947 834	33,7	66,3

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

O nível de desemprego constitui um importante indicador social pois tem repercussão direta na capacidade financeira das famílias limitando a capacidade de consumo e condicionando, por vezes, o acesso à satisfação de necessidades básicas. O número médio de inscritos nos centros de emprego no total da população (tabela 4.3.12.) sofreu, no concelho do Crato, algumas oscilações ao longo das últimas décadas situando-se em 2021 em 7,8%, um valor superior ao ocorrido em Portugal (5,9%). Este é um fenómeno que atinge de forma diferenciada homens e mulheres (cf. gráfico 4.3.12.).

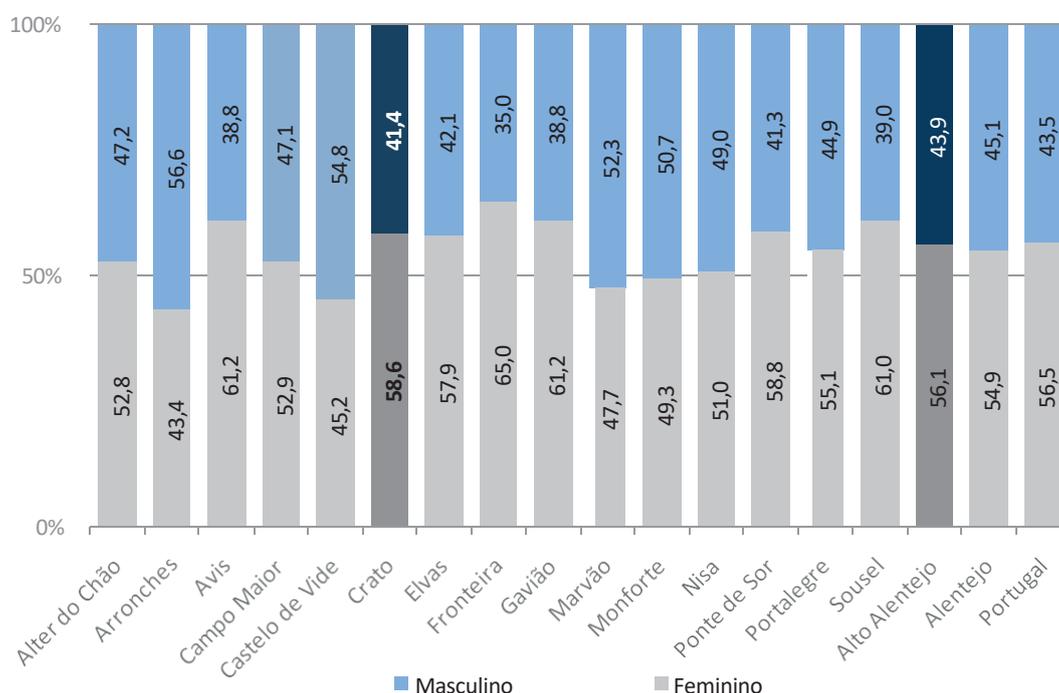
Tabela 4.3.12.: Desempregados (%) inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, nos concelhos e na região do Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	7,7	7,4	7,7
Arronches	3,3	5,9	3,3
Avis	6,5	7,6	8,5
Campo Maior	4,6	7,9	8,4
Castelo de Vide	5,9	5,0	4,3
Crato	9,1	8,4	7,8
Elvas	5,4	9,7	7,9
Fronteira	8,6	9,2	7,7
Gavião	9,5	9,4	5,0
Marvão	5,9	4,5	5,2
Monforte	5,3	9,4	8,0

Nisa	6,2	6,8	6,3
Ponte de Sor	7,7	12,7	5,3
Portalegre	5,5	7,8	4,4
Sousel	6,4	6,0	7,1
Alto Alentejo	6,2	8,7	6,3
Alentejo	6,4	7,3	5,3
Portugal	4,7	7,9	5,9

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; IEFP/MTSSS-METD) Nota: a fonte indica dados provisórios referentes ao ano 2021

Gráfico 4.3.12.: Desempregados (média anual - %) inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por sexo, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (IEFP/MTSSS-METD)

A análise do desemprego por grupo etário (tabela 4.3.13.) permite identificar os mais jovens como o grupo mais vulnerável, tanto a nível concelhio (19,4% do grupo etário 15-24 anos e 11,9% do grupo etário 25-34 anos) como nacional (18,7% do grupo etário 15-24 anos e 9,4% do grupo etário 25-34 anos). Os jovens são um grupo particularmente vulnerável a situações de exclusão social nomeadamente nas situações em que não participam do mercado de trabalho e, simultaneamente, se encontram fora do sistema educativo. São um grupo que, a longo prazo, enfrenta maiores dificuldades de inserção social, na medida em que acumula entraves na procura de emprego, como a falta de qualificações, de experiência ou formação. É, pois, importante estar atento aos jovens que não estudam nem trabalham, pois podem enfrentar dificuldades em termos de empregabilidade e integração social, o que pode levar a problemas como pobreza, falta de perspetivas de futuro e dependência de apoio social.

Tabela 4.3.13.: Taxa de desemprego (%) segundo os Censos por grupo etário, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou mais
Alter do Chão	17,9	11,9	6,7	4,8	5,5	2,4
Arronches	7,5	7,8	2,4	3,7	5,4	5,4
Avis	24,4	8,3	7,7	6,5	7,3	1,7
Campo Maior	19,3	8,9	5,1	4,7	5,5	1,9
Castelo de Vide	18,8	4,7	6,7	2,9	5,0	0,0
Crato	19,4	10,8	4,4	6,1	7,6	6,5
Elvas	24,0	12,3	10,5	9,2	8,9	3,6
Fronteira	24,1	6,0	4,8	3,7	6,6	8,3
Gavião	22,1	14,6	8,5	4,7	4,3	0,0
Marvão	11,1	6,0	4,9	4,4	6,8	4,5
Monforte	27,8	9,7	4,2	7,9	5,9	0,0
Nisa	23,3	10,4	6,9	6,1	5,1	3,8
Ponte de Sor	16,4	10,6	8,0	5,3	7,4	1,9
Portalegre	19,4	8,7	4,8	3,9	5,0	1,3
Sousel	19,0	12,3	7,1	6,0	6,1	4,7
Alto Alentejo	20,2	10,1	6,8	5,7	6,5	2,7
Alentejo	17,2	8,5	5,9	5,4	6,1	2,5
Portugal	18,7	9,4	6,9	6,6	7,7	3,0

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

4.3.4. Nível de vida

A avaliação do nível de vida permite obter uma visão mais abrangente da situação social dos diferentes concelhos da sub-região do Alto Alentejo. A sua análise possibilita uma melhor perceção do bem-estar dos indivíduos e das comunidades, levando em consideração fatores que afetam a qualidade de vida, como o poder de compra ou o rendimento. Para além disso, o nível de vida pode ser útil para identificar desigualdades sociais, regionais e económicas entre diferentes comunidades.

O índice de poder de compra *per capita* dos concelhos da sub-região do Alto Alentejo permite constatar uma tendência de convergência ao longo das últimas décadas (cf. tabela 4.3.14.) relativamente à realidade nacional. Ainda assim, apesar da evolução positiva deste indicador, constata-se um menor poder de compra nesta região relativamente à média nacional. Na situação particular do concelho do Crato o índice de poder de compra ascendia, em 2019, a 74,2% do valor nacional (cf. tabela 4.3.14. e gráfico 4.3.13.).

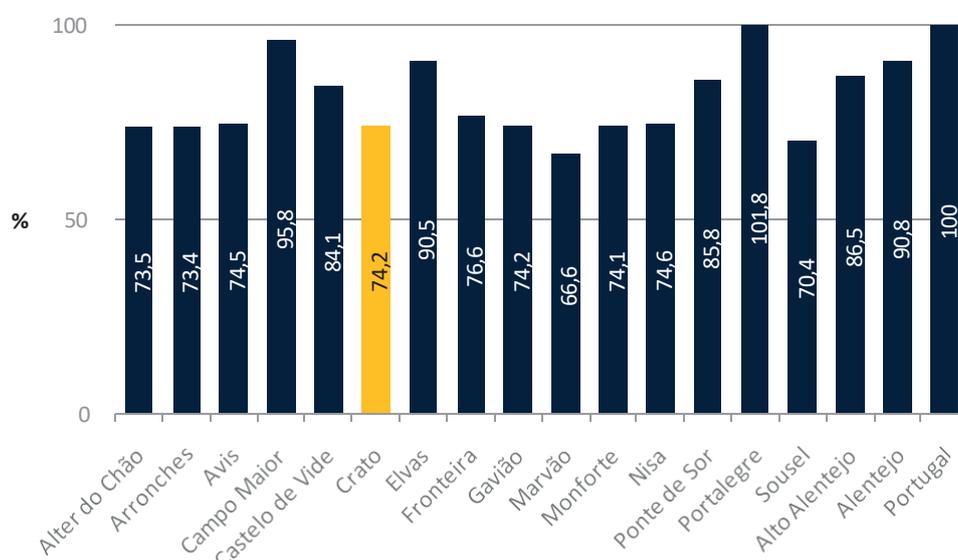
Tabela 4.3.14.: Poder de compra per capita (índice - %), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2000, 2011, 2019)

	2000	2011	2019
Alter do Chão	57,9	70,2	73,5
Arronches	58,8	68,1	73,4
Avis	51,3	69,4	74,5
Campo Maior	73,8	90,0	95,8
Castelo de Vide	67,2	76,1	84,1
Crato	49,3	68,6	74,2
Elvas	72,1	84,9	90,5
Fronteira	55,7	72,0	76,6
Gavião	46,6	63,4	74,2
Marvão	55,9	61,2	66,6
Monforte	48,6	64,0	74,1
Nisa	58,3	67,4	74,6
Ponte de Sor	66,9	80,6	85,8
Portalegre	95,3	102,0	101,8
Sousel	56,9	66,1	70,4
Alto Alentejo	x	81,7	86,5
Alentejo	71,8	88,0	90,8
Portugal	100,0	100,0	100,0

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio)

Gráfico 4.3.13.: Poder de compra per capita (média anual), nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio)

O poder de compra não é determinado apenas pelo salário pois existem outros fatores que influenciam o poder aquisitivo das famílias, tais como a existência de outras fontes de rendimento, os preços de bens e serviços, a inflação, as taxas de juros ou os impostos. Portanto, o poder de compra é uma medida complexa que envolve diversos fatores económicos e sociais, não se limitando apenas ao salário. Ainda assim, o salário constitui a principal fonte de rendimento disponível das famílias portuguesas. Neste indicador,

verificamos que os trabalhadores por conta de outrem, no concelho do Crato, auferiam, em 2019, uma remuneração base média mensal de 705€ (cf. tabela 4.3.15.) situando-se abaixo do verificado na região Alentejo e em Portugal.

Tabela 4.3.15.: Remuneração base média mensal²⁰ (€) dos trabalhadores por conta de outrem, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2002, 2010, 2019)

	2000	2011	2019
Alter do Chão	502,0	677,0	753,1
Arronches	474,2	611,7	785,6
Avis	534,8	708,3	773,5
Campo Maior	737,0	1 003,8	1084,9
Castelo de Vide	509,2	676,2	750,0
Crato	481,9	635,3	705,5
Elvas	529,5	679,5	753,0
Fronteira	489,0	669,6	769,3
Gavião	462,4	652,2	742,9
Marvão	492,0	638,8	722,0
Monforte	541,7	740,6	822,4
Nisa	519,7	639,7	696,3
Ponte de Sor	577,5	752,7	855,5
Portalegre	600,3	767,3	823,4
Sousel	489,7	619,1	761,2
Alto Alentejo	x	740,7	828,8
Alentejo	x	789,7	868,9
Portugal	685,0	899,0	1 001,5

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

Na tabela 4.3.16. é apresentada a diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional. Em geral, espera-se que a remuneração base média mensal seja superior ao salário mínimo nacional, uma vez que este último é um valor mínimo estabelecido por lei para proteger o trabalhador de condições precárias de trabalho e garantir um salário mínimo digno. No concelho do Crato a diferença ascendia, em 2019, a 105€.

Tabela 4.3.16.: Diferença entre a remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2002, 2010, 2019)

	2002	2010	2019
Alter do Chão	154	202	153
Arronches	126	137	186
Avis	187	233	173
Campo Maior	389	529	485

²⁰ Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho (metainformação - GEE/ME).

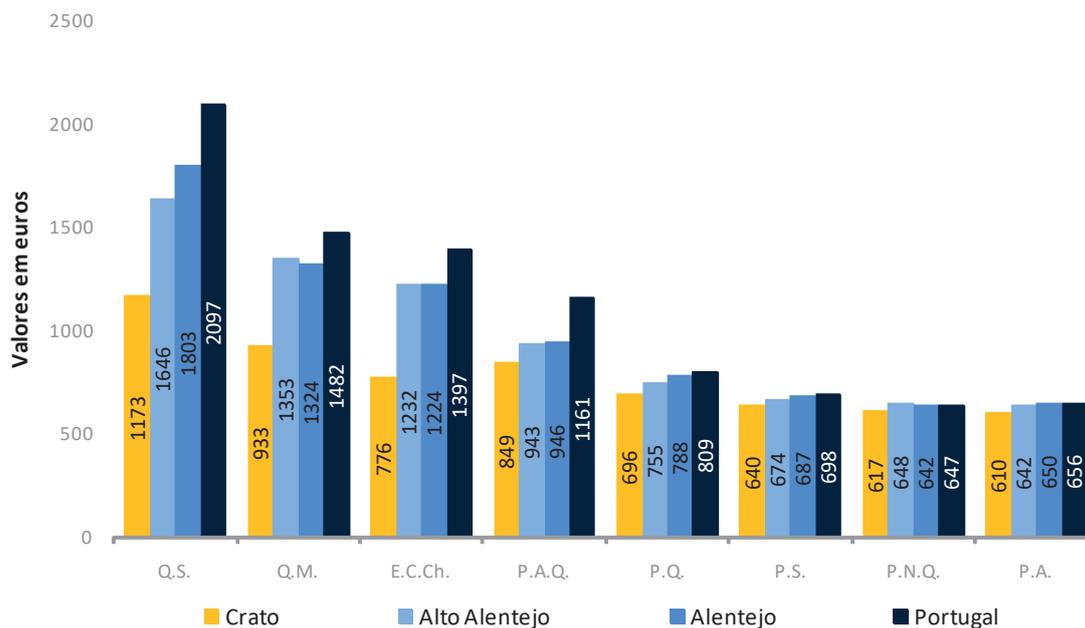
Castelo de Vide	161	201	150
Crato	134	160	105
Elvas	182	204	153
Fronteira	141	195	169
Gavião	114	177	143
Marvão	144	164	122
Monforte	194	266	222
Nisa	172	165	96
Ponte de Sor	230	278	256
Portalegre	252	292	223
Sousel	142	144	161
Alto Alentejo	x	266	229
Alentejo	x	315	269
Portugal	337	424	401

Legenda: x – valor não disponível

Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

O valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem pode variar em função da estrutura da economia, do setor de atividade e do nível de qualificação da população. Para obter uma visão mais esclarecedora deste indicador no concelho do Crato são apresentados, neste trabalho, o nível de remuneração pelo nível de qualificação (gráfico 4.3.14.) e o nível de remuneração por setor de atividade (gráfico 4.3.15.). Como é possível constatar, a maiores níveis de qualificação correspondem remunerações mais elevadas, ocorrendo, neste concelho, um contraste remuneratório entre os trabalhadores com qualificação superior (1173€) e os trabalhadores não qualificados (617€). Refira-se, ainda assim, que os trabalhadores com qualificação superior auferem uma remuneração significativamente inferior à verificada a nível nacional nos trabalhadores com o mesmo nível de qualificação (2097€).

Gráfico 4.3.14.: Remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de qualificação²¹, no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019)

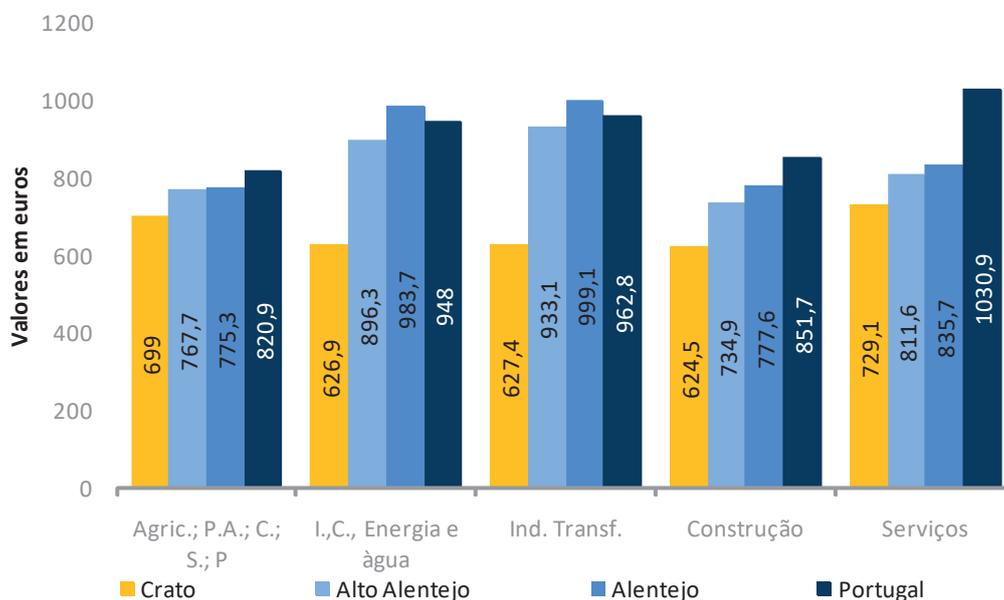


Fonte: Pordata (GEP/MTSSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSSS)

Analisando a remuneração média por setor de atividade (gráfico 4.3.15.) verificamos que, no Crato, as remunerações mais elevadas correspondem às dos trabalhadores por conta de outrem, empregados no setor dos serviços (729€) e as mais baixas às dos trabalhadores empregados no setor da construção (624€). Ainda assim, a remuneração no setor dos serviços é particularmente contrastante com o nível verificado a nível nacional que ascende a 1030€. A explicar esta tendência estará o tipo de atividades incluídas no setor dos serviços no concelho do Crato.

²¹ Q.S.: Quadros superiores; Q.M.: Quadros médios; E.C.Ch.: Encarregados, contramestres e chefes de equipa; P.A.Q.: Profissionais altamente qualificados; P.Q.: Profissionais qualificados; P.S.: Profissionais semiquilificados; P.N.Q.: Profissionais não qualificados; P.A.: Praticantes e aprendizes.

Gráfico 4.3.15.: Remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica²², no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019)



Fonte: Pordata (GEP/MTSS [até 2009] | GEE/MEc [2010 a 2012] | GEP/MSESS, MTSS [a partir de 2013] - Quadros de Pessoal DGERT/MTSS)

A sub-região do Alto Alentejo apresenta um número relativamente elevado de pensionistas no cômputo geral da população residente. Esta situação relaciona-se com o facto de a população ser bastante envelhecida. Pela tabela 4.3.17. podemos apurar que as pensões constituem uma importante fonte de rendimento da população residente, tendo sido processadas, durante o ano 2021, no concelho do Crato, um total de 1825 pensões, na sua maioria do regime geral da Segurança Social (1527 pensões). Quanto aos valores podemos verificar (cf. gráfico 4.3.16.) variaram, no Crato, entre um valor médio mensal de 476€ para as pensões de invalidez, 449€ para as pensões de velhice e 271€ para as pensões de sobrevivência.

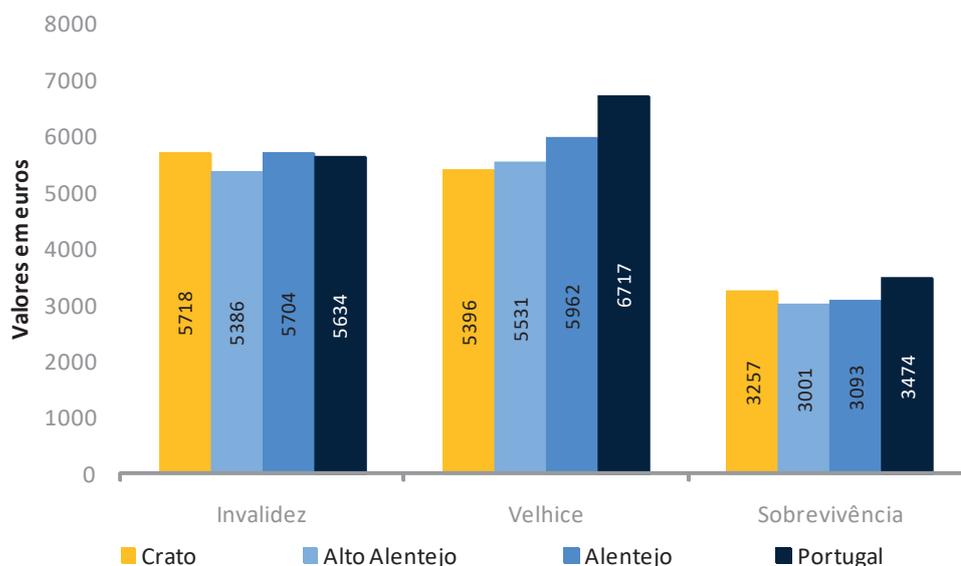
²² Agric.; P.A.;C.;S.; P.: Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I., C., Energia e água: Indústria, construção, energia e água; Ind. Tranf.:Indústrias transformadoras; Construção; Serviços.

Tabela 4.3.17.: Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (€) na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Total	Segurança Social	Caixa Geral de Aposentações
Alter do Chão	1 667	1 290	377
Arronches	1 346	1 079	267
Avis	1 837	1 566	271
Campo Maior	2 947	2 408	539
Castelo de Vide	1 533	1 187	346
Crato	1 825	1 527	298
Elvas	7 991	5 991	2 000
Fronteira	1 426	1 208	218
Gavião	2 082	1 749	333
Marvão	1 492	1 229	263
Monforte	1 298	1 106	192
Nisa	3 366	2 751	615
Ponte de Sor	6 890	6 063	827
Portalegre	10 420	7 793	2 627
Sousel	2 155	1 907	248
Alto Alentejo	48 275	38 854	9 421
Alentejo	287 811	239 471	48 340
Portugal	3 624 790	2 977 307	647 483

Fonte: Pordata (ISS/MTSSS, INE, CGA/MTSSS-MF)

Gráfico 4.3.16.: Valor médio anual (€) das pensões da segurança social por tipo de pensão no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: INE (Instituto de Informática)

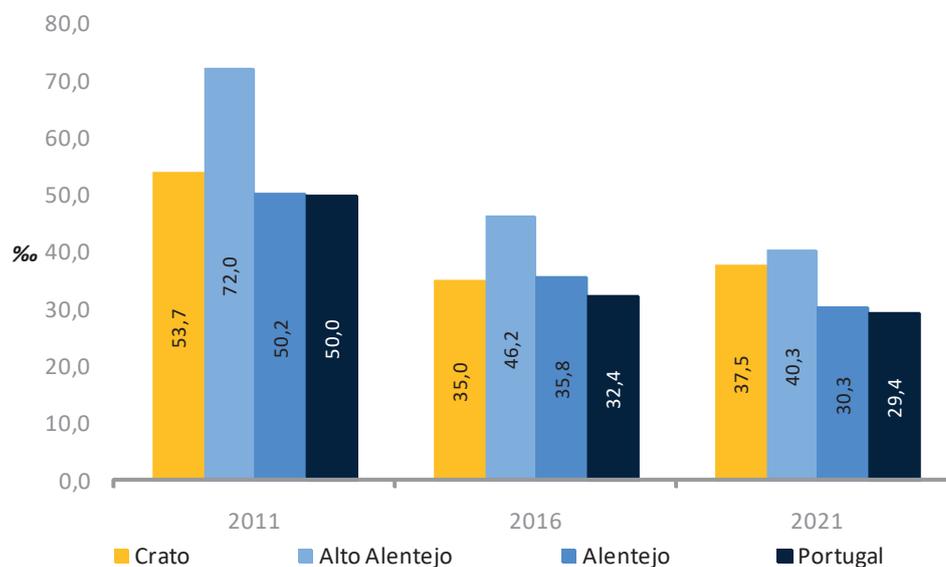
Na tabela 4.3.18. são apresentados dados relativos aos beneficiários do programa de apoio social Rendimento Social de Inserção. Como é possível constatar existe um número significativo de indivíduos que preenchem os critérios de elegibilidade e que se encontram em situação de pobreza ou de exclusão social. No Crato existiam, em 2021, 105 beneficiários deste apoio social o que corresponde a 37 indivíduos por mil habitantes em idade ativa (cf. gráfico 4.3.17.). Considerando o valor processado durante o ano 2021, conforme os valores da tabela 4.3.19., obtemos um valor médio mensal deste rendimento de 98€ por beneficiário no Crato.

Tabela 4.3.18.: Beneficiários (N.º) do rendimento social de inserção, da segurança social no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019, 2020, 2021)

	2019	2020	2021
Alter do Chão	123	134	137
Arronches	46	29	29
Avis	222	214	231
Campo Maior	361	366	363
Castelo de Vide	34	38	45
Crato	118	111	105
Elvas	1 502	1 290	1 264
Fronteira	51	31	30
Gavião	94	79	68
Marvão	59	50	65
Monforte	350	344	343
Nisa	164	160	163
Ponte de Sor	358	340	351
Portalegre	394	356	374
Sousel	166	142	144
Alto Alentejo	4 042	3 684	3 712
Alentejo	19 492	18 471	18 639

Fonte: INE (Instituto de Informática)

Gráfico 4.3.17.: Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa (%), no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2016, 2021)



Fonte: INE (Instituto de Informática)

Tabela 4.3.19.: Valor processado do rendimento social de inserção (milhares de €), da segurança social no concelho do Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2019, 2020, 2021)

	2019	2020	2021
Alter do Chão	147	164	143
Arronches	40	35	28
Avis	295	300	315
Campo Maior	436	438	446
Castelo de Vide	40	40	37
Crato	122	129	124
Elvas	1 692	1 575	1 554
Fronteira	52	38	40
Gavião	101	104	90
Marvão	47	61	71
Monforte	386	429	384
Nisa	204	214	211
Ponte de Sor	392	416	396
Portalegre	430	407	418
Sousel	190	173	188
Alto Alentejo	4 573	4 524	4 447
Alentejo	22 147	22 156	22 346
Portugal	316 811	313 399	324 260

Fonte: INE (Instituto de Informática)

4.3.5. Educação

Os aspetos relacionados com a educação revelam ser de primordial importância na caracterização social de um território ou de uma região. A análise da escolaridade dos indivíduos que residem nos diferentes concelhos da região do Alto Alentejo, do número de alunos matriculados em instituições educativas (considerando diferentes níveis de escolaridade) bem como dos estabelecimentos de ensino atualmente em funcionamento, permite efetuar um retrato em termos de qualificação dos indivíduos, um aspeto que poderá ter um impacto significativo na qualidade de vida dos mesmos e, conseqüentemente, em muitos outros indicadores de natureza social.

4.3.5.1. Escolaridade

Na tabela 4.3.20. verifica-se que na população residente no concelho de Crato, predominam os indivíduos que têm o 1.º ciclo do ensino básico completo o que poderá corresponder a uma faixa etária mais envelhecida da população. Por outro lado, a população está também representada por um maior número de indivíduos que têm o ensino secundário completo e por indivíduos com o 3.º ciclo do ensino básico completo. Os dados revelam que existe um pequeno número de indivíduos detentores de cursos de ensino pós-secundário (cursos que se situam entre o ensino secundário e o ensino superior) e, embora o número de indivíduos com o ensino superior completo seja superior a esta pequena fração da população, ainda assim representa uma menor parte da população quando comparada com a população que tem o 2.º ciclo do ensino básico e com a população sem qualquer nível de escolaridade.

Tabela 4.3.20.: População residente com 15 e mais anos (N.º) segundo os Censos por nível de escolaridade completo mais elevado nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	Sem escolaridade	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário ²³	Ensino superior
Alter do Chão	304	820	297	462	516	27	282
Arronches	314	705	245	431	499	16	281
Avis	427	943	373	582	700	27	332
Campo Maior	580	1 675	666	1 294	1 712	62	871

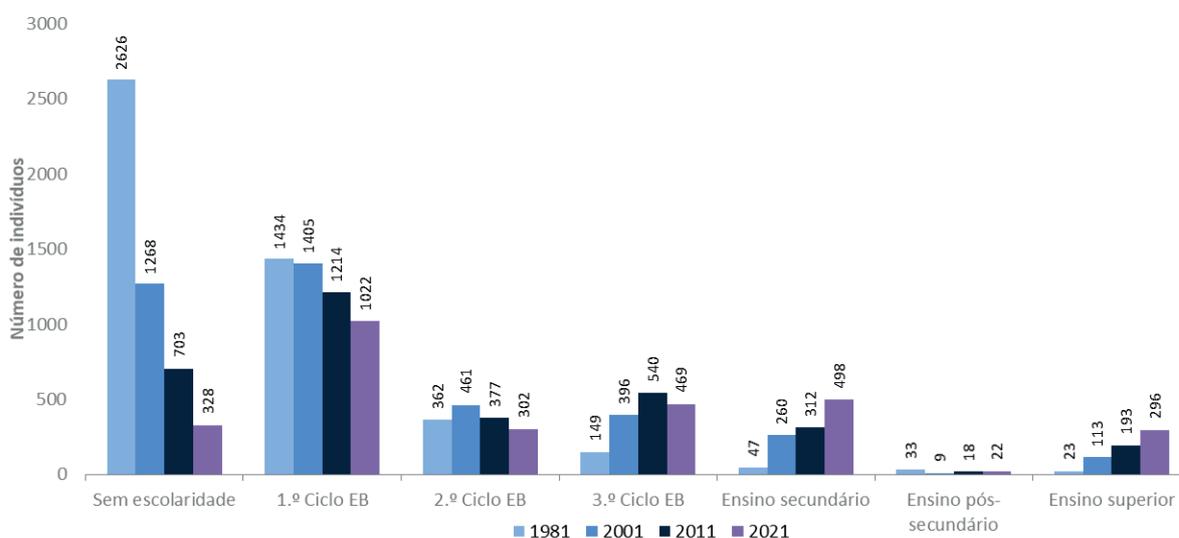
²³ O ensino pós-secundário é um nível de ensino para qualificação profissional que se situa entre o secundário e o superior, como é o caso do curso de especialização tecnológica. O ensino pós-secundário equivale ao ISCED 4 da Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE ou ISCED em inglês). Esta classificação da UNESCO permite comparar níveis de educação de países com diferentes sistemas de ensino.

	Sem escolaridade	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário ²³	Ensino superior
Castelo de Vide	253	746	271	521	579	17	434
Crato	328	1 022	302	469	498	22	296
Elvas	1 373	3 918	1 865	3 282	4 678	162	2 560
Fronteira	258	703	295	455	525	30	294
Gavião	300	1 181	318	560	524	13	233
Marvão	301	796	327	492	461	11	345
Monforte	352	735	295	463	467	8	258
Nisa	609	1 832	495	919	983	36	623
Ponte de Sor	1 350	3 809	1 437	2 357	2 909	89	1 579
Portalegre	1 332	4 263	1 588	3 695	4 452	147	4 130
Sousel	436	1 091	347	783	761	42	414
Alto Alentejo	8 517	24 239	9 121	16 765	20 264	709	12 932
Alentejo	52 742	149 409	60 578	114 799	142 736	6579	90 551
Portugal	528 088	2 008 075	864 512	1 604 653	2 119 842	103 820	1 782 888

Fonte: Pordata (INE - Recenseamentos Gerais da População)

Uma análise à informação apresentada no gráfico 4.3.18. permite verificar a evolução das qualificações académicas da população residente no concelho de Crato desde o ano 1981 até ao ano 2021. Salienta-se nesta evolução uma diminuição acentuada do número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade ao longo deste período. O número de indivíduos com o 1.º ciclo do ensino básico, com o 2.º ciclo do ensino básico e com o 3.º ciclo do ensino básico também sofreu ligeiras alterações, diminuindo em 2021 quando comparado com valores do ano 2011. Por outro lado, o ensino secundário e o ensino superior são os níveis de escolaridade que sistematicamente ao longo do período 1981- 2021 têm vindo a comportar um maior número de indivíduos.

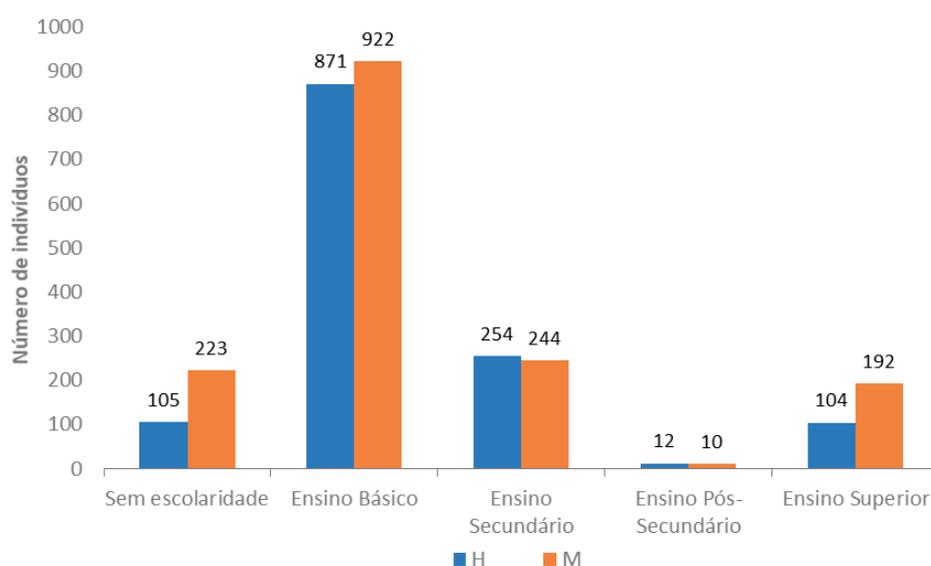
Gráfico 4.3.18.: População residente com 15 e mais anos segundo os censos (N.º) no concelho de Crato por nível de escolaridade completo mais elevado (1981, 2001, 2011 e 2021)



Nota: Os valores referentes ao ano 2011 estão identificados na fonte com quebra de série
 Fonte: Pordata (Recenseamentos Gerais da População)

Quando se considera o número de indivíduos da população residente no concelho de Crato de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo, distinguindo homens (H) e mulheres (M), verifica-se que existe um maior número de mulheres do que homens sem escolaridade com o ensino básico e com o ensino superior. A maior diferença entre o número de homens e o número de mulheres regista-se nos indivíduos que não têm qualquer nível de escolaridade (gráfico 4.3.19).

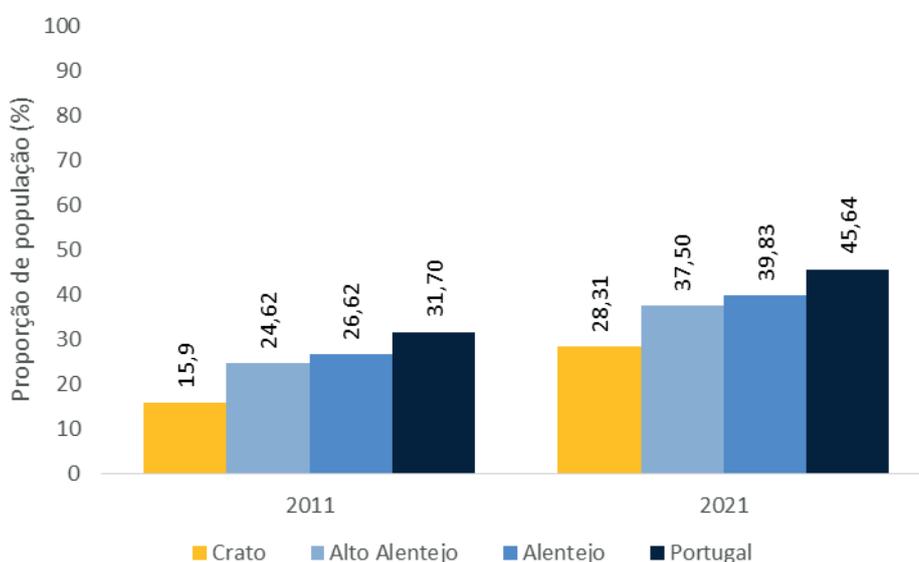
Gráfico 4.3.19.: População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Crato (2021)



Fonte: INE (Recenseamentos Gerais da População)

A proporção de população residente no concelho de Crato que tem pelo menos o ensino secundário como nível de escolaridade completo aumentou de 2011 para 2021 à semelhança do que aconteceu com a população da sub-região do Alto Alentejo e com a população de Portugal revelando uma melhoria em termos de qualificação académica da população residente. Ainda assim, os resultados dos Censos 2021 indicam que, no concelho de Crato, a proporção de indivíduos com pelo menos o ensino secundário completo é inferior quando comparada com a proporção de indivíduos da sub-região do Alto Alentejo acentuando-se a diferença quando comparada com a proporção de indivíduos residentes em Portugal (gráfico 4.3.20).

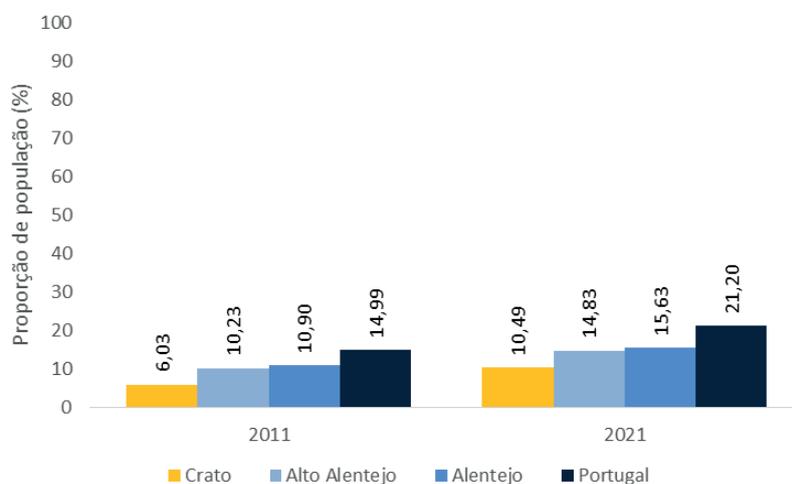
Gráfico 4.3.20.: Proporção (%) da população residente com pelo menos o ensino secundário completo no concelho de Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

A proporção de população com o ensino superior completo apresenta valores inferiores à proporção de população com pelo menos o ensino secundário completo quando se considera o país na sua globalidade, a região do Alentejo, a sub-região do Alto Alentejo e o concelho de Crato. Embora os valores referentes à proporção deste tipo de população tenham aumentado de 2011 para 2021, o concelho de Crato revela, em 2021, uma proporção de população residente que tem o ensino superior completo que representa cerca de metade do valor que diz respeito a Portugal (gráfico. 4.3.21).

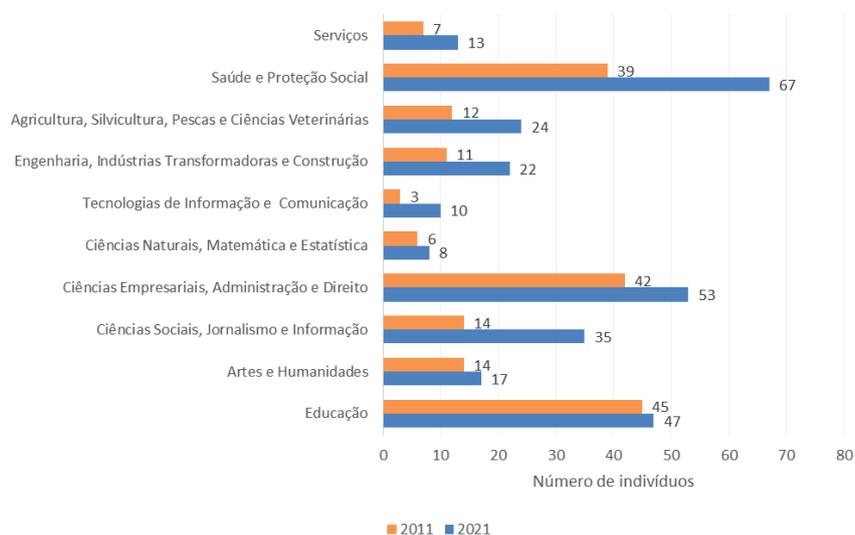
Gráfico 4.3.21.: Proporção (%) da população residente com o ensino superior completo no concelho de Crato, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)



Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

Na distribuição da população residente no concelho de Crato com o ensino superior completo por áreas de estudo destacam-se, em 2021, a área da Saúde e Proteção Social e a área de Ciências Empresariais, Administração e Direito como áreas preferenciais no que diz respeito à realização de um curso de ensino superior. As áreas de estudos menos procuradas pela população residente no concelho dizem respeito à área de Tecnologias de Informação e Comunicação e à área de Ciências Naturais, Matemática e Estatística embora se tenha registado um aumento de 2011 para 2021 do número de indivíduos com um curso de ensino superior nestas áreas destacando-se a área de Tecnologias de Informação e Comunicação que aumentou mais do triplo em relação a 2011 (gráfico 4.3.22)

Gráfico 4.3.22.: População residente com o ensino superior completo (N.º) por áreas de estudo no concelho de Crato (2011, 2021)



Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

No que diz respeito à taxa de analfabetismo verificada no concelho de Crato, os dados dos Censos 2011 e 2021 revelam um decréscimo no valor referente à população residente no concelho embora o valor registado em 2021 seja ainda superior ao valor registado na sub-região do Alto Alentejo, no mesmo ano. Quando se considera a taxa de analfabetismo referente ao país em termos globais, verifica-se que a diferença é ainda mais acentuada quando comparada com a taxa verificada no concelho de Crato sendo o valor desta última duas vezes e meia superior ao valor da taxa referente a toda a população portuguesa. Outro aspeto a salientar diz respeito ao facto de serem as mulheres o grupo que apresenta valores superiores de taxa de analfabetismo em todos os concelhos do distrito, na sub-região do Alto Alentejo, na região do Alentejo e no país em geral. No concelho de Crato, em 2021, a taxa de analfabetismo nas mulheres é aproximadamente o dobro da taxa verificada no grupo dos homens (tabela 4.3.21.).

Tabela 4.3.21.: Taxa de analfabetismo (%) segundo os Censos por local de residência e por sexo nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Alter do Chão	12,44	9,59	15,00	8,31	5,28	10,84
Arronches	16,54	12,39	20,39	9,21	5,93	12,40
Avis	13,28	10,00	16,29	8,11	5,47	10,42
Campo Maior	9,70	7,70	11,56	5,29	3,99	6,49
Castelo de Vide	13,13	10,13	15,83	7,02	5,24	8,63
Crato	13,27	9,16	16,81	7,69	5,04	9,95
Elvas	8,23	6,00	10,26	4,84	3,80	5,78
Fronteira	12,70	10,27	14,86	6,99	5,24	8,55
Gavião	15,33	9,97	20,03	5,87	3,54	7,89
Marvão	13,21	10,88	15,41	7,57	6,64	8,42
Monforte	17,26	14,64	19,52	11,76	7,76	15,28
Nisa	12,80	9,31	15,95	7,22	5,01	9,18
Ponte de Sor	12,17	8,40	15,66	7,13	4,68	9,40
Portalegre	7,66	6,09	9,10	4,53	3,61	5,35
Sousel	14,00	11,54	16,10	8,58	6,13	10,69
Alto Alentejo	10,95	8,23	13,43	6,30	4,54	7,88
Alentejo	9,55	7,14	11,79	5,41	3,88	6,83
Portugal	5,22	3,51	6,77	3,08	2,10	3,96

Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

4.3.5.2. Alunos matriculados

A dinâmica dos concelhos em termos sociais pode também ser analisada sob o ponto de vista do número de crianças e jovens que frequentam instituições educativas. De acordo com o Recenseamento Escolar (DGEEC/ME-MCTES) referente ao ano 2021, verifica-se que do total de 297 crianças e jovens do concelho de Crato matriculados em instituições educativas, cerca de 28,6% frequenta o 1.º ciclo do ensino básico, cerca de 21,2% frequenta o 3.º ciclo do ensino básico e 19,5% frequenta a educação pré-escolar. O ensino secundário e a educação pré-escolar são os níveis de escolaridade que registam um menor número de alunos matriculados (tabela 4.3.22.).

Tabela 4.3.22.: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

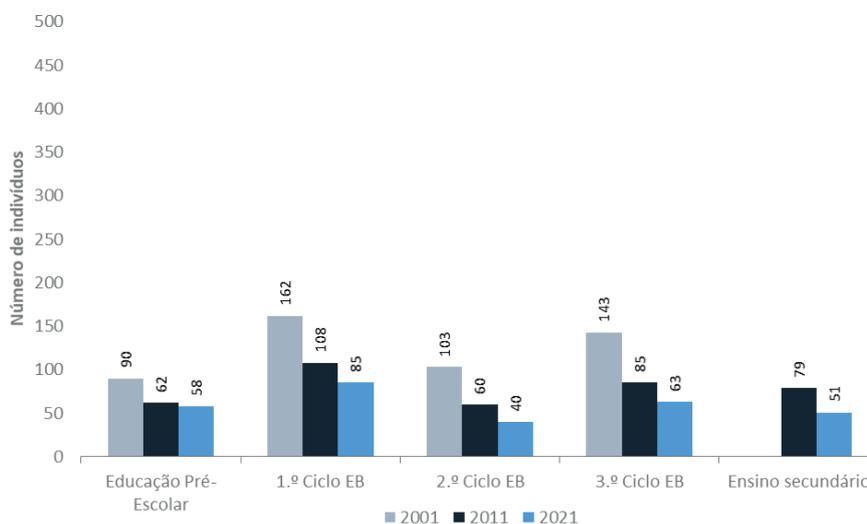
	Total	Educação Pré-Escolar	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Alter do Chão	480	57	101	49	94	179
Arronches	292	80	80	56	71	5
Avis	356	79	123	50	101	3
Campo Maior	1 530	217	389	202	343	379
Castelo de Vide	270	76	81	50	63	-
Crato	297	58	85	40	63	51
Elvas	3 447	528	916	466	742	795
Fronteira	270	56	76	47	91	-
Gavião	314	56	76	61	87	34
Marvão	213	57	69	26	61	-
Monforte	321	64	113	60	84	-
Nisa	481	76	123	67	112	103
Ponte de Sor	1 967	341	468	273	400	485
Portalegre	3 856	579	770	426	739	1 236
Sousel	557	109	117	89	122	120
Alto Alentejo	14 651	2 433	3 587	1 962	3 173	3 390
Alentejo	102 833	17 111	24 790	13 766	22 381	24 531
Portugal	1 575 679	251 060	373 109	210 064	342 869	393 689

Legenda: - Ausência de valor

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

O gráfico 4.3.23 apresenta a evolução do número de alunos do concelho de Crato matriculados nos diferentes níveis de ensino nos anos 2001, 2011 e 2021. Um aspeto a destacar diz respeito a uma evidente redução do número de alunos em cada um dos níveis de escolaridade representados no gráfico, do ano 2001 para o ano 2021. Estes dados revelam uma evidente tendência na diminuição do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de escolaridade situação que merece particular atenção no contexto social de um território.

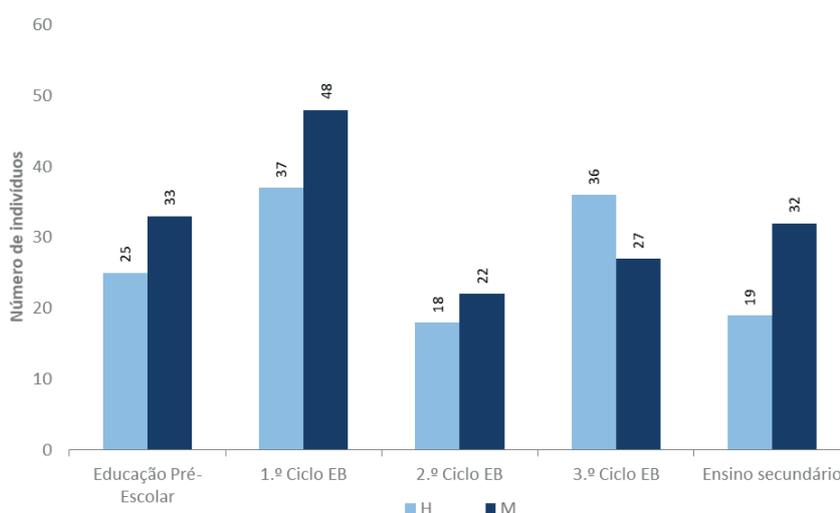
Gráfico 4.3.23.: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário no concelho de Crato (2001, 2011 e 2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

Quando se considera a distribuição do número de alunos do concelho de Crato segundo sexo, verifica-se que o número de alunos do sexo feminino (M) supera o número de alunos do sexo masculino (H) em todos os níveis de escolaridade exceto no 3.º ciclo do ensino básico. Conforme verificado anteriormente, o ensino secundário é um dos níveis de escolaridade que apresenta menor número de alunos matriculados e que apresenta também uma maior diferença entre o número de rapazes e o número de raparigas que o frequenta (gráfico 4.3.24).

Gráfico 4.3.24.: Alunos matriculados (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário por sexo no concelho de Crato (2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

Um aspeto merecedor de análise diz respeito à taxa de retenção²⁴ e desistência²⁵ verificada na população estudantil do concelho de Crato. De acordo com a informação apresentada na tabela 4.3.23. verifica-se que é no ensino secundário e no 3.º ciclo do ensino básico que mais jovens ficam retidos e/ou desistem de continuar o seu percurso académico. O valor da taxa registado neste no ensino secundário supera o dobro do valor da taxa verificada na sub-região Alto Alentejo.

Tabela 4.3.23.: Taxa de retenção e desistência (%) no ensino básico e no ensino secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Alter do Chão	6,9	6,1	13,9	7,3
Arronches	0,0	0,0	0,0	0,0
Avis	10,6	24,0	14,9	NA

²⁴ Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra.

²⁵ Situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo. Notas: inclui-se o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.

	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Campo Maior	9,6	12,6	15,5	2,4
Castelo de Vide	2,5	0,0	0,0	NA
Crato	2,4	2,5	7,9	13,7
Elvas	5,2	7,8	7,8	7,4
Fronteira	1,3	2,1	8,8	NA
Gavião	0,0	3,3	0,0	8,8
Marvão	2,9	0,0	1,6	NA
Monforte	4,5	12,3	5,1	NA
Nisa	4,1	3,0	3,0	3,9
Ponte de Sor	0,9	1,5	8,4	5,0
Portalegre	1,3	1,5	3,7	7,4
Sousel	0,0	4,5	11,5	9,2
Alto Alentejo	3,8	5,2	7,3	6,7
Alentejo	3,6	4,5	5,8	8,3
Portugal	2,1	3,3	4,3	8,3

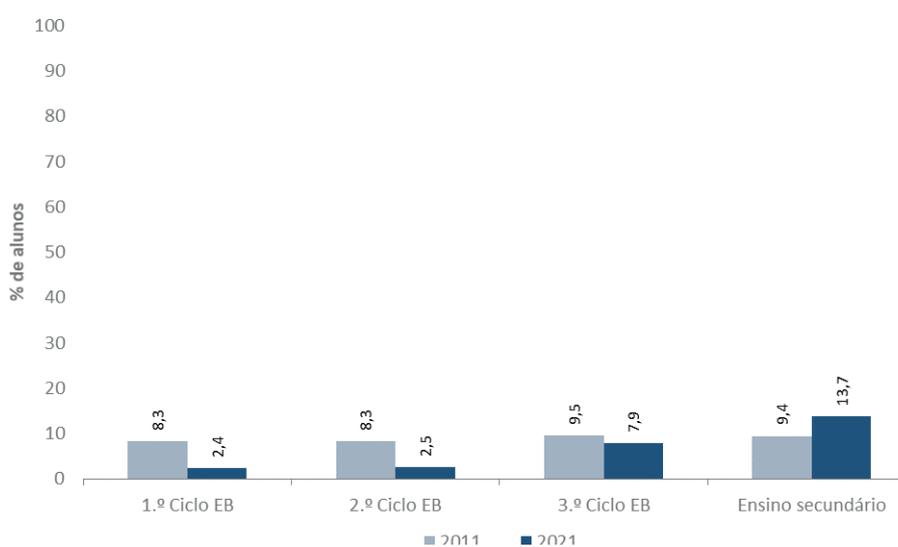
Legenda:

NA – Não aplicável

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

De uma forma geral, no concelho de Crato, verifica-se uma melhoria da taxa de retenção e desistência dos alunos matriculados no 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico traduzida por um decréscimo dos valores de 2011 para 2021. O gráfico 4.3.25 mostra que esta melhoria foi mais acentuada no 1.º e no 2.º ciclo do ensino básico. No entanto, destaca-se o aumento, de 2011 para 2021, do valor da taxa de retenção e desistência verificado no ensino secundário, aspeto que merece reflexão em torno de medidas que permitam combater este problema evitando, por um lado que crianças/jovens desistam do seu percurso escolar e possibilitando, por outro lado, que a transição entre os diferentes níveis de escolaridade aconteça de forma regular.

Gráfico 4.3.25.: Taxa de retenção e desistência (%) no ensino básico e no ensino secundário no concelho de Crato (2011,2021)



Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

4.3.5.3. Estabelecimentos de ensino

A tabela 4.3.24. apresenta o número de estabelecimentos de ensino sediados no concelho de Crato em 2011 e em 2021. O número de estabelecimentos de ensino, no concelho, manteve-se de 2011 para 2021 em todos os níveis de ensino exceto na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico que registaram, cada um, uma diminuição de um estabelecimento de ensino. As crianças e jovens do concelho tinham à sua disposição, em 2021, dois estabelecimentos de educação pré-escolar e um estabelecimento de ensino onde podem frequentar o 1.º ciclo, o 2.º ciclo, o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Tabela 4.3.24.: Estabelecimentos (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	Educação Pré-Escolar		1.º Ciclo EB		2.º Ciclo EB		3.º Ciclo EB		Ensino secundário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2
Arronches	4	2	3	1	1	1	1	1	0	1
Avis	4	4	5	4	1	1	2	1	1	0
Campo Maior	4	3	5	1	1	1	1	1	1	1
Castelo de Vide	3	3	2	1	1	1	1	1	0	0
Crato	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Elvas	20	18	13	12	4	4	4	4	2	1
Fronteira	3	3	2	2	1	1	1	1	1	0
Gavião	4	3	3	2	1	1	1	1	1	1
Marvão	2	2	2	2	2	1	2	1	0	0
Monforte	4	4	4	4	1	1	1	1	0	0
Nisa	4	3	3	1	1	1	2	1	2	1
Ponte de Sor	11	12	11	10	2	2	3	2	1	1
Portalegre	19	16	13	10	2	2	3	3	3	3
Sousel	5	5	4	4	1	1	1	1	0	1
Alto Alentejo	92	82	73	56	21	20	25	22	15	13
Alentejo	546	465	458	364	99	96	136	127	77	73
Portugal	6 812	5 774	5 221	4 057	1 170	1 180	1 516	1 440	937	967

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

No que diz respeito a instituições de ensino superior destaca-se a existência, no distrito de Portalegre, de uma única instituição pública de ensino superior, o Instituto Politécnico de Portalegre, que contempla quatro escolas superiores sedeadas na cidade de Portalegre (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde) e uma escola superior sedeadada na cidade de Elvas (Escola Superior Agrária de Elvas).

4.3.6. Saúde

Para completar o presente capítulo dedicado à caracterização socioeconómica do concelho importa conhecer, além dos aspetos já apresentados, um conjunto de outros indicadores que permitirão efetuar um retrato da região relativamente a questões relacionadas com a saúde nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos e aos serviços de saúde que a população tem à sua disposição. A qualidade dos serviços de saúde oferecidos a uma população constitui um pilar fundamental para a promoção e manutenção do bem-estar dos indivíduos garantindo o direito fundamental de todos os cidadãos à proteção da saúde, independentemente da condição social, da situação económica, ou da localização geográfica de cada um.

4.3.6.1. Recursos humanos

A informação referente aos recursos humanos que estão afetos aos diferentes serviços de saúde disponíveis a toda a população do concelho, permite aferir sobre a suficiência deste tipo de recursos para assegurar condições mínimas de saúde exigidas por uma parte significativa da população cuja faixa etária requer diversos tipos de cuidados especializados.

Na tabela 4.3.25. é possível observar que são os concelhos com maior densidade populacional no distrito, Portalegre, Elvas, Ponte de Sor e Campo Maior, aqueles que em 2021, tinham também um maior número de médicos e enfermeiros. Portalegre, Elvas e Ponte de Sor continuam a destacar-se, em 2021, dos restantes concelhos no que diz respeito ao número de dentistas e de farmacêuticos. Quando se considera a realidade nacional, regional e sub-regional verifica-se, no período 2011-2021, um aumento do número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos excetuando este último tipo de profissionais na sub-região do Alto Alentejo cujo número sofreu um ligeiro decréscimo de 2011 para 2021 (diminuiu de 116 para 110 farmacêuticos).

O concelho de Crato aumento, em 2021, para o triplo o número de médicos que tinha em 2011. No período 2011-2021, este concelho perdeu um dentista, manteve o número de farmacêuticos e reduziu ligeiramente o número de enfermeiros segundo o valor provisório apresentado no ano 2021.

Tabela 4.3.25.: Profissionais de saúde (N.º): médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alter do Chão	5	4	1	1	10	Pro 15	5	4
Arronches	7	5	1	1	10	Pro 21	2	2
Avis	4	5	2	1	10	Pro 11	1	2
Campo Maior	54	52	4	4	33	Pro 32	3	4
Castelo de Vide	8	11	2	1	14	Pro 16	5	6
Crato	2	6	2	1	16	Pro 13	3	3
Elvas	111	150	10	17	166	Pro 162	20	19

	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Fronteira	4	5	2	2	10	Pro 15	3	2
Gavião	2	2	0	0	11	Pro 12	7	4
Marvão	7	7	0	1	5	Pro 19	2	2
Monforte	5	7	0	1	15	Pro 24	2	3
Nisa	10	8	0	2	22	Pro 21	7	7
Ponte de Sor	28	28	6	8	55	Pro 50	16	13
Portalegre	111	120	16	19	393	Pro 483	35	35
Sousel	6	4	0	4	11	Pro 16	5	4
Alto Alentejo	364	414	46	63	781	Pro 910	116	110
Alentejo	1 641	2 284	248	356	3 879	Pro 4 827	740	806
Portugal	42 796	58 735	7 366	11 458	64 478	Pro 80 238	11 887	16 055

Legenda: Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Considerando as duas únicas unidades hospitalares (tuteladas administrativamente pelo Estado) do distrito de Portalegre, uma situada no concelho de Elvas, o Hospital de Santa Luzia de Elvas e outra localizada na capital do distrito de Portalegre, o Hospital Doutor José Maria Grande, verifica-se nesta última unidade, um aumento significativo do número de médicos, enfermeiros, pessoal de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica de 2001 para 2021 (considerando os dados provisórios apresentados pelo INE no ano 2021). Esta tendência revela um investimento na quantidade de profissionais afetos à unidade hospitalar do concelho de Portalegre denotando uma preocupação em satisfazer as exigências que a população necessita em termos de saúde. A informação referente à unidade hospitalar localizada no concelho de Elvas, apesar de apresentar a indicação de valor provisório relativamente ao ano 2021 nos diferentes indicadores, não indica qualquer valor provisório o que impossibilita a realização de uma análise sustentada sobre estes indicadores.

Tabela 4.3.26.: *Pessoal ao serviço (N.º) em unidades hospitalares (SNS) nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)*

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Médicos	55	37	Pro	64	66	Pro 115
Enfermeiros	111	123	Pro	22	281	Pro 448
Pessoal auxiliar de enfermagem	NA	1 109	Pro	216	1 216	Pro 319
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	24	33	Pro	36	53	Pro 101

Legenda:

NA - Não aplicável

1 - Quebra de série

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE | DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

De acordo com a tabela 4.3.27. o concelho de Crato caracteriza-se por possuir um maior número de médicos não especialistas, número que aumentou de 2011 para 2021, de um para quatro profissionais. Além destes médicos, o concelho detém, em 2021, dois

médicos ortopedistas, mais um do que em 2011. Não existe registo de profissionais em nenhuma das restantes especialidades apresentadas na tabela 4.3.27.

Tabela 4.3.27.: Médicos especialistas e não especialistas (N.º) no concelho de Crato (2011, 2021)

	2011	2021
Cirurgia geral	0	0
Estomatologia	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	0	0
Medicina geral e familiar	0	0
Oftalmologia	0	0
Ortopedia	1	2
Pediatria	0	0
Psiquiatria	0	0
Não especialistas	1	4

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Quando se analisa a informação referente ao número médio de habitantes por médico nas três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional, observa-se que a nível nacional, o registo global da informação, indica que este número médio tem vindo a diminuir desde o ano 2001 apresentando ao longo do período apresentado na tabela 4.3.28. um menor número de habitantes por médico. Esta tendência de decréscimo verifica-se também na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo apresentando, no entanto, valores mais elevados na região do Alentejo quando comparada com a sub-região do Alentejo o que sugere que na região do Alentejo, cada médico tem a seu cargo, em média, um maior número de habitantes.

No concelho de Crato, apesar do decréscimo do número de habitantes por médico verificado de 2001 para 2021, ainda assim, o valor apresentado neste último ano é cerca de três vezes superior ao valor apresentado a nível nacional e é cerca do dobro do valor verificado na sub-região do Alto Alentejo segundo dados preliminares do INE referentes ao ano 2021.

Quando se consideram as três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional bem como a informação referente ao concelho de Crato na comparação de valores de 2001 para valores de 2021, verifica-se que a realidade relativamente ao número médio de habitantes por farmacêutico apresenta algumas semelhanças em relação à tendência verificada no número médio de habitantes por médico. No entanto, a média de habitantes por farmacêutico registada no concelho em 2021 apresenta um valor superior aos valores indicados a nível sub-regional, regional, e nacional. O fator associado ao decréscimo populacional verificado nas últimas décadas poderá justificar, em parte, a tendência de decréscimo quer do número médio de habitantes por médico quer do número médio de habitantes por farmacêutico nas primeiras duas décadas do atual século.

Tabela 4.3.28.: Habitantes por médico e por farmacêutico (Média) nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	Habitantes por médico			Habitantes por farmacêutico		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Alter do Chão	1 310,8	714,4	Pre 765,6	1 966,3	714,4	Pre 765,6
Arronches	563,4	451,0	Pre 561,5	1 690,3	1 578,5	Pre 1 403,8
Avis	740,3	1 144,3	Pre 763,6	5 182,0	4 577,0	Pre 1 909,0
Campo Maior	700,4	156,5	Pre 154,7	4 202,5	2 816,3	Pre 2 010,5
Castelo de Vide	550,7	424,6	Pre 284,4	1 927,5	679,4	Pre 521,4
Crato	2 162,8	1 850,0	Pre 537,7	1 441,8	1 233,3	Pre 1 075,3
Elvas	278,1	207,2	Pre 138,2	1 668,8	1 150,0	Pre 1 090,8
Fronteira	744,9	848,5	Pre 573,4	1 862,3	1 131,3	Pre 1 433,5
Gavião	1 217,1	2 056,3	Pre 1 692,3	1 622,8	587,5	Pre 846,1
Marvão	1 004,6	500,8	Pre 433,5	-	1 752,8	Pre 1 517,3
Monforte	681,4	664,1	Pre 429,4	1 703,5	1 660,3	Pre 1 001,8
Nisa	658,4	741,2	Pre 743,3	2 139,8	1 058,9	Pre 849,4
Ponte de Sor	786,4	595,2	Pre 545,6	1 808,7	1 041,6	Pre 1 175,2
Portalegre	273,2	223,3	Pre 186,2	1 442,0	708,3	Pre 638,3
Sousel	1 920,7	842,8	Pre 1 087,6	1 920,7	1 011,4	Pre 1 087,6
Alto Alentejo	464,6	324,5	Pre 253,7	1 865,1	1 018,2	Pre 954,7
Alentejo	618,0	461,0	Pre 309,4	1 694,8	1 022,4	Pre 876,8
Portugal	311,8	246,7	↓ Pre 176,4	1 365,3	888,2	↓ Pre 645,4

Legenda:

-- Ausência de valor

↓ - Quebra de série

Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde; Estimativas Anuais da População Residente)

4.3.6.2. Serviços de saúde

Para complementar a informação correspondente aos recursos humanos associados a diversos tipos de serviços de saúde apresentam-se, de seguida, alguns indicadores estatísticos que permitirão caracterizar a região relativamente a este tipo de serviços. Os indicadores apresentados inicialmente apresentados referem-se às duas únicas unidades hospitalares localizadas no distrito de Portalegre (o Hospital de Santa Luzia em Elvas e o Hospital Doutor José Maria Grande em Portalegre).

Na tabela 4.3.29., estes dois hospitais, surgem registados como unidades hospitalares de natureza oficial, ou seja, como unidades tuteladas administrativamente pelo Estado, não existindo até 2021, no distrito de Portalegre, qualquer unidade hospitalar de natureza privada.

Tabela 4.3.29.: Hospitais por natureza institucional nos concelhos de Elvas, Ponte de Sor e Portalegre, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	Oficial ²⁶			Privado ²⁷		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Elvas	1	1	Pro 1	0	0	Pro 0
Ponte de Sor	0	0	Pro 0	1	0	Pro 0
Portalegre	1	1	Pro 1	0	0	Pro 0
Alto Alentejo	2	2	Pro 2	2	1	Pro 1
Alentejo	8	7	Pro 6	3	4	Pro 5
Portugal	122	123	Pro 112	95	103	Pro 128

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Apesar dos dados referentes à capacidade em termos de número de camas e de número de salas de operação existentes nas unidades hospitalares do distrito de Portalegre serem, no ano 2021, valores provisórios, verifica-se no hospital localizado em Portalegre um aumento do número de camas de 2011 para 2021 ficando o valor deste último ano abaixo do valor registado em 2001. Relativamente ao número de salas de operação, o hospital de Portalegre revela um aumento gradual deste tipo de recurso existindo em 2021 mais do dobro da capacidade que existia em 2001 (tabela 4.3.30.).

As estatísticas oficiais que dizem respeito ao hospital de Elvas apresentam, em 2021, o valor provisório zero não se apresentando, por este motivo, uma análise da informação que diz respeito aos indicadores descritos na tabela 4.3.30.

Tabela 4.3.30.: Camas e salas de operação (N.º) em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Camas	108	89	Pro 0	274	200	Pro 236
Salas de operação	3	2	Pro 0	3	4	Pro 7

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

A tabela 4.3.31. apresenta o número de consultas externas efetuadas nas duas unidades hospitalares do distrito de Portalegre. O hospital de Portalegre, apresenta um aumento do número de consultas em todas as especialidades registadas na tabela exceto na especialidade de pediatria que apresenta um valor inferior a metade das consultas efetuadas em 2001, situação que poderá estar associada ao decréscimo do número de crianças verificado na região. As especialidades de medicina interna, de oftalmologia e

²⁶ Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações.

²⁷ Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

de ortopedia foram as que registaram, em 2021, um maior aumento relativamente aos valores de 2011 destacando-se a ortopedia que apresenta uma aumento quatro vezes superior a 2011 e a medicina interna e oftalmologia como especialidades que apresentaram um aumento cerca de três vezes superior ao valor de 2011. No hospital de Portalegre, em 2021, a população recorreu mais a especialidades como cirurgia geral, ortopedia e oftalmologia tendo sido a pediatria e a otorrinolaringologia as que registaram um menor número de consultas.

Mais uma vez, não será apresentada uma análise do número de consultas externas realizadas, em 2021, no hospital de Elvas devido ao facto dos registos indicarem como valor provisório zero em todas as especialidades.

Tabela 4.3.31.: Consultas externas (N.º) por especialidade em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Cirurgia geral	4 701	6 179	Pro 0	7 020	8 209	Pro 11 952
Ginecologia	2 036	1 158	Pro 0	2 128	3 394	Pro 5 415
Medicina interna	2 329	6 312	Pro 0	3 453	2 660	Pro 7 926
Oftalmologia	0	0	Pro 0	1 861	3 121	Pro 9 382
Ortopedia	4 400	3 910	Pro 0	3 452	2 389	Pro 10 252
Otorrinolaringologia	0	0	Pro 0	2 284	0	Pro 2 516
Pediatria médica	1 653	1 253	Pro 0	4 108	2 221	Pro 1 904
Psiquiatria	0	0	Pro 0	5 746	4 301	Pro 4 738

Legenda:

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Relativamente à informação apresentada na tabela 4.3.32., a análise apresentada focar-se-á nas estatísticas oficiais referentes ao hospital de Portalegre por existirem em 2021, ainda que provisórios, valores nos diferentes tipos de indicadores apresentados na tabela. Destacam-se, as urgências, como um tipo de serviço que sofreu um maior aumento em termos de procura, em 2021, quase o dobro relativamente aos valores registados em 2001 e em 2011. Os internamentos aumentaram, em 2021, ligeiramente quando comparados com os valores de 2001 e de 2011. O número de partos realizados no hospital, o número médio de cirurgias realizadas por dia bem como a taxa de ocupação são indicadores que apresentam, em 2021, valores ligeiramente inferiores aos registados em 2011.

Tabela 4.3.32.: Urgências, Internamentos, partos (N.º), cirurgias por dia (Média) e taxa de ocupação (%) em unidades hospitalares nos concelhos de Elvas e Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Urgências	28 463	28 738	Pro 0	38 354	38 775	Pro 69 661
Internamentos	3 956	2 989	Pro 0	6 628	6 639	Pro 6 805
Partos	277	0	Pro 0	467	433	Pro 420
Cirurgias por dia	-	4	Pro 0	-	15	Pro 14

	Elvas			Portalegre		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Taxa de ocupação num ano (%)	73,6%	82,8%	-	68,5%	77,3%	Pro 76,4%

Legenda:

-- Ausência de valor

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE I DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

A informação apresentada de seguida diz respeito a farmácias e postos farmacêuticos móveis, um tipo de serviço que aumentou em 2021 nos concelhos de Castelo de Vide, Elvas e Portalegre mantendo-se, nos restantes concelhos, o número de serviços registados em 2011. No período 2001-2021, verifica-se uma ligeira tendência aumento do número de farmácias e postos farmacêuticos móveis nas dimensões nacional, regional e sub-regional.

O concelho de Crato não sofreu alteração relativamente ao número de farmácias e postos farmacêuticos móveis desde 2001 até 2021, apresentando neste último ano, um total de cinco estruturas deste tipo de serviço (tabela 4.3.33.).

Tabela 4.3.33.: Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) nos concelhos, na sub região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	4	4	4
Arronches	2	3	3
Avis	5	5	5
Campo Maior	3	3	3
Castelo de Vide	3	2	3
Crato	5	5	5
Elvas	10	9	10
Fronteira	3	3	3
Gavião	4	4	4
Marvão	3	3	3
Monforte	4	4	4
Nisa	6	5	5
Ponte de Sor	7	7	7
Portalegre	13	12	14
Sousel	4	4	4
Alto Alentejo	76	73	77
Alentejo	343	342	348
Portugal	2 888	3 074	3 112

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas das Farmácias)

No ponto anterior analisou-se o número de habitantes por farmacêutico, apresentando-se na tabela 4.3.34. o número de habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis no período 2001-2021. Na realidade nacional, regional e sub-regional verifica-se que tem vindo a diminuir, desde 2001, o número de habitantes tendo em conta o número de estruturas como farmácias e postos farmacêuticos móveis o que poderá estar associado,

por um lado, a um decréscimo populacional e, por outro lado, a um aumento do número de estruturas à disposição da população.

No concelho de Crato, o número de habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis tem vindo a diminuir desde 2001 e, em 2021. Este número referente ao ano 2021, é significativamente inferior ao valor indicado a nível sub-regional (cerca de metade) e a nível nacional (cerca de três vezes inferior) sendo o valor mais baixo registado nos diferentes concelhos do distrito de Portalegre.

Tabela 4.3.34.: Habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis (Média) nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Alter do Chão	983,1	893,0	Pre 765,6
Arronches	1 690,3	1 052,3	Pre 935,8
Avis	1 036,4	915,4	Pre 763,6
Campo Maior	2 801,7	2 816,3	Pre 2 680,7
Castelo de Vide	1 285,0	1 698,5	Pre 1 042,8
Crato	865,1	740,0	Pre 645,2
Elvas	2 336,4	2 555,6	Pre 2 072,5
Fronteira	1 241,5	1 131,3	Pre 955,7
Gavião	1 217,1	1 028,1	Pre 846,1
Marvão	1 339,5	1 168,5	Pre 1 011,5
Monforte	851,8	830,1	Pre 751,4
Nisa	1 426,5	1 482,4	Pre 1 189,2
Ponte de Sor	2 583,9	2 380,7	Pre 2 182,4
Portalegre	1 996,7	2 065,8	Pre 1 595,9
Sousel	1 440,5	1 264,3	Pre 1 087,6
Alto Alentejo	1 668,8	1 617,9	Pre 1 363,8
Alentejo	2 263,0	2 212,1	Pre 2 030,7
Portugal	3 588,2	3 434,5	⊥ Pre 3 329,6

Legenda:

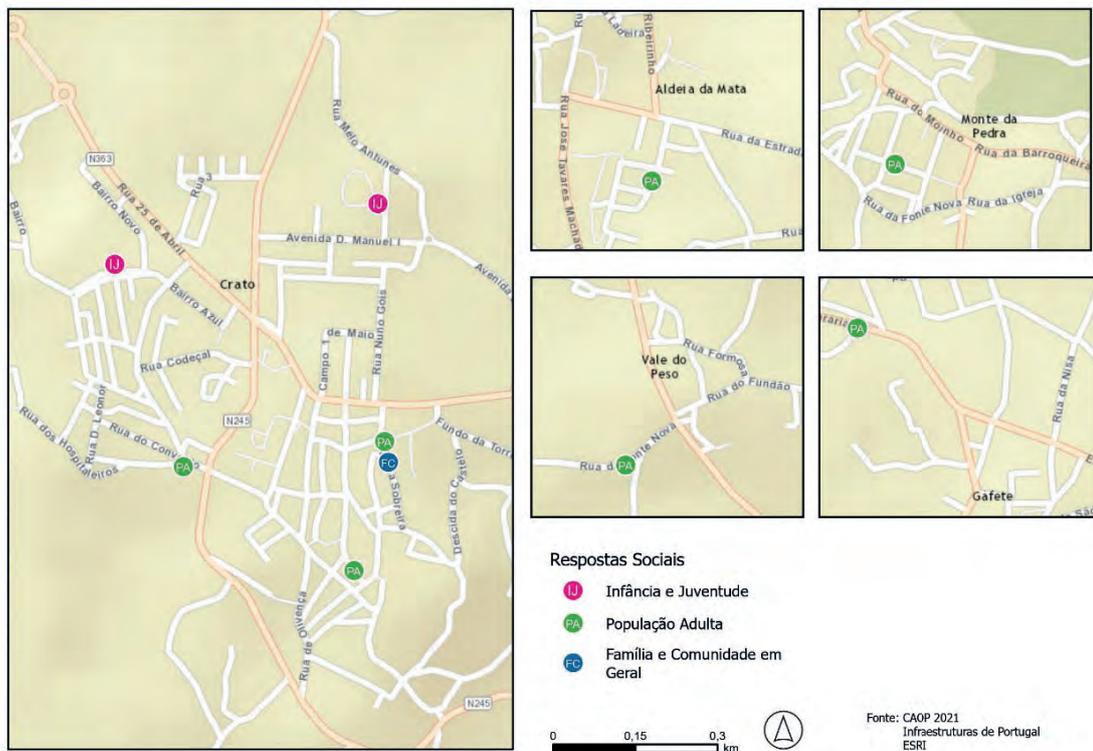
⊥ - Quebra de série

Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas das Farmácias)

05

CARACTERIZAÇÃO
PROSPETIVA DA REDE
DE EQUIPAMENTOS
E SERVIÇOS SOCIAIS
DO CONCELHO



1. Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata
2. Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz
3. Santa Casa da Misericórdia de Gáfete
4. Santa Casa da Misericórdia do Crato
5. Agrupamento de Escolas do Crato

5. CARACTERIZAÇÃO PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DO CRATO

A caracterização prospetiva da rede de equipamentos e serviços sociais do concelho do Crato, que se apresenta neste capítulo, está baseada na auscultação das entidades locais com intervenção social, através de um conjunto de instrumentos e de metodologias de diagnóstico. A articulação de instrumentos metodológicos diferentes (como sejam o questionário de caracterização das instituições locais que atuam na área social; o questionário de caracterização das diferentes respostas sociais existentes no território ou a realização de *focus group* com entidades locais que atuam na área social) permitiu a recolha alargada de informação relevante para a Carta Social.

Ao instrumento de caracterização das instituições locais que atuam na área social responderam quatro entidades do concelho do Crato, designadamente: i) Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata; ii) Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz; iii) Santa Casa da Misericórdia de Gáfete; iv) Santa Casa da Misericórdia do Crato.

5.1 Entidades locais com intervenção social

Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata

A Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1981 e que tem como missão o apoio a idosos. As suas respostas sociais direcionadas às Pessoas Idosas contemplam: i) Serviço de Apoio Domiciliário; ii) Centro de Dia e iii) Estrutura Residencial para Idosos.

Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz

O Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1984 e que tem como missão atender e acolher pessoas idosas cuja situação social, familiar, económica e /ou de saúde não permita resposta alternativa. As suas valências, vocacionadas para as Pessoas Idosas integram: i) Serviço de Apoio Domiciliário; ii) Centro de Dia e iii) Estrutura Residencial para Idosos.

Santa Casa da Misericórdia de Gáfete

A Santa Casa da Misericórdia de Gáfete é uma Irmandade da Misericórdia, fundada em 1698, que tem como missão oferecer aos seus clientes, beneficiários e Irmãos, soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados, pautados pela excelência e por elevados níveis de qualidade e ética profissional, assegurando a melhoria das

condições e da qualidade de vida da comunidade em geral, e em particular dos mais desfavorecidos. As suas respostas sociais direcionadas s Pessoas Idosas contemplam: i) Serviço de Apoio Domiciliário e ii) Estrutura Residencial para Idosos.

Santa Casa da Misericórdia do Crato

A Santa Casa da Misericórdia do Crato é uma Irmandade da Misericórdia, fundada em 1698, que tem como missão o apoio Social a crianças e idosos. A instituição tem como público-alvo as Crianças e Jovens , as Pessoas Idosas e as Famílias e Comunidade desenvolvendo as valências: i) Creche; ii) Estabelecimento de Educação Pré-escolar; iii) Centro de Atividades de Tempos Livres; iv) Serviço de Apoio Domiciliário; v) Centro de Dia; vi) Estrutura Residencial para Idosos; vii) Serviço de Apoio Domiciliário; viii) Refeitório/Cantina Social.

5.1.1 Caracterização das entidades sociais

Apresenta-se na tabela 5.1.7.1 uma breve caracterização das entidades e respetivos equipamentos/respostas sociais/ valências no concelho do Crato.

Tabela 5.1.1: Caracterização das entidades

Entidade	Natureza jurídica	Freguesia	Público Alvo	Equipamentos/Respostas Sociais/ Valências
Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata	Associação de Solidariedade Social	Aldeia da Mata	Pessoas Idosas	- Serviço de Apoio Domiciliário - Centro de Dia - Estrutura Residencial para Idosos
Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz	Associação de Solidariedade Social	Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	Pessoas Idosas	- Serviço de Apoio Domiciliário - Centro de Dia - Estrutura Residencial para Idosos
Santa Casa da Misericórdia de Gáfete	Irmandade da Misericórdia	Gáfete	Pessoas Idosas	- Serviço de Apoio Domiciliário - Estrutura Residencial para Idosos
Santa Casa da Misericórdia do Crato	Irmandade da Misericórdia	Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	Crianças e Jovens Pessoas Idosas	- Creche; - Estabelecimento de Educação Pré-escolar - Centro de Atividades de Tempos Livres - Serviço de Apoio Domiciliário - Centro de Dia - Estrutura Residencial para

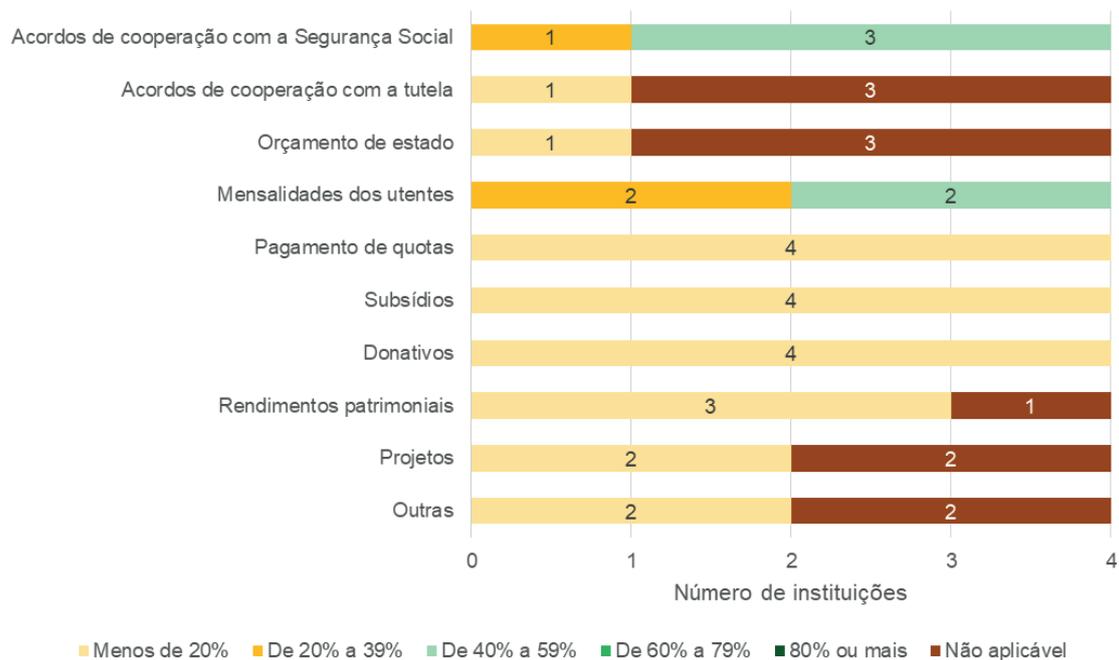
				Idosos - Serviço de Apoio Domiciliário - Refeitório/Cantina Social
--	--	--	--	--

Fonte: inquérito por questionário.

5.2 Fontes de financiamento (entidades sociais)

No questionário remetido às instituições do concelho foi solicitada a identificação do peso relativo das principais fontes de financiamento das suas atividades nos últimos três anos. No gráfico seguinte, podemos verificar que os Acordos de Cooperação com a Segurança Social são a principal fonte de financiamento das instituições, seguido das Mensalidades dos Utentes. Como fica patente, os acordos de cooperação revelam-se essenciais para a garantia da oferta de serviços de qualidade aos cidadãos que deles necessitam no concelho. De salientar, igualmente, o apoio financeiro mensal que a autarquia confere a quatro IPSS do concelho, em função do seu número de utentes.

Gráfico 5.2.1: Peso (em%) de fontes de financiamento nas instituições, nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022)



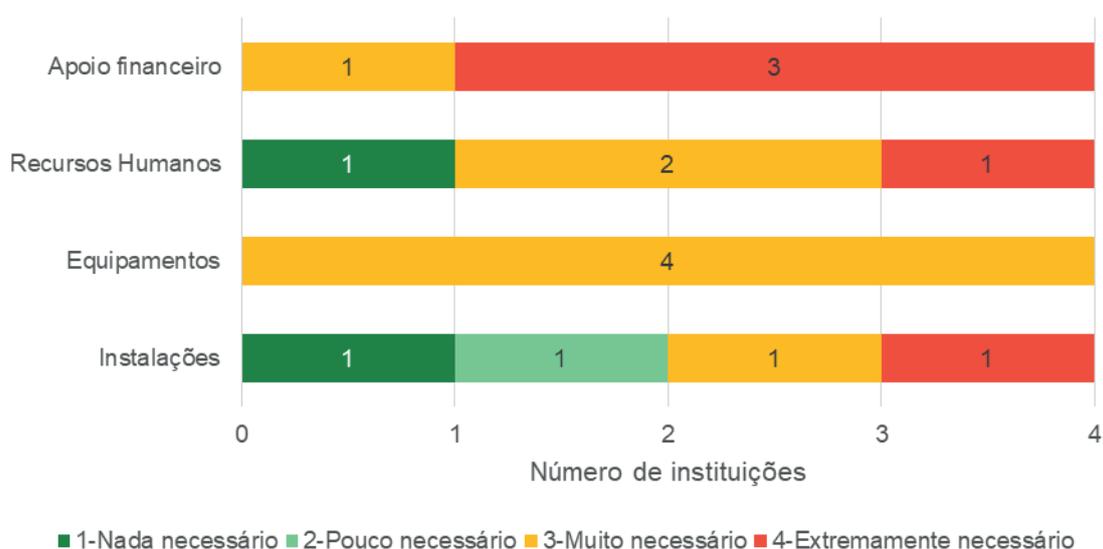
Fonte: inquérito por questionário.

No que respeita ao financiamento de respostas e melhoria de condições de intervenção através do recurso a projetos financiados, apenas duas em quatro entidades, ou seja, 50% das entidades, sinalizaram esse meio de financiamento. Estes dados são reveladores da importância de capacitar as entidades do sector social para se candidatarem a projetos financiados permitindo-lhes o conhecimento e as competências necessárias para identificar oportunidades de financiamento, redigir propostas de projetos e gerir adequadamente os recursos obtidos através desses financiamentos.

5.3 Necessidades das instituições (entidades sociais)

Para determinação das necessidades das instituições relativamente a um conjunto diferenciado de aspetos da sua atividade foi utilizada uma escala de aferição de quatro itens, variando entre: nada necessário; pouco necessário; necessário extremamente necessário. No gráfico 5.3.1 são apresentados os resultados obtidos, onde se salienta como maiores necessidades sentidas o apoio financeiro e os equipamentos.

Gráfico 5.3.1: Necessidades das respostas integradas nas instituições

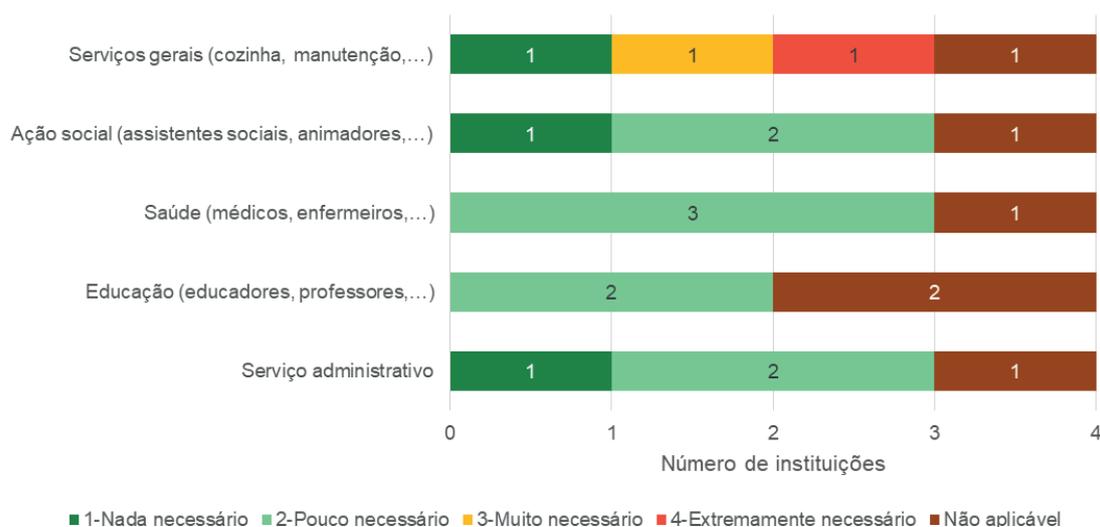


Fonte: inquérito por questionário.

5.4 Necessidade de reforço de Recursos Humanos nas instituições (entidades sociais)

No que respeita à avaliação das necessidades sentidas pelas entidades em termos do reforço de recursos humanos foi, igualmente, utilizada uma escala de quatro itens, com uma variação idêntica à descrita no ponto anterior. Os resultados obtidos são apresentados no gráfico 5.4.1, onde se pode verificar que é sobretudo ao nível da saúde e dos serviços gerais que se verificam as principais carências de recursos humanos.

Gráfico 5.4.1: Necessidades de reforço de recursos humanos nas instituições

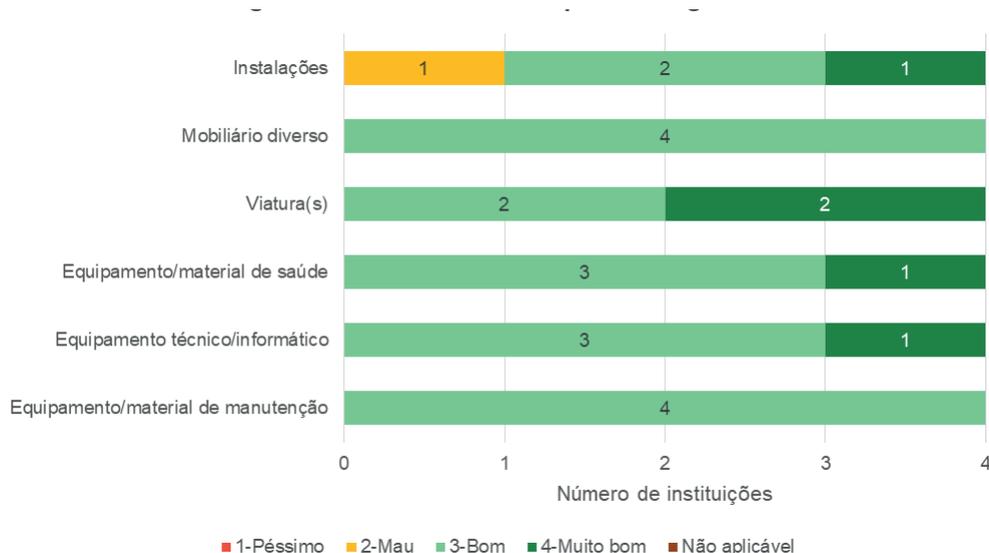


Fonte: inquérito por questionário.

5.5 Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos (entidades sociais)

O gráfico 5.5.1. apresenta os resultados da auscultação das entidades do concelho acerca da avaliação que fazem do estado geral das suas instalações, viaturas e equipamentos. Como se pode constatar, apesar da tendência para uma avaliação positiva do estado de conservação dos equipamentos geridos pelas entidades, são sinalizadas algumas necessidades específicas em termos reabilitação de instalações e de renovação de equipamentos.

Gráfico 5.5.1: Estado geral relativamente aos aspetos a seguir identificados



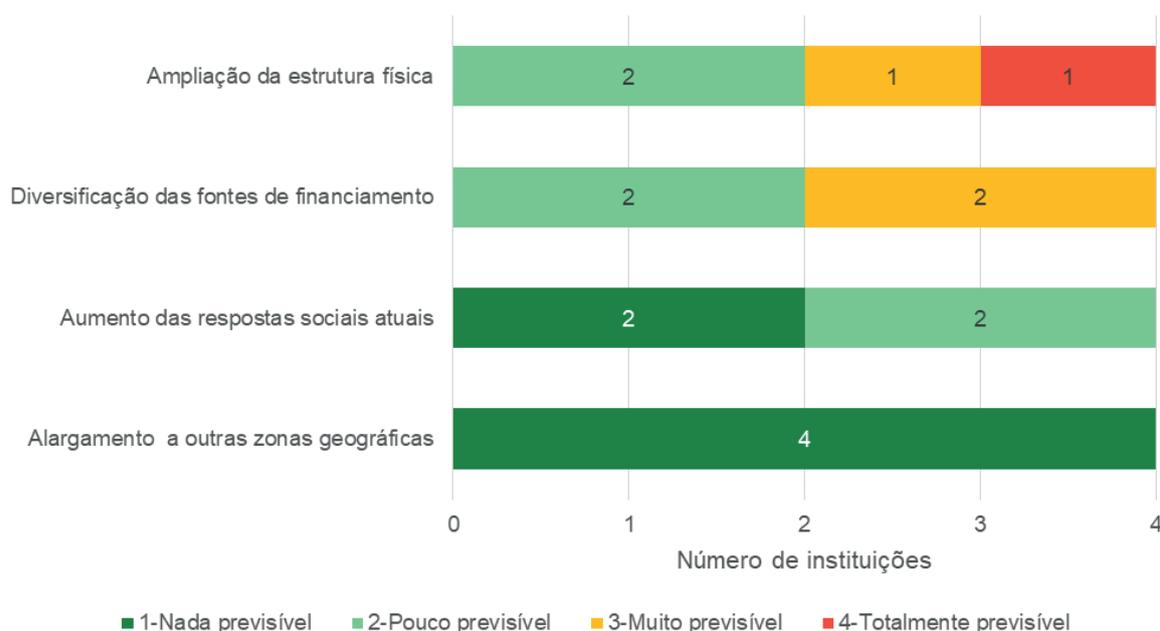
Fonte: inquérito por questionário.

5.6 Perspetivas de futuro relativamente às instituições (horizontes temporais 2025 e 2030) (entidades sociais)

A informação recolhida junto das entidades permitiu realizar uma análise prospetiva com um horizonte temporal de curto prazo (2025) e de médio prazo (2030) que incide sobre o grau de previsibilidade relativamente a: a) Ampliação da estrutura física da instituição; b) Diversificação das fontes de financiamento; c) Aumento das respostas sociais atuais; d) Alargamento da instituição a outras zonas geográficas.

No gráfico 5.6.1 são apresentados os resultados relativos ao cenário de curto prazo (2025) onde se evidenciam intenções, ainda que pouco expressivas, de diversificação das fontes de financiamento e o alargamento da zona de intervenção.

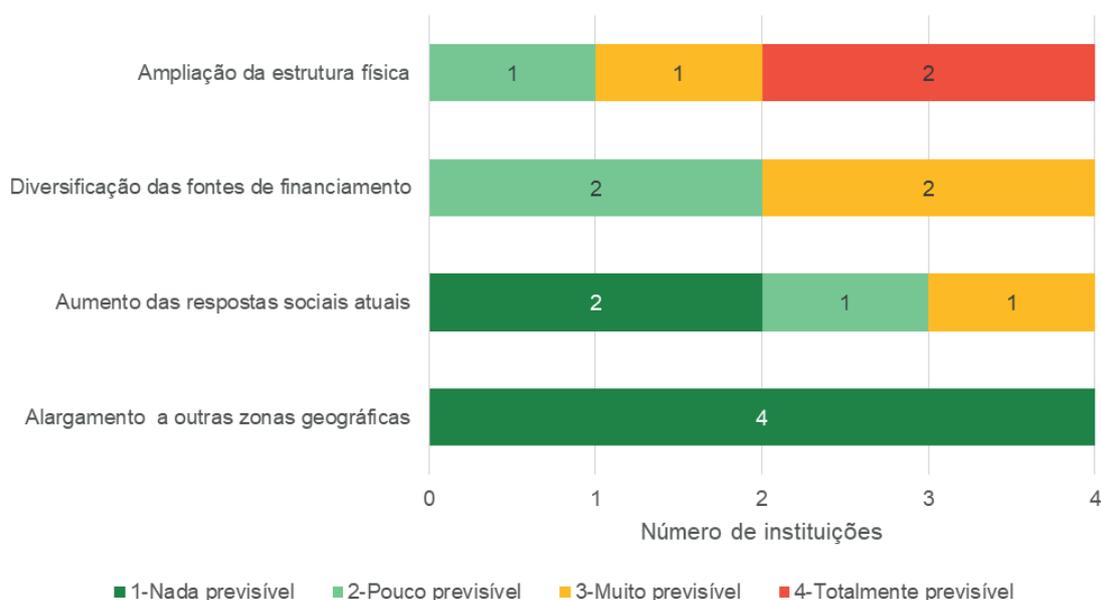
Gráfico 5.6.1: Previsibilidade relativamente aos aspetos a seguir identificados tendo como horizonte o ano de 2025



Fonte: inquérito por questionário.

No gráfico 5.6.2 apresenta os resultados relativos ao cenário de médio prazo (2030) permitindo perceber as intenções institucionais nas mesmas dimensões identificadas anteriormente.

Gráfico 5.6.2: Previsibilidade relativamente aos aspetos a seguir identificados tendo como horizonte o ano de 2030



Fonte: inquérito por questionário.

5.7 Distribuição das respostas Sociais do concelho do Crato por domínio de atuação e freguesia

Neste capítulo são apresentadas as respostas identificadas no concelho distribuídas segundo a nomenclatura de respostas sociais adotada pela Direção-geral de Segurança Social, designadamente: infância e juventude²⁸; pessoas adultas²⁹; família e comunidade³⁰; grupo fechado de respostas pontuais³¹.

5.7.1 Respostas sociais no concelho do Crato

Na tabela 5.7.1. é apresentado o número de respostas sociais identificadas nas diferentes freguesias do concelho.

²⁸ Integra as áreas das crianças e jovens em geral, das crianças e jovens com deficiência e das crianças e jovens em situação de perigo.

²⁹ Integra as áreas das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das pessoas em situações de dependência, das pessoas com doença mental e das pessoas em situação de sem-abrigo.

³⁰ Integra respostas abrangentes, e subdivide-se nas áreas dirigidas à família e comunidade em geral, às pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, às pessoas com comportamentos aditivos e às pessoas vítimas de violência doméstica.

³¹ Inclui respostas sociais com abrangência e expansão limitada, cuja intervenção se mantém pertinente. Inclui respostas sociais para as quais não se prevê a celebração de novos acordos – “Apoio em Regime Ambulatório”; “Imprensa Braille” e “Escola de Cães-Guia”.

Tabela 5.7.1.1 Número de respostas sociais do concelho do Crato

Concelho	Freguesia	Infância e juventude	Pessoas Adultas	Família e comunidade	Grupo Fechado de Respostas Pontuais	Total
Crato		3	13	1	0	17
	Aldeia da Mata	0	3	0	0	3
	Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	3	6	1	0	10
	Gáfete	0	2	0	0	2
	Monte da Pedra	0	2	0	0	2

Fonte: inquérito por questionário.

5.7.2 Resposta Sociais para a Infância e Juventude

As respostas sociais existentes no concelho e especificamente direcionadas para a Infância e Juventude enquadram-se nas seguintes tipologias:

- i) Creche (entidade gestora: Santa Casa da Misericórdia do Crato);
- ii) Estabelecimento de Educação Pré-escolar (entidade gestora: Santa Casa da Misericórdia do Crato);
- iv) Centro de Atividades de Tempos Livres (entidade gestora: Santa Casa da Misericórdia do Crato).

5.7.3 Respostas Sociais para as Pessoas Adultas

Relativamente às respostas sociais vocacionada para o apoio às pessoas idosas existem no concelho as seguintes valências:

- i) Serviço de Apoio Domiciliário (entidades gestoras: Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata; Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz; Santa Casa da Misericórdia de Gáfete; Santa Casa da Misericórdia do Crato).
- ii) Centro de Dia (entidades gestoras: Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata; Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz; Santa Casa da Misericórdia do Crato).
- iii) Estrutura Residencial para Idosos (entidades gestoras: Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata; Centro de Dia para a Terceira idade e

Infância Nossa Senhora da Luz; Santa Casa da Misericórdia de Gáfete; Santa Casa da Misericórdia do Crato);

5.7.4 Respostas Sociais para a Família e Comunidade

No que diz respeito às respostas vocacionadas para o apoio às famílias e à comunidade foram identificadas as seguintes valências:

i) Refeitório/Cantina Social (entidade gestora: Santa Casa da Misericórdia do Crato);

5.7.5 Respostas Sociais em Grupo Fechado de Respostas Pontuais

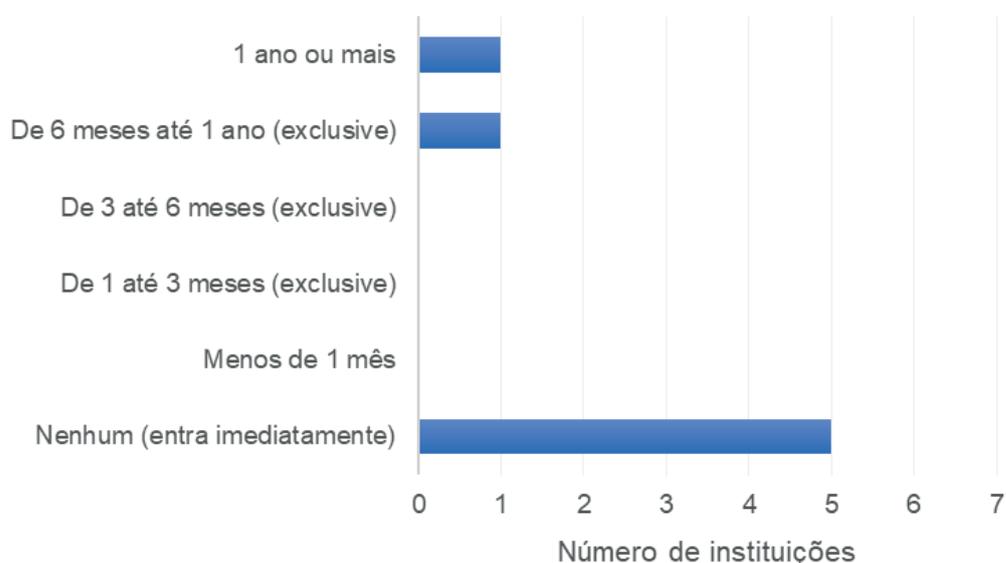
Não foram identificadas respostas desta natureza sediadas no concelho.

5.8 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a População Adulta

5.8.1 Tempo de Espera do Utente

Ao questionário dirigido à caracterização das diferentes respostas sociais do concelho direcionadas para a *População Adulta* foram obtidas 7 respostas. Em relação à pergunta sobre o tempo médio de espera de um usuário por uma vaga nas respostas sociais, observamos que a maioria (5) indicou que a resposta ao usuário é imediata. No entanto foram identificadas duas situações em que o tempo de espera pode ser superior a 6 meses, ambas na valência de Estrutura Residencial para Idosos (nesta valência as listas de espera situam-se, em média, nos 65 idosos).

Gráfico 5.8.1: Tempo que espera um utente por um lugar vago na resposta social

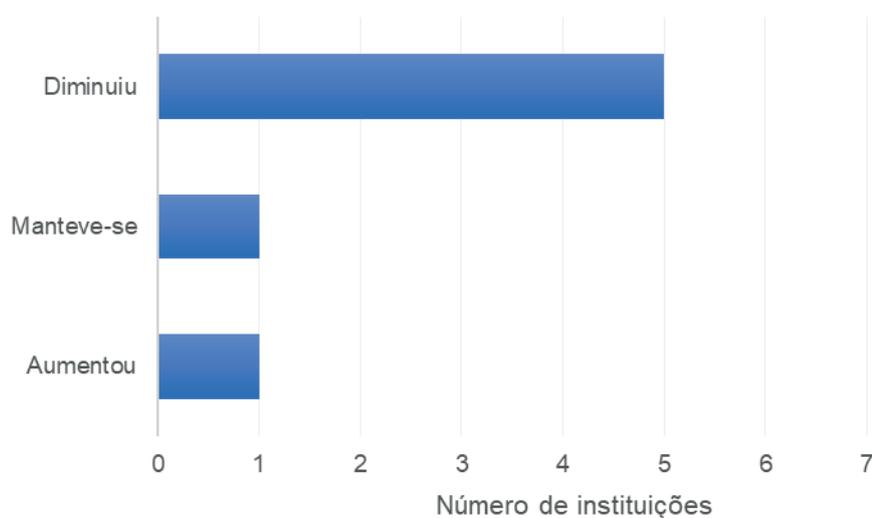


Fonte: inquérito por questionário.

5.8.2 Tendência de procura pela resposta social

O gráfico 5.8.2 permite constatar uma tendência de diminuição da procura dos serviços prestados pelas respostas sociais existentes no concelho, entre 2020 e 2022. A exceção dessa tendência são as Estrutura Residencial para Idosos cujas listas de espera se mantêm ou aumentam no período em referência.

Gráfico 5.8.2: Tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022)

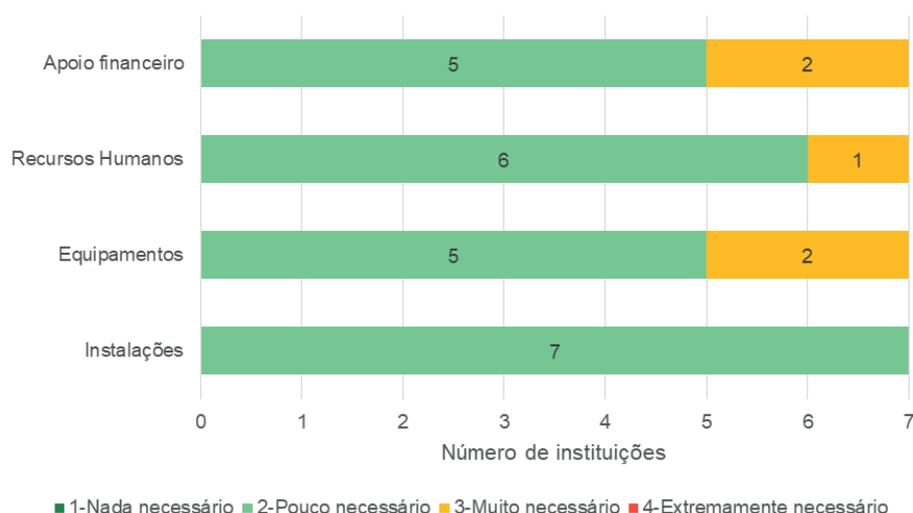


Fonte: inquérito por questionário.

5.8.3 Necessidades das respostas sociais

Para a avaliação das necessidades das respostas sociais direcionadas para a população adulta foi utilizada uma escala de aferição de quatro itens, variando entre: “nada necessário”; “pouco necessário”; “necessário” e “extremamente necessário”. A análise do gráfico 5.8.3.1 permite constatar que as entidades inquiridas revelam poucas necessidades nas quatro dimensões consideradas, à exceção da valência Estrutura Residencial para Idosos em que são referidas muitas necessidades ao nível do apoio financeiro e dos equipamentos.

Gráfico 5.8.3: Necessidades das respostas sociais



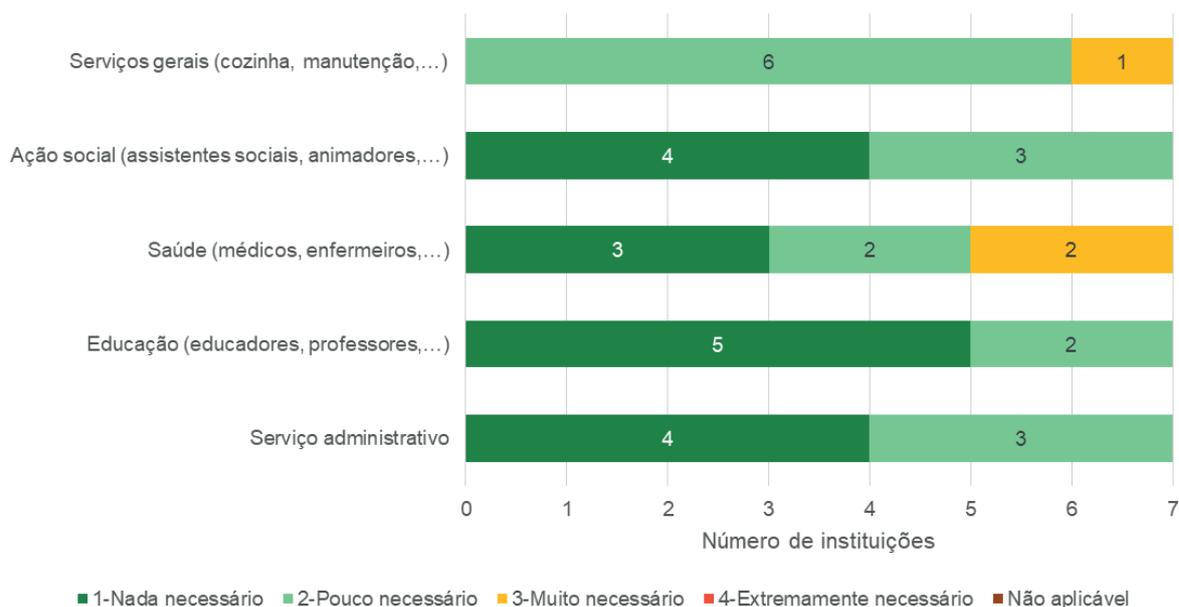
Fonte: inquérito por questionário.

5.8.4 Necessidade de reforço de Recursos Humanos nas respostas sociais

No que diz respeito às necessidades de recursos humanos as respostas sociais direcionadas para a população adulta referiram as áreas dos serviços gerais e da saúde como aquelas onde existe uma maior carência e dificuldade de recrutamento.

Os serviços gerais englobam atividades relacionadas com a limpeza, manutenção, alimentação e apoio logístico em instituições e organizações que prestam apoio a idosos. Essas tarefas são essenciais para garantir o bom funcionamento dessas instituições, mas muitas vezes enfrentam dificuldades em atrair e manter profissionais qualificados. A falta de interesse nessa área e as condições de trabalho podem contribuir para a escassez de recursos humanos neste setor. A área da saúde é outra que enfrenta alguma carência de recursos humanos no contexto das respostas sociais direcionadas para a população idosa. A procura de profissionais de saúde é alta, mas a oferta muitas vezes não é suficiente para suprir essa procura crescente.

Gráfico 5.8.4: Necessidades de reforço de recursos humanos nas instituições

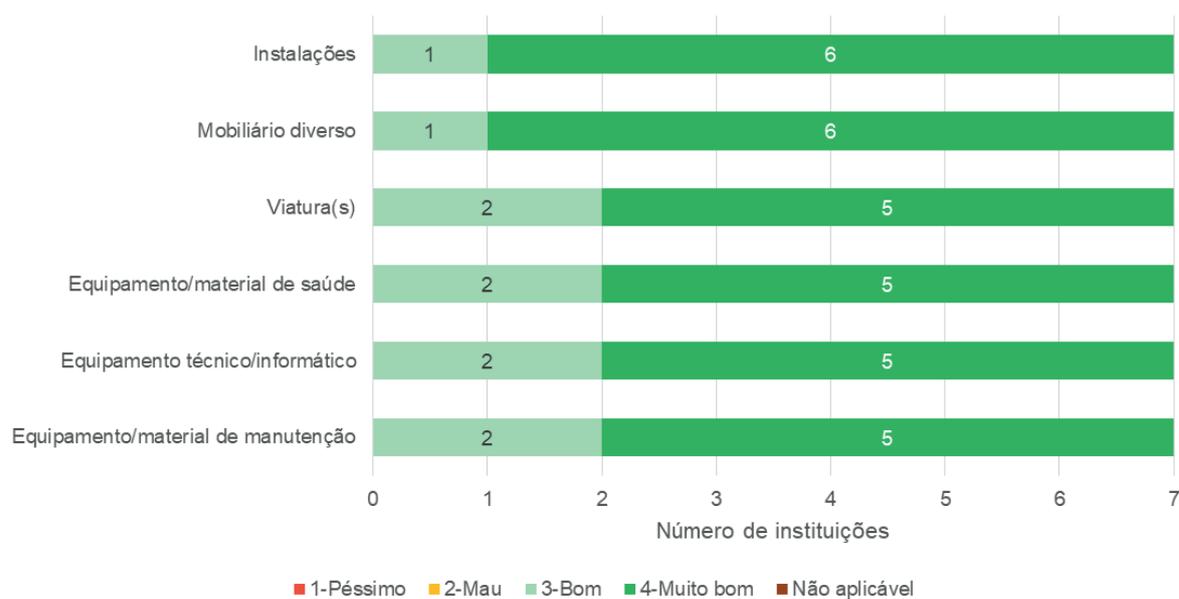


Fonte: inquérito por questionário.

5.8.5 Avaliação do estado geral das instalações, viaturas e equipamentos

Relativamente ao estado geral das instalações das respostas sociais vocacionadas para a população adulta podemos observar no gráfico 5.8.5 que não foram identificadas quaisquer carências pelas entidades do concelho.

Gráfico 5.8.5: Estado geral relativamente aos aspetos a seguir identificados



Fonte: inquérito por questionário.

5.9 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas à Infância e Juventude

A ausência de respostas ao questionário dirigido às respostas sociais direcionadas à Infância e Juventude do concelho não permitiu a realização do diagnóstico das suas condições específicas de funcionamento no que diz respeito à caracterização das listas de espera, às necessidades de recursos humanos, de instalações, de viaturas e de equipamentos. No entanto, durante as reuniões de *focus group*, realizadas com várias entidades do concelho, foram identificados alguns elementos de diagnóstico relevantes que são descritos no capítulo respetivo.

5.10 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Família e Comunidade

Não foi, igualmente, possível o diagnóstico das respostas sociais nas diferentes valências vocacionadas para a família e a comunidade por falta de respostas ao questionário enviado às instituições do concelho.

5.11 Diagnóstico das respostas sociais direcionadas a Grupo Fechado de Respostas Pontuais

Não foram identificadas respostas desta natureza sediadas no concelho.

5.12 Focus group

Participaram da realização do focus group representantes de 6 instituições do concelho do Crato, designadamente: a Câmara Municipal do Crato; a Santa Casa da Misericórdia do Crato; o Centro de Dia para a 3ª Idade e Infância Nossa Senhora da Luz, de Vale do Peso; o Lar de Santo António, de Aldeia da Mata; o Agrupamento de Escolas do Crato; o Gabinete de Apoio à Vítima da APAV.

Os representantes que participaram do *focus group*, considerando o âmbito de intervenção em que atuam, identificaram as principais necessidades para o concelho do Crato, que serão sistematizadas no capítulo seguinte.

Os representantes veem como primordial a curto, médio e/ou longo prazo, para o concelho, investir em dar respostas às lacunas referentes à: i) falta de recursos humanos qualificados, nomeadamente no que concerne os auxiliares de ação direta nos cuidados a cidadãos mais velhos; ii) a falta de respostas sociais e de saúde no campo da saúde mental; iii) falta de respostas no acompanhamento a pessoas com deficiência; iv) a necessidade de reforço das respostas às vítimas de violência doméstica; v) a melhoria da qualidade das respostas existentes, por via da melhoria de algumas infraestruturas e condições de transporte; vi) a necessidade de trabalho em rede tendo em vista a obtenção de uma maior eficiência na gestão integrada das respostas sociais.

Para isso, os representantes acreditam que, de um modo geral, será necessário, além da manutenção das respostas já existentes, investir na criação de parcerias e trabalhar na integração de respostas que estejam de acordo com as necessidades do concelho.

Especialmente no desenvolvimento de estratégias para a promoção da saúde mental, do apoio a pessoas com deficiência e vítimas de violência doméstica, mas também tendo em vista um aumento da eficiência das respostas, ancorado na articulação e trabalho em rede.

5.13 - Síntese dos elementos mais relevantes da oferta dos equipamentos sociais do concelho do Crato

A situação social do concelho do Crato é condicionada pela forte tendência de envelhecimento demográfico, que resulta de uma combinação de fatores, como o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade. Com o envelhecimento da população, surgem desafios significativos para o concelho em termos de respostas sociais. Um dos principais desafios é a qualidade das infraestruturas de apoio aos idosos no concelho, que desempenha um papel fundamental no bem-estar e na qualidade de vida dessa população. A existência de infraestruturas adequadas e bem equipadas é essencial para garantir o atendimento e os cuidados necessários aos idosos. Além disso, a qualidade das instalações, como a acessibilidade física, o conforto dos espaços, a disponibilidade de equipamentos de saúde e as condições de higiene, contribuem para proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e propício ao bem-estar dos idosos. Investir na melhoria contínua das infraestruturas de apoio aos idosos é, assim, fundamental para garantir que eles recebam os serviços e cuidados de qualidade que necessitam, promovendo uma melhor qualidade de vida nesta fase da vida.

Á necessidade de modernização permanente das infraestruturas instaladas associa-se a necessidade de mão-de-obra qualificada para lidar com as carências específicas dos idosos. A perda de população residente jovem e em idade ativa neste território pode resultar na escassez de profissionais treinados em áreas como cuidados geriátricos, saúde e assistência social essenciais para o atendimento adequado aos idosos.

Outro desafio que decorrer das especificidades do concelho é a questão do isolamento social e da solidão entre os idosos. Muitas vezes, os idosos podem encontrar-se em situação de risco de exclusão da vida social, especialmente se tiverem dificuldades de mobilidade ou perderem conexões familiares e de amizade ao longo do tempo. A falta de oportunidades de interação social pode ter um impacto negativo na saúde mental e emocional dos idosos. Nesse sentido é necessário um olhar atento sobre esta população idosa não institucionalizada adotando medidas de valorização e inclusão dos idosos na sociedade.

No que respeita à Infância e Juventude o principal desafio que se coloca consiste em garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças. Embora o concelho esteja dotado de uma oferta educativa adequada, é importante garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconómica, tenham acesso igualitário a oportunidades educativas. Isto envolve garantir infraestrutura escolar adequada, recursos pedagógicos, professores qualificados e projetos educativos inclusivos.

Relativamente à Família e Comunidade as necessidades do tipo de respostas sociais são determinadas não apenas pelas especificidades do território, mas variam, também, em função da conjuntura socioeconómica imposta pela realidade nacional e internacional. Assim, a disponibilidade e a extensão dos programas de apoio social oferecidos

localmente encontram-se diretamente relacionados com o desenvolvimento económico da região.

06

PROGRAMA DE
INTERVENÇÃO,
AMPLIAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO
DA REDE SOCIAL

6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE SOCIAL

Ao considerar os elementos abordados nos capítulos anteriores, pretendem-se desenvolver, no presente capítulo, propostas de linhas estratégicas, objetivos e ações ajustadas a dar resposta, prospectivamente, às necessidades sociais do concelho. O objetivo é o de estas propostas servirem de orientação para a ação dos parceiros públicos e privados nos próximos anos, para que se possa melhorar a sua cobertura e intervenção social.

As informações presentes neste capítulo visam oferecer um caminho lógico e sustentado para o desenvolvimento social do concelho do Crato, com base nas problemáticas do território identificadas pelos representantes das entidades e respostas sociais, mas também, claro está, na capacidade instalada e na previsão, de índole estratégica das necessidades para os próximos anos.

As estratégias definidas visam, simultaneamente: i) orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento no domínio social do território; ii) orientar a ação dos diversos atores sociais, sinalizando as necessidades e prioridades de ação e investimento, tanto na ótica da criação de novos equipamentos e respostas sociais, como em termos de qualificação e melhoria da oferta existente.

Assim, as estratégias desenhadas pretendem contribuir para a materialização de estratégias, objetivos e ações que visam fazer face às necessidades sociais para o concelho do Crato até 2030. Estas estratégias estão sistematizadas na tabela abaixo, por dimensões, nomeadamente: i) Infância e Juventude; ii) População adulta; iii) Família e Comunidade; iv) Ações Transversais.

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
1. Infância e juventude	Fortalecimento da oferta de educação pré-escolar no município do Crato	<p>Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem</p> <p>Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas</p> <p>Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade</p>	<p>Reforçar a atuação dos estabelecimentos de educação pré-escolar</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização das famílias para a relevância da educação pré-escolar</p> <p>Promover ações de envolvimento das famílias no acompanhamento das crianças</p>
	Garantia da melhoria das oportunidades de aprendizagem das crianças, do fortalecimento das competências dos cuidadores e da promoção dos recursos das famílias e da comunidade.	<p>Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades</p> <p>Identificar e referenciar todas as crianças que necessitam de IPI</p> <p>Intervir em função das necessidades do contexto familiar de cada criança, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento</p> <p>Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da segurança social, da saúde e da educação</p> <p>Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social.</p>	<p>Potenciar a Intervenção Precoce</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização e cursos de capacitação de cuidadores</p> <p>Otimizar a identificação e referência de crianças com necessidade de IPI</p> <p>Desenvolver intervenções ajustadas a cada caso</p> <p>Disponibilizar informação e/ou informar as famílias sobre recursos existentes</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização da comunidade e das instituições locais para o desenvolvimento de respostas conjuntas</p>
	Promoção da ocupação de tempos livres dos jovens	Incrementar a oferta de ocupação dos jovens fora dos tempos e atividades letivos	<p>Realizar um diagnóstico da capacidade instalada, designadamente pela autarquia, para o desenvolvimento de respostas</p> <p>Planear respostas partilhadas</p>

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
1. Infância e juventude	Melhoramento das condições do edificado e das instalações das entidades que prestam apoio a crianças e jovens	Promover a melhoria dos espaços/instalações das entidades que operam nesta área Modernização de instalações e equipamentos mais ajustados às necessidades e características das crianças e jovens e das respetivas atividades socioeducativas	Reabilitar, adequar e melhorar as infraestruturas físicas das entidades com intervenção neste domínio Realizar candidaturas a linhas de financiamento para projetos e entidades que visem a melhoria/ampliação de espaços e de instalações Perspetivar eventuais candidatura em rede, por parte das entidades que assim o desejem, para obtenção de financiamento em ordem à realização de ações de melhoria/ampliação das instalações das entidades que manifestem essa intenção
2. População adulta 2.1. Pessoas Idosas	Promoção de serviços de alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos	Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar Potenciar a integração social.	Garantir a continuidade das ERPI Envolver as famílias nos processos de acompanhamento aos seus familiares mais velhos Desenvolver atividades de promoção do envelhecimento ativo Desenvolver sessões de partilha e socialização intergeracional
	Prestação de serviços que contribuam para a manutenção das pessoas com 65 e mais anos no seu meio social e familiar	Assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do utilizador Prevenir situações de dependência e promover a autonomia Promover as relações pessoais e entre as gerações Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida Contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições Promover estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social da pessoa.	Potenciar a atividade dos Centros de Dia Desenvolver ações de informação aos cuidadores informais Articular recursos em ordem ao retardamento da institucionalização dos idosos

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2.1. Pessoas Idosas	Fortalecimento das respostas para a manutenção das pessoas idosas na comunidade	Melhorar a qualidade de vida das pessoas mais velhas e suas famílias	Aprofundar a qualidade da intervenção dos serviços de apoio domiciliário
		<p>Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar</p> <p>Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais para idosos</p> <p>Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia</p> <p>Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes</p> <p>Facilitar o acesso a serviços da comunidade</p> <p>Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores</p>	<p>Reforçar, em recursos humanos, os serviços de apoio domiciliário</p> <p>Desenvolver ações de acompanhamento e capacitação das famílias/cuidadores de pessoas mais velhas</p> <p>Desenvolver atividades de promoção de um envelhecimento saudável e ativo, orientadas para a manutenção da funcionalidade</p>
	Promoção da qualificação dos recursos humanos que prestam serviços à população mais velha, sobretudo no plano da ação direta	<p>Reforçar as respostas na área da população mais velha com recursos humanos, nomeadamente no plano dos serviços gerais / ação direta</p> <p>Promover a qualificação e certificação dos recursos humanos nestas áreas</p> <p>Apoiar a fixação de recursos humanos nestas áreas e no concelho</p>	<p>Desenvolver processos de qualificação de pessoal de ação direta nas instituições de apoio aos idosos</p> <p>Realizar candidaturas a linhas de financiamento que permitam apetrechar as instituições de recursos humanos nas áreas de maior carência</p> <p>Desenvolver os processos de certificação escolar e profissional dos recursos humanos</p>
2.2. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Promoção da autonomia, estabilidade emocional e participação social das pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, visando a sua plena integração social, familiar e profissional	<p>Promover a autonomia pessoal e relacional</p> <p>Promover a integração social, familiar e profissional</p> <p>Integrar em programas de formação profissional, em emprego normal ou protegido</p> <p>Encaminhar, se necessário, para estruturas residenciais adequadas.</p>	Desenvolver um Fórum Sócio-ocupacional

2.2. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Promoção da reabilitação de pessoas com problemas de saúde mental

Reabilitar competências relacionais de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Capacitar as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico para a organização pessoal e/ou doméstica

Promover o acesso das pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico a serviços e recursos na comunidade

Criar uma resposta de serviço de apoio domiciliário em saúde mental

Promover ações desenvolvidas pela pessoa no seu quotidiano que assegurem as suas atividades pessoais de vida diária (comer, higiene, vestir, etc.)

Promover ações que aumentem independência e competências nas tarefas domésticas

Promover ações que aumentem independência e competências no acesso a serviços e recursos na comunidade

Mediar o contato entre a pessoa e a comunidade para atividades ocupacionais, de convívio e lazer

Desenvolver ações para melhor adesão e gestão pessoal do regime terapêutico

Supervisionar e gerir a toma de medicação

Fortalecimento e capacitação da atuação dos cuidadores informais

Sensibilizar e capacitar os cuidadores informais para a prestação de cuidados

Promover ações que melhorem as competências de comunicação no seio familiar

Desenvolver ações de suporte e aconselhamento aos cuidadores informais

Sensibilizar e informar os cuidadores informais para os problemas clínicos e sua gestão, mormente no que toca à gestão do regime terapêutico

2.3. Pessoas com deficiência

Desenvolvimento de medidas de empregabilidade das pessoas com deficiência

Apoiar a qualificação e o emprego das pessoas com deficiência e incapacidade que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego.

Otimizar as medidas de reabilitação profissional

Desenvolver ações de informação e formação para potenciais empregadores

Capacitar pessoas para o acompanhamento a pessoas com deficiência em contexto de trabalho

Alargar a mais entidades (públicas, privadas e do setor social) a inclusão de pessoas com deficiência em contexto de trabalho

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
2.3. Pessoas com deficiência	Promoção da prestação de cuidados e serviços a pessoas com deficiência em situação de dependência física ou psíquica e sem apoio familiar	<p>Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias</p> <p>Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar</p> <p>Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais</p> <p>Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia</p> <p>Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização)</p> <p>Facilitar o acesso a serviços da comunidade</p> <p>Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.</p>	<p>Desenvolver resposta de serviço de apoio domiciliário</p> <p>Prestar cuidados de higiene e conforto pessoal</p> <p>Fornecer e apoiar nas refeições</p> <p>Tratar a roupa pessoal dos utentes</p> <p>Desenvolver atividades de animação e socialização</p>
2.4. Pessoas vítimas de violência doméstica	Reforço das respostas destinadas às vítimas de violência doméstica	<p>Proporcionar às vítimas de violência doméstica um alojamento seguro e temporário, proporcionando um equilíbrio físico e emocional</p> <p>Promover aptidões pessoais, profissionais e sociais às vítimas de violência doméstica</p> <p>Ajudar as vítimas de violência doméstica a tornarem-se progressivamente mais aptas a definir o seu projeto de vida e levá-lo a cabo</p> <p>Criar uma resposta intermédia entre o atendimento e as casas de abrigo</p> <p>Capacitar os profissionais de ação social no domínio do apoio a vítimas de violência doméstica</p>	<p>Criar uma casa de abrigo para vítimas de violência doméstica</p> <p>Desenvolver ações de promoção e capacitação das competências e aptidões das pessoas vítimas de violência doméstica</p> <p>Criar, em rede, uma resposta de alojamento, para estadias curtas / de emergência, de vítimas de violência doméstica</p> <p>Desenvolver ações de informação, sensibilização e formação de técnicos/as da área social, de molde a capacitá-los para uma melhor articulação com as respostas mais especializadas e para uma resposta subsidiária.</p>

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
3. Família e comunidade	Apoio as pessoas e famílias na prevenção ou reparação de problemas gerados por situações de exclusão ou emergência social	<p>Informar, orientar e encaminhar</p> <p>Apoiar pessoas e famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social</p> <p>Assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida</p> <p>Mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional</p> <p>Prevenir situações de exclusão</p> <p>Dotar as pessoas e famílias dos meios e recursos que possibilitem planejar a sua vida de forma organizada e autónoma.</p>	<p>Aprofundar o trabalho de atendimento e acompanhamento social</p> <p>Articular respostas em ordem a uma maior eficiência e eficácia das ações</p> <p>Realizar ações de informação sobre a resposta junto da população-alvo</p>
	Fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.	<p>Garantir alimentação à população carenciada</p> <p>Promover a autoestima através da prática de hábitos de higiene</p> <p>Sinalizar e diagnosticar situações problemáticas, tendo em vista um encaminhamento.</p>	<p>Informar a população carenciada para a existência das respostas</p> <p>Procurar realizar um diagnóstico o mais precoce possível de situações de carência</p> <p>Procurar realizar um diagnóstico o mais precoce possível de necessidades que aconselhem o acompanhamento para outras respostas complementares</p> <p>Articular a resposta com outras respostas sociais específicas, tendo em vista um melhor encaminhamento</p> <p>Desenvolver as cantinas sociais nas comunidades</p> <p>Aprofundar a intervenção dos grupos sócio-caritativos das paróquias</p>
	Fortalecimento da rede de transportes, de molde a melhor atender a situações de maior isolamento ou fragilidade	Melhorar a rede de transportes, tendo em vista a redução das situações de isolamento e/ou de vulnerabilidade	<p>Ajustar a resposta de transporte para pessoas com deficiência</p> <p>Promover o transporte eventual para pessoas em situação de emergência ou especial vulnerabilidade (como vítimas de violência doméstica)</p>

Dimensões	Linhas estratégicas	Objetivos	Ações
3. Família e comunidade	Promoção da habitação/habitação social	<p>Aumentar e melhorar a oferta de habitação social, com rendas apoiadas</p> <p>Promover a integração social de pessoas e famílias</p> <p>Combater as desigualdades sociais e as carências no domínio habitacional</p>	Aumentar e melhorar o parque habitacional (social) de rendas apoiadas para famílias e indivíduos em situação de carência sócioeconómica
4. Ações transversais	Capacitação das instituições sociais por via do aprofundamento da ação em rede	<p>Melhorar a eficiência e eficácia do trabalho das instituições através do aprofundamento do trabalho em rede</p> <p>Incrementar a partilha e articulação de recursos entre as instituições na área social, evitando duplicações e desperdícios</p> <p>Criar plataformas comuns de aquisição de serviços, em ordem à obtenção de melhores condições de mercado e potencial redução de custos das instituições</p>	<p>Realizar diagnósticos partilhados de necessidades em matéria de infraestruturas, energia e transportes</p> <p>Operar numa lógica de serviço comum para ter maior capacidade negocial junto de prestadores de serviços</p> <p>Negociar preços mais favoráveis e reduzir custos das instituições que operam na área social</p>

07

CONSIDERAÇÕES
FINAIS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da Carta Social do Município do Crato representa um marco significativo no desenvolvimento e fortalecimento das políticas sociais do município, bem como da região do Alto Alentejo.

Nesta carta, é reconhecida a importância de promover a inclusão social, garantir o bem-estar de todos os cidadãos e fortalecer os laços comunitários. As estratégias delineadas têm como objetivo orientar, quer o planeamento e ordenamento do território, quer a ação dos diversos atores sociais, a fim de atender às necessidades e prioridades identificadas.

Não obstante, afigura-se pertinente salientar que a implementação dessas medidas de política social, centradas no domínio da ação social, pode enfrentar condicionantes e desafios específicos. A escassez de recursos financeiros, o envelhecimento populacional, as desigualdades socioeconómicas, o acesso limitado aos serviços, a baixa densidade populacional, a dispersão territorial, os desafios demográficos e a coordenação interinstitucional são fatores que requerem atenção e esforços conjuntos.

É fundamental procurar parcerias estratégicas e explorar as diversas linhas de financiamento disponíveis. Esses recursos podem ser fundamentais para a implementação das ações propostas, garantindo a efetividade e o alcance dos resultados esperados.

Acresce que a participação ativa da comunidade local, das organizações da sociedade civil e de todos os atores envolvidos é essencial para o sucesso das políticas sociais e da ação social. O diálogo e a cooperação entre esses atores são fundamentais para fortalecer a coesão social e promover uma cultura de solidariedade e inclusão no Município do Crato.

A Carta Social representa um compromisso com o desenvolvimento social e humano do concelho Crato. É um documento que orientará a tomada de decisões, a alocação de recursos e o acompanhamento das ações ao longo do tempo. É uma ferramenta dinâmica, que deve ser atualizada e adaptada às necessidades em constante evolução, quer do município, quer da própria região Alto Alentejo. É também um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, alicerçada no respeito pela diversidade e na busca pela qualidade de vida para todos os residentes no concelho do Crato.

08

REFERÊNCIAS

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Câmara Municipal do Crato (s.d). <https://cm-crato.pt/>

Comissão Europeia (2020). Report from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of regions on the impact of demographic change. https://commission.europa.eu/system/files/2020-06/commission-staff-working-document-impact-demographic-change-17june2020_en.pdf

Comissão Europeia (s.d.). Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. Imigrantes na sociedade europeia - Números globais. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt

Eurostat (s.d). Database. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/data/database> Euroregião Alentejo, Algarve e Andaluzia (s.d). Alentejo. <https://www.euroaaa.eu/site/alentejo>

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2022). Censos 2021, Resultados Definitivos - Portugal. População e sociedade/População. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2

Pordata (s.d). Conheça o seu Município. Alter do Chão. <https://www.pordata.pt/Municipios>

Ministério dos Negócios Estrangeiros (s.d). Portal Diplomático. Dados Gerais. <https://ue.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal/sobre-portugal/dados-gerais>

United Nations (2022). World Population Prospects 2022. Summary of Results. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf

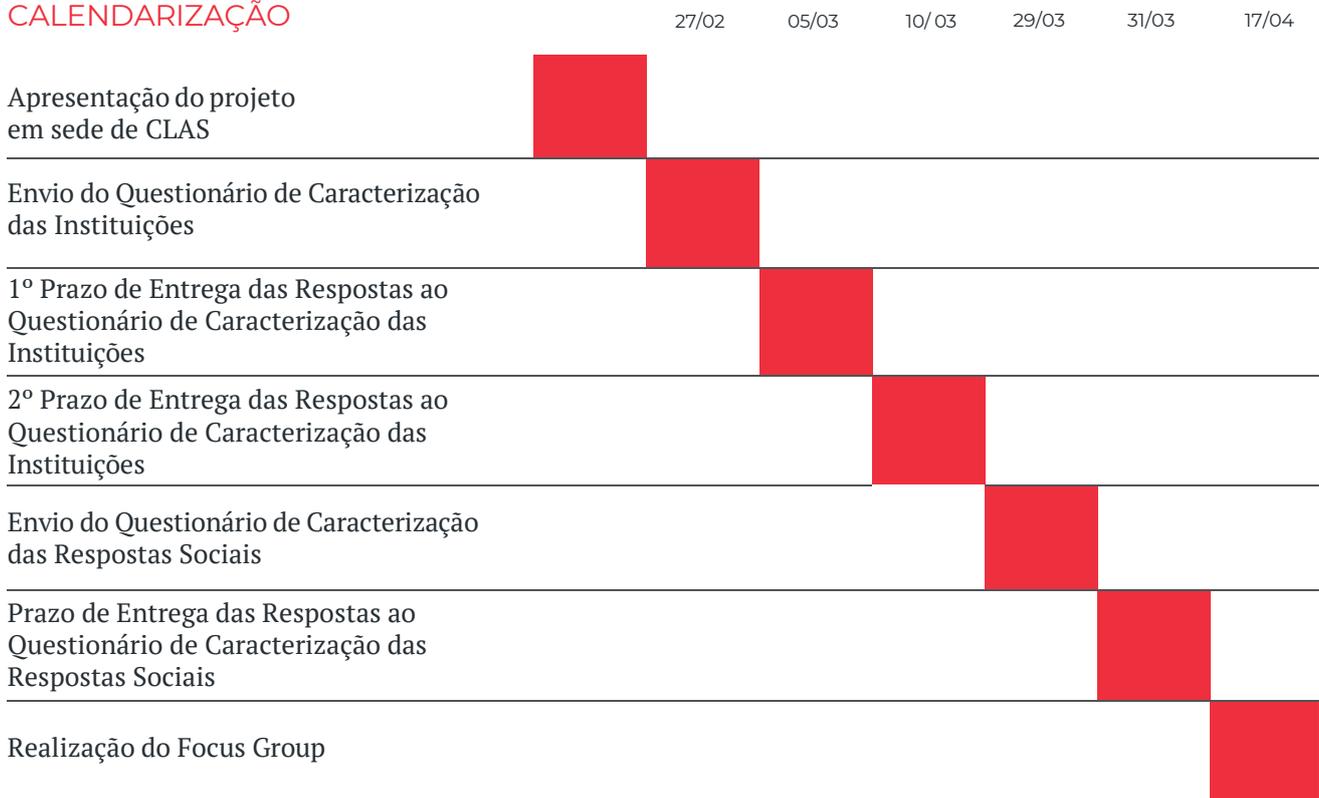
United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). (2021). Global Trends Report 2021. <https://www.unhcr.org/publications/brochures/62a9d1494/global-trends-report-2021.html>

União Europeia (s.d). Factos e números sobre a vida na União Europeia. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/key-facts-and-figures/life-eu_pt

Worlddata (s.d). Europe. <https://www.worlddata.info/europe/index.php>

ANEXOS

CALENDARIZAÇÃO



LISTA DE INSTITUIÇÕES PRESENTES NO FOCUS GROUP DO CRATO

Câmara Municipal do Crato

Associação Amizade à Infância e Terceira Idade da Aldeia da Mata

Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz, Vale do Peso

Santa Casa da Misericórdia de Gáfete

Santa Casa da Misericórdia do Crato

Lar de Santo António, Aldeia da Mata

Agrupamento de Escolas do Crato

Gabinete de Apoio à Vítima da APAV

ANEXO I

Questões Orientadoras do Focus Group

Questão 1:

Na perspetiva da entidade que representam e considerando o âmbito de intervenção em que atuam, solicitamos que identifiquem as principais necessidades em termos de infraestruturas/respostas sociais no concelho, tendo como horizonte temporal os próximos anos.

Questão 2:

Das necessidades elencadas, pedimos agora que indiquem até três das necessidades elencadas que considerem mais urgentes e que reclamem uma intervenção a curto prazo.

Questão 3:

Por fim, pedimos agora que indiquem possíveis ações/iniciativas/projetos que considerem plausíveis para desenvolver em parceria/em rede com outras entidades do concelho e da região Alto Alentejo, tendo em vista a melhoria das condições de vida das comunidades, no âmbito da área de ação em que atuam as entidades que representam.

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da Família e Comunidade - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ippportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Família e comunidade em geral
- Pessoas com VIH/Sida e suas famílias
- Pessoas com comportamentos aditivos
- Pessoas vítimas de violência doméstica

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social: *

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- Menos de 1 mês
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha,, limpeza,, manutenção,, ..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais,, animadores,,..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos,, enfermeiros,, <input type="radio"/> fisioterapeutas,, psicólogos .))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Educação (educadores,, <input type="radio"/>))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> professores,,
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos ***** seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>				
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>				
Viatura(s)	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de saúde	<input type="radio"/>				
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de manutenção	<input type="radio"/>				

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO III

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da Infância e Juventude - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ippportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Crianças e jovens
- Crianças e jovens com dependência
- Crianças e jovens em situação de perigo

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social:

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4- Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha,, limpeza,, manutenção,, ..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais,, animadores,,...))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos,, enfermeiros,, <input type="radio"/> fisioterapeutas,, psicólogos .))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Educação (educadores,, <input type="radio"/>))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> professores,,
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos ***** seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>				
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>				
Viatura(s)	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de saúde	<input type="radio"/>				
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de manutenção	<input type="radio"/>				

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Questionário às Respostas Sociais no âmbito da População Adulta - Cartas Sociais Municipais

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da resposta social

Parte 2 - Capacidade e ocupação da resposta social

Parte 3 - Necessidades da resposta social

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 15 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um elemento responsável da resposta social. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

1. 1. Instituição na qual está integrada a resposta social: *

2. 2. Município ao qual está associada a resposta social: *

Marcar apenas uma oval.

- Alter do Chão
- Arronches
- Avis
- Campo Maior
- Castelo de Vide
- Crato
- Elvas
- Fronteira
- Gavião
- Marvão
- Nisa
- Ponte de Sôr
- Portalegre
- Sousel

3. 3. Designação da resposta social: *

4. 4. Indique o ano de início de funcionamento da resposta social: *

5. 5. Assinale o público-alvo da resposta social: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Pessoas idosas
- Pessoas adultas com deficiência
- Pessoas em situação de dependência
- Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
- Pessoas sem abrigo

6. 6. A resposta social está certificada pela Segurança Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de **recursos humanos** que lhes estão afetos:

7.1. Direção Técnica

7. 7.1.1. A tempo integral

8. 7.1.2. A tempo parcial

7.2. Assistente Social

9. 7.2.1. A tempo integral

10. 7.2.2. A tempo parcial

7.3. Psicólogo(a)

11. 7.3.1. A tempo integral

12. 7.3.2. A tempo parcial

7.4. Educador(a) Social

13. 7.4.1. A tempo integral

14. 7.4.2. A tempo parcial

7.5. Monitor(a)

15. 7.5.1. A tempo integral

16. 7.5.2. A tempo parcial

7.6. Animador(a) Sociocultural

17. 7.6.1. A tempo integral

18. 7.6.2. A tempo parcial

19. **7.7. Voluntário(a)**

7.8. Técnico(a) de Desporto

20. 7.8.1. A tempo integral

21. 7.8.2. A tempo parcial

7.9. Professor(a)/Educador(a) de Infância

22. 7.9.1. A tempo integral

23. 7.9.2. A tempo parcial

7.10. Administrativo(a)

24. 7.10.1. A tempo integral

25. 7.10.2. A tempo parcial

7.11. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

26. 7.11.1. A tempo integral

27. 7.11.2. A tempo parcial

7.12. Enfermeiro(a)

28. 7.12.1. A tempo integral

29. 7.12.2. A tempo parcial

7.13. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

30. 7.13.1. A tempo integral

31. 7.13.2. A tempo parcial

7.14. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

32. 7.14.1. A tempo integral

33. 7.14.2. A tempo parcial

7.15. Outras funções

34. 7.15.1. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo integral**

35. 7.15.2. Identifique outro tipo de funções que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial**

PARTE 2 - CAPACIDADE E OCUPAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

36. 8. Indique o **número de vagas** da resposta social **com acordo** com a Segurança Social: *

37. 9. Indique o **número de vagas** da resposta social **sem acordo** com a Segurança Social: *

38. 10. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **com acordo** com a Segurança Social: *

39. 11. Indique o **número atual de utentes** a ocupar vagas **sem acordo** com a Segurança Social:

40. 12. Indique o número de utentes atualmente em lista de espera: *

41. 13. Em média, quanto tempo espera um utente por um lugar vago na resposta social? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum (entra imediatamente)
- De 1 até 3 meses (exclusive)
- De 3 até 6 meses (exclusive)
- De 6 meses até 1 ano (exclusive)
- 1 ano ou mais

42. 14. Indique a tendência de procura da resposta social nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022): *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Manteve-se
- Diminuiu

PARTE 3. NECESSIDADES DA RESPOSTA SOCIAL

43. 15. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se a resposta social apresenta algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. 15.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade.**

45. 16. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha,, limpeza,, manutenção,, ..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais,, animadores,,...))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos,, enfermeiros,, <input type="radio"/> fisioterapeutas,, psicólogos .))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Educação (educadores,, <input type="radio"/>))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> professores,,
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. 16.1. Identifique **outras necessidades de recursos humanos**.

47. 17. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos ***** seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>				
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>				
Viatura(s)	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de saúde	<input type="radio"/>				
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de manutenção	<input type="radio"/>				

48. 17.1. Identifique **outros aspetos relativamente ao estado geral das instalações e/ou equipamentos** da resposta social.

49. Neste campo, pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Questionário às Instituições Sociais no âmbito do processo de elaboração das Cartas Sociais Municipais (Crato)

O presente questionário tem como objetivo a recolha de informação necessária e relevante para a elaboração das Cartas Sociais de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e da Carta Supramunicipal, trabalho que está a ser desenvolvido por uma equipa do Instituto Politécnico de Portalegre.

O questionário está dividido em três partes:

Parte 1 - Caracterização da instituição

Parte 2 - Necessidades da instituição

Parte 3 - Perspetivas de futuro relativamente à instituição

Os dados recolhidos através deste questionário serão utilizados para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e outros projetos de natureza exclusivamente académica. Os resultados das partes 2 e 3 serão apresentados globalmente, de forma a proteger a identificação das instituições.

O preenchimento total do questionário terá uma duração aproximada de 20 minutos, devendo preferencialmente ser preenchido por um membro da equipa dirigente da instituição. Ao prosseguir com o preenchimento do questionário, submetendo-o no final, está a consentir a realização do mesmo tendo em conta o objetivo apresentado inicialmente.

Reconhecendo a importância da vossa colaboração no estudo, agradecemos a disponibilidade no preenchimento do questionário.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser remetidos para:

Sofia Martins (Email): cartassociais.cimaa@ipportalegre.pt

* Indica uma pergunta obrigatória

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. 1. Denominação da instituição: *

2. Morada e contactos institucionais

2. 2.1. Morada da instituição: *

3. 2.2. Contacto(s) telefónico(s): *

4. 2.3. Email: *

5. 3. Horário (dias e horas) de funcionamento dos serviços administrativos da instituição: *

6. 4. Entidade proprietária da instituição: *

7. 5. Data em que a instituição foi fundada: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

8. 6. Natureza jurídica da instituição: *

Marcar apenas uma oval.

- Irmandade da Misericórdia / SCM
- Associação de Solidariedade Social
- Cooperativa de Solidariedade Social
- Fundação de Solidariedade Social
- Instituição dependente de outro Ministério
- Entidade Privada Lucrativa
- Outra: _____

9. 7. Indique a missão da instituição: *

10. 8. Indique os objetivos da instituição: *

9.1. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **INFÂNCIA E JUVENTUDE**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

11. 9.1.1. **Crianças e Jovens**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Ama
- Ama (Creche Familiar)
- Creche
- Estabelecimento de Educação Pré-escolar
- Centro de Atividades de Tempos Livres

12. 9.1.2. **Crianças e Jovens com Deficiência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Intervenção Precoce
- Lar de Apoio
- Transporte de Pessoas com Deficiência

13. 9.1.3. **Crianças e Jovens em situação de perigo**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens
- Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens
- Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência
- Casa de Acolhimento
- Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens
- Atividades Socioeducativas

9.2. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **POPULAÇÃO ADULTA**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

14. 9.2.1. **Pessoas Idosas**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Centro de Dia
- Centro de Noite
- Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
- Estrutura Residencial para Idosos: Apartamentos/Moradias
- Estrutura Residencial para Idosos: Quartos
- Estrutura Residencial para Idosos (lar de idosos e residência)

15. 9.2.2. **Pessoas adultas com deficiência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
- Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
- Lar Residencial
- Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)
- Transporte de Pessoas com Deficiência

16. 9.2.3. **Pessoas em situação de dependência**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Apoio Domiciliário Integrado - ADI
- Unidade de Apoio Integrado - UAI

17. 9.2.4. **Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Fórum Sócio-Ocupacional
- Unidade de Vida Protegida
- Unidade de Vida Autónoma
- Unidade de Vida Apoiada

18. 9.2.5. **Pessoas sem abrigo**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo
- Atelier Ocupacional

9.3. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito da **FAMÍLIA E COMUNIDADE**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

19. 9.3.1. **Família e comunidade em geral**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
- Grupo de Auto-Ajuda
- Centro Comunitário
- Centro de Férias e Lazer
- Refeitório/Cantina Social
- Centro de Apoio à Vida
- Comunidade de Inserção
- Centro de Alojamento Temporário
- Ajuda Alimentar

20. 9.3.2. **Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Residência para Pessoas com VIH/SIDA

21. 9.3.3. **Pessoas com Comportamentos Aditivos**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Equipa de Intervenção Directa
- Apartamento de Reinserção Social

22. 9.3.4. **Pessoas vítimas de violência doméstica**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Estrutura de Atendimento
- Casa de Abrigo

9.4. Se aplicável, assinale as respostas sociais que a instituição dispõe no âmbito do **GRUPO FECHADO**. Se não se aplicar, passe à página seguinte do questionário.

23. 9.4.1. **Família e comunidade em geral**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças
- Apoio em Regime Ambulatório
- Imprensa Braille
- Escola de Cães-Guia

10. Tendo em conta as funções listadas abaixo, indique o número de recursos humanos que lhes estão afetos:

10.1. Dirigente (Direção/Administração/Provedoria,...)

24. 10.1.1. A tempo integral

25. 10.1.2. A tempo parcial

10.2. Direção Técnica

26. 10.2.1. A tempo integral

27. 10.2.2. A tempo parcial

10.3. Assistente Social

28. 10.3.1. A tempo integral

29. 10.3.2. A tempo parcial

10.4. Psicólogo(a)

30. 10.4.1. A tempo integral

31. 10.4.2. A tempo parcial

10.5. Educador(a) Social

32. 10.5.1. A tempo integral

33. 10.5.2. A tempo parcial

10.6. Monitor(a)

34. 10.6.1. A tempo integral

35. 10.6.2. A tempo parcial

10.7. Animador(a) Sociocultural

36. 10.7.1. A tempo integral

37. 10.7.2. A tempo parcial

38. **10.8. Voluntário(a)**

10.9. Técnico(a) de Desporto

39. 10.9.1. A tempo integral

40. 10.9.2. A tempo parcial

10.10. Professor(a)/Educador(a) de Infância

41. 10.10.1. A tempo integral

42. 10.10.2. A tempo parcial

10.11. Administrativo(a)

43. 10.11.1. A tempo integral

44. 10.11.2. A tempo parcial

10.12. Terapeuta (ocupacional, fala,...)

45. 10.12.1. A tempo integral

46. 10.12.2. A tempo parcial

10.13. Enfermeiro(a)

47. 10.13.1. A tempo integral

48. 10.13.2. A tempo parcial

10.14. Médico(a) ou outro profissional de saúde (excluindo enfermeiros(as) e terapeutas)

49. 10.14.1. A tempo integral

50. 10.14.2. A tempo parcial

10.15. Auxiliar/Técnico de serviços gerais (cozinha, limpeza, manutenção,...)

51. 10.15.1. A tempo integral

52. 10.15.2. A tempo parcial

10.16. Outras funções

53. 10.16.1. **Identifique outro tipo de funções** que têm recursos humanos afetos a **tempo integral** indicando, para cada tipo, o **número de pessoas**:

54. 10.16.2. **Identifique outro tipo de funções** que têm recursos humanos afetos a **tempo parcial** indicando, para cada tipo, o **número de pessoas**:

55. 11. A instituição desenvolve, atualmente, algum tipo de projeto/programa/medida com financiamento? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

56. 11.1. Se respondeu "Sim" na questão anterior, identifique o(s) projeto(s)/programa(s)/medida(s) atualmente em curso:

57. 12. Tendo como referência os últimos três anos (2020, 2021 e 2022) indique, em média, o peso (em %) referente a cada fonte de financiamento da instituição: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Menos de 20%	De 20% a 39%	De 40% a 59%	De 60% a 79%	80% ou mais	Não aplicável
Acordos de cooperação com a Segurança Sociall	<input type="radio"/>					
Acordos de cooperação com a tutela ((se a mesma não ffor a Segurança Sociall))	<input type="radio"/>					
Orçamento de Estado ((apenas para iinstituiiões públlicas))	<input type="radio"/>					
Mensallidades dos utentes	<input type="radio"/>					
Pagamento de quotas	<input type="radio"/>					
Subsídiiios	<input type="radio"/>					
Donativos	<input type="radio"/>					
Rendiimentos patriimoniiaais	<input type="radio"/>					
Projjetos	<input type="radio"/>					
Outras	<input type="radio"/>					

58. 12.1. Se na questão anterior assinalou "Outras", identifique as fontes de financiamento:

PARTE 2. NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO

59. 13. Indique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário) se as respostas sociais associadas à instituição apresentam algum nível de necessidade relativamente aos seguintes aspetos: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário
Apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

60. 13.1. Identifique **outros aspetos que apresentam algum nível de necessidade**, classificando cada um deles de acordo com a escala apresentada na questão anterior (1-Nada necessário, 2-Pouco necessário, 3-Muito necessário, 4-Extremamente necessário):

61. 14. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Nada necessário e 4-Extremamente necessário), a necessidade de reforçar os recursos humanos a desempenhar funções nos seguintes serviços:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada necessário	2-Pouco necessário	3-Muito necessário	4-Extremamente necessário	Não aplicável
Serviços gerais (cozinha,, limpeza,, manutenção,, ..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ação Social (assistentes sociais,, animadores,,..))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde (médicos,, enfermeiros,, <input type="radio"/> fisioterapeutas,, psicólogos .)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Educação (educadores,, <input type="radio"/>))	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> professores,,
Serviço administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

62. 15. Classifique, numa escala de 1 a 4 (1-Péssimo e 4-Excelente), o estado geral relativamente aos * seguintes aspetos:

Marcar apenas uma oval por linha.

	1- Péssimo	2-Mau	3-Bom	4- Muito bom	Não aplicável
Instalações	<input type="radio"/>				
Mobiliário diverso	<input type="radio"/>				
Viatura(s)	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de saúde	<input type="radio"/>				
Equipamento técnico/informático	<input type="radio"/>				
Equipamento/materiais de manutenção	<input type="radio"/>				

63. 15.1. Se aplicável, identifique **outros aspetos cujo estado geral seja péssimo ou mau**, não contemplados na questão anterior:

PARTE 3. PERSPETIVAS DE FUTURO RELATIVAMENTE À INSTITUIÇÃO

64. 16. Tendo como horizonte o **ano 2025**, avalie numa escala de previsibilidade de 1 a 4 (1-Nada previsível a 4-Totalmente previsível) os seguintes aspetos:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada previsível	2-Pouco previsível	3-Muito previsível	4- Totalmente previsível
Ampliação da estrutura física da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificação das fontes de <input type="radio"/> financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Aumento das respostas <input type="radio"/> sociais atuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Allargamento da instituição a outras zonas geográficas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

65. 17. Tendo como horizonte o **ano 2030**, avalie numa escala de previsibilidade de 1 a 4 (1-Nada previsível a 4-Totalmente previsível) os seguintes aspetos:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1-Nada previsível	2-Pouco previsível	3-Muito previsível	4- Totalmente previsível
Ampliação da estrutura física da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversificação das fontes de <input type="radio"/> financiamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Aumento das respostas <input type="radio"/> sociais atuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Allargamento da instituição a outras zonas geográficas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

66. Neste campo pode registar observações e/ou comentários que considere necessários:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO VI

┌

LOGO

└

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Associação de Amizade à Infância e Terceira Idade		
Localização	Rua Francisco Caldeira Amieiro, n.º 16 - 7430-030 Aldeia da Mata		
Natureza Jurídica	Associação de Solidariedade Social		
Data da Fundação	14-Jul-1981		
Áreas de intervenção	Pessoas Adultas		
Acordo com Segurança Social	Sim		
Respostas Sociais/Valências	Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Idosos		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
	154	118	36
Número de utentes	63	59	4
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 9:00	Encerramento 17:00	
Nº de colaboradores	Técnicos 7	Não Técnicos 36	

LOGO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Centro de Dia para a Terceira idade e Infância Nossa Senhora da Luz		
Localização	Rua da Fonte Nova s/n - 7430-353 Vale do Peso		
Natureza Jurídica	Instituição Particular de Solidariedade Social		
Data da Fundação	24-Aug-1984		
Áreas de intervenção	Pessoas Adultas		
Acordo com Segurança Social	Sim		
Respostas Sociais/Valências	Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Idosos.		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
Número de utentes			
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 9:30	Encerramento 17:30	
Nº de colaboradores	Técnicos 7	Não Técnicos 29	

LOGO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Gáfete		
Localização	Estrada Nacional 118 n.º 19 - 7430-253 Gáfete		
Natureza Jurídica	Irmandade da Misericórdia		
Data da Fundação	15-Nov-1698		
Áreas de intervenção	Pessoas adultas		
Acordo com Segurança Social	Sim		
Respostas Sociais/Valências	Serviço de Apoio Domiciliário; Estrutura Residencial para Idosos		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
	73	56	17
Número de utentes	65	56	9
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 9:00	Encerramento 17:30	
Nº de colaboradores	Técnicos	Não Técnicos	

LOGO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação	Santa Casa da Misericórdia do Crato		
Localização	Rua da Sobreira, 42 - Crato		
Natureza Jurídica	Irmandade da Misericórdia		
Data da Fundação	27-May-1983		
Áreas de intervenção	Infância e juventude; Pessoas Adultas; Família e comunidade		
Acordo com Segurança Social			
Respostas Sociais/Valências	Creche; Pré-escolar; ATLivres; Apoio Domiciliário; Centro de Dia; ERP; Refeitório/Cantina Social		
Capacidade	Total	Com acordo	Sem acordo
Número de utentes			
Horário de funcionamento dos Serviços Administrativos	Abertura 9:00	Encerramento 17:30	
Nº de colaboradores	Técnicos 15	Não Técnicos 84	



Cofinanciado por:

